



Hinc patriam sustinet

**Instituto Superior de Agronomia**  
**Universidade Técnica de Lisboa**

## **Cooperação na gestão florestal**

### **O caso das *Zonas de Intervenção Florestal***

**Marco André Gonçalves Neves Marques**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em

### **Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais**

Orientador: Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas

Co-orientador: Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais

#### **Júri:**

Presidente: Doutor Fernando Silva de Oliveira Baptista, Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor Pedro César Ochôa de Carvalho, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor José Manuel Osório de Barros de Lima e Santos, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutora Ana Maria Contente de Vinha Novais, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Lisboa, 2011

## **Agradecimentos**

Quero agradecer em primeiro lugar aos meus pais por me terem possibilitado a oportunidade de concluir este mestrado e esta tese, sei que esta possibilidade não foi feita sem alguns sacrifícios da sua parte. Ao Professor Fernando Oliveira Baptista que teve um papel importante na inspiração deste trabalho, depois de no ano de 2006 me ter oferecido o livro “Os Proprietários Florestais”. Às professoras e orientadoras Maria João Canadas e Ana Novais que desde o primeiro momento concordaram com este desafio e estiveram sempre presentes com a sua experiência nas discussões sobre qual o caminho que deveria ser tomado até à última página. Agradeço ainda ao Eng. Jaime Pinho pela sua disponibilidade logo no início deste trabalho numa reunião onde discutimos o caminho das ZIF, e também à Eng. Cristina Santos pela facilitação de documentação da AFN sempre com a rapidez necessária. Finalmente agradeço a todos os meus amigos que leram esta tese, deram ideias, corrigiram erros e tiraram dúvidas. Muito obrigado a todos e todas.

## **Resumo e palavras-chave**

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) surgiram em 2005 como uma forma de organização para os proprietários florestais privados. Estas zonas têm hoje uma distribuição nacional ocupando já cerca de 8% do território do continente. Discutem-se neste trabalho as características estruturais da floresta portuguesa que permitem a aplicação de tipos de gestão baseados na cooperação de proprietários florestais privados: nomeadamente a estrutura da propriedade e as lógicas de gestão dos proprietários. Depois apresentam-se várias formas de gestão cooperativa, numa escala superior à propriedade individual, que podem ser aplicadas dentro deste contexto. Por fim procura-se demonstrar a diversidade territorial e sócio-demográfica das ZIF para sustentar que a capacidade de aplicação de formas de gestão cooperativas terá de atender à sua diversidade.

Palavras chave: Zonas de Intervenção Florestal, proprietários florestais privados, gestão, cooperação

## **Abstract and Keywords**

The Forest Intervention Zones (ZIF) appeared in 2005 as a proposal for the organization of the Portuguese non-industrial private forest owners. Today, these zones already have a national distribution and occupy a total of about 8% of the country's mainland. This work discusses, firstly, the structural context of the Portuguese forest, which allows for the implementation of a management based on the cooperation of non-industrial forest owners: property structure and management objectives of the owners. Secondly, a diversity of types of cooperation that can be applied in this context is presented. Finally, this work demonstrates the territorial and socio demographic variety of the ZIF zones, concluding that the capacity of application of these management models must attend to this diversity.

Keywords: Forest Intervention Zones, non industrial private forest owners, management, cooperation

## Extended Abstract

The Forest Intervention Zones (ZIF) appeared in 2005 as a proposal for the organization of the Portuguese non-industrial private forest owners. Today, these zones already have a national distribution and occupy a total of about 8% of the country's mainland.

This work discusses, firstly, the structural context of the Portuguese forest, which allows for the implementation of management models based on the cooperation of non-industrial forest owners: property structure and management objectives of the owners. This first part includes a historical portrait of the Portuguese forest history from the XIX<sup>th</sup> century until the present times. The purpose of this historical portrait is to observe the relations between the State policy and the non-industrial private forest owners along this period of time.

Secondly, a diversity of types of cooperation that can be applied in this context is presented. This management types' presentation consists in a global review about the different types of management models that can be found in the temperate zones of the globe, and, with a forest context similar to the Portuguese, their advantages and constrains.

Finally, this work demonstrates the territorial and socio demographic variety of the ZIF zones, concluding that the capacity of application of these management models must attend to this diversity. In this part this study analyses a variety of indicators related to the socio demographic characteristics of the territories where the ZIF are present. This analysis is focused on the municipal regions. These characteristics are then related to each other after a Burt table in order to understand the relations between all the variables analyzed.

## Índice

<b>Lista de figuras .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de tabelas .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de gráficos .....</b>	<b>VIII</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Características estruturais da floresta portuguesa .....</b>	<b>3</b>
2.1. Floresta portuguesa: cobertura florestal e composição em espécies .....	3
2.2. A propriedade florestal em Portugal e na Europa .....	4
2.3. O papel determinante dos proprietários florestais privados não industriais no crescimento da área florestal portuguesa .....	9
2.3.1. <i>Crescimento da floresta portuguesa do séc. XIX ao séc. XX</i> .....	9
2.3.2. <i>Apoios aos proprietários florestais privados depois de 1974</i> .....	12
2.3.3. <i>As organizações de proprietários florestais</i> .....	14
2.4. Olhar para a floresta e para os seus proprietários .....	17
2.4.1. <i>Proprietários florestais privados não industriais</i> .....	17
2.4.2. <i>Baldios</i> .....	20
<b>3. Gestão numa escala superior à propriedade individual .....</b>	<b>23</b>
3.1. Factores que levam à necessidade de cooperação .....	23
3.2. Tipos de cooperação .....	24
3.3. Vantagens da gestão numa escala superior à propriedade individual .....	26
3.4. Constrangimentos associados à participação em tipos de gestão numa escala superior à propriedade individual .....	28
3.5. Elementos chave das formas de cooperação .....	30
<b>4. As Zonas de Intervenção Florestal .....</b>	<b>33</b>
4.1. Conceito e pressupostos legais .....	33
4.2. Abrangência territorial .....	34
4.3. Processo de constituição, alteração e extinção .....	35
4.4. Modo de funcionamento e gestão .....	37
4.5. Elaboração e aprovação dos planos de gestão florestal .....	38
4.6. Evolução do conceito de ZIF: 2005-2009 .....	38
4.7. Caracterização das ZIF .....	39
4.7.1. <i>Número, área e distribuição geográfica</i> .....	39
4.7.2. <i>Progressão da constituição das ZIF</i> .....	42
4.7.3. <i>Entidades Gestoras.</i> .....	44
4.7.4. <i>Ocupação do solo</i> .....	46
4.7.5. <i>Ocupação florestal</i> .....	47
4.7.6. <i>Incêndios</i> .....	49
4.7.7. <i>Explorações agrícolas</i> .....	50
4.7.8. <i>Rendimento agrícola</i> .....	52
4.7.9. <i>Emprego</i> .....	53
4.7.10. <i>População</i> .....	54
4.7.11. <i>Tipo de rural</i> .....	56
4.8. Uma proposta de leitura das ZIF .....	57
4.8.1. <i>Classe de área</i> .....	58
4.8.2. <i>Cadastro</i> .....	58
4.8.3. <i>Freguesia prioritária PROF</i> .....	59
4.8.4. <i>Tipo de Entidade Gestora</i> .....	59
4.8.5. <i>Especificidade da Entidade Gestora</i> .....	59
4.8.6. <i>Plano de Gestão Florestal</i> .....	59
4.8.7. <i>Percentagem de área florestal do concelho</i> .....	60
4.8.8. <i>Percentagem de área florestal do concelho com pinheiro-bravo</i> .....	60
4.8.9. <i>Percentagem de área florestal do concelho com eucalipto</i> .....	61

4.8.10. Percentagem de área florestal do concelho com sobreiro .....	61
4.8.11. Área ardida acumulada (2000-2010) .....	61
4.8.12. Área ardida acumulada em povoamentos (2000-2010) .....	62
4.8.13. Tipo de rural .....	62
4.8.14. Variação da população (1991-2001) e (2001-2011) .....	62
4.8.15. Proporção de activos florestais no sector primário .....	63
4.8.16. Proporção de explorações com actividades lucrativas não agrícolas no sector florestal.....	63
4.8.17. Proporção do número de explorações agrícolas com área superior a 20ha.....	64
4.8.18. Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20ha.....	64
4.9. Uma leitura de cada PROF .....	64
<b>5. Conclusões .....</b>	<b>72</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>78</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>81</b>
<b>Anexo I – Comparação entre os conceitos de ZIF de 2005 e 2009.....</b>	<b>82</b>
<b>Anexo II – Distribuição do número de ZIF, área ZIF, área média de ZIF (ha) e desvio padrão da área ZIF, segundo o respectivo PROF (por ordem crescente de área) .....</b>	<b>83</b>
<b>Anexo III – Distribuição por município e PROF do número total de ZIF, área total ZIF, área média de ZIF e seu desvio padrão .....</b>	<b>84</b>
<b>Anexo IV – Tabela de correspondências entre as variáveis “Classe de Área” e “PROF” .....</b>	<b>86</b>
<b>Anexo V – Tabela de correspondências entre as variáveis “Cadastro” e “PROF” .....</b>	<b>87</b>
<b>Anexo VI – Tabela de correspondências entre as variáveis “Localização em freguesias prioritárias” e PROF .....</b>	<b>88</b>
<b>Anexo VII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Tipo de Rural” e “PROF” .....</b>	<b>89</b>
<b>Anexo VIII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Tipo de EG” e “PROF” .....</b>	<b>90</b>
<b>Anexo IX – Tabela de correspondências entre as variáveis “Especificidade das EG” e “PROF” ..</b>	<b>91</b>
<b>Anexo X – Tabela de correspondências entre as variáveis “PGF” e “PROF” .....</b>	<b>92</b>
<b>Anexo XI – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área do município ocupada com floresta” e “PROF” .....</b>	<b>93</b>
<b>Anexo XII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo” e “PROF” .....</b>	<b>94</b>
<b>Anexo XIII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto” e “PROF” ...</b>	<b>95</b>
<b>Anexo XIV – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro” e “PROF” .....</b>	<b>96</b>
<b>Anexo XV – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da superfície do município ardida (ha) (total acumulado 2000-2010)” e “PROF” .....</b>	<b>97</b>
<b>Anexo XVI – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da superfície ardida em povoamentos florestais (ha total acumulado em 2000-2010)” e “PROF” .....</b>	<b>98</b>
<b>Anexo XVII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário” e “PROF” .....</b>	<b>99</b>
<b>Anexo XVIII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Variação da população entre 1991-2001” e “PROF” .....</b>	<b>100</b>
<b>Anexo XIX – Tabela de correspondências entre as variáveis “Variação da população entre 2001-2011 e PROF .....</b>	<b>101</b>
<b>Anexo XX – Tabela de correspondências entre as variáveis “Total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira)” e “PROF” .....</b>	<b>102</b>

<b>Anexo XXI</b> – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção do número total de explorações agrícolas do concelho com classe de superfície agrícola superior a 20 ha” e “PROF” .....	103
<b>Anexo XXII</b> – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha” e “PROF” .....	104
<b>Anexo XXIII</b> – Tabela de síntese de leitura dos PROF .....	105



## Lista de figuras

Figura 2.1. – Número total de prédios rústicos por NUTS II e sua dimensão média por concelho ..	4
Figura 1.2. – Dimensão média das explorações agrícolas (2009) .....	5

## Lista de gráficos

Gráfico 2.1. – Distribuição do número de explorações agrícolas com matas e florestas sem culturas sob-coberto (%) por região e por classe de área .....	5
Gráfico 1.2.- Distribuição da superfície ocupada por explorações agrícolas com matas e florestas sem culturas sob-coberto (%) por região e por classe de área .....	6
Gráfico 2.3. – Uso do solo em Portugal Continental 1865-2005 .....	12
Gráfico 2.4. – Distribuição do número de Organizações de Produtores Florestais por região .....	16
Gráfico 4.1. – Distribuição do número de municípios (%) por classes de área de ZIF, com respectiva proporção na área total de ZIF (%) .....	42
Gráfico 4.2. - Distribuição do número (%) e área (%) de ZIF por classes de área (ha) .....	42
Gráfico 4.3. – Número de ZIF por ano de constituição e por região de administração da AFN .....	43
Gráfico 2.4.- Distribuição dos tipos de Entidades Gestoras .....	45
Gráfico 4.5. – Distribuição das entidades gestoras (%) por número de ZIF geridas e respectiva área total (%) .....	45
Gráfico 4.6. – Distribuição das Entidades Gestoras pelo número de PROF em que estão presentes .....	46

## Lista de tabelas

Tabela 2.1. – Distribuição da propriedade florestal entre os vários proprietários .....	6
Tabela 2.2. – Distribuição da propriedade florestal entre os vários proprietários .....	7
Tabela 2.3. – Distribuição da propriedade privada em países da Europa .....	8
Tabela 2.4. – Distribuição da percentagem e área detida pelos vários tipos de proprietários florestais privados no Continente .....	19
Tabela 3.1. – Tipos de cooperação na gestão florestal .....	25
Tabela 3.2. - Vantagens possíveis da utilização de modelos de gestão cooperativos .....	27
Tabela 3.3.- Constrangimentos à participação em sistemas de gestão numa escala superior à propriedade individual .....	29
Tabela 4.1. – Distribuição das ZIF por área total, área média e área mínima .....	39
Tabela 4.2. – Distribuição por região administrativa da AFN, do número de ZIF, número ZIF (%), área total ZIF, área total ZIF (%) e área média ZIF .....	40
Tabela 4.3. – Localização das ZIF em freguesias prioritárias: número e área ZIF e respectivas percentagens (%) .....	40
Tabela 4.4. – Distribuição agrupada das ZIF por município, área total e proporção da área no total das ZIF .....	41
Tabela 4.5. – Distribuição das ZIF por ano de constituição e área total constituída anualmente ..	42
Tabela 4.6. – Distribuição do número e área ZIF de acordo com a sua situação do cadastro .....	43
Tabela 4.7. – Distribuição do número e área das ZIF de acordo com a situação do Plano de Gestão Florestal .....	44
Tabela 4.8. – Distribuição do número e área das ZIF de acordo com a situação dos Planos Específicos de Intervenção Florestal .....	44
Tabela 4.9. – Distribuição do uso do solo (%) nas áreas das ZIF por região administrativa da AFN .....	47
Tabela 4.10. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área do município ocupada com floresta (%) .....	47
Tabela 4.11. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo (%) .....	48

Tabela 4.12. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto (%) .....	48
Tabela 4.13. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro .....	49
Tabela 4.14. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da superfície do município ardida (ha) (total acumulado 2000-2010) .....	49
Tabela 4.15. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da superfície ardida total acumulada (2000-2010) em povoamentos florestais (ha) .....	50
Tabela 4.16. – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção do número total de explorações agrícolas com classe de superfície agrícola superior a 20 ha .....	51
Tabela 4.17. – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha .....	51
Tabela 4.18. – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção da superfície agrícola autónoma .....	51
Tabela 4.19. – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção da superfície dos produtores individuais em que a fonte de rendimento do agregado é principalmente de origem exterior .....	52
Tabela 4.20. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira) .....	52
Tabela 4.21. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção de emprego familiar no total do emprego no sector primário (%) .....	53
Tabela 4.22. – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção do total de activos no sector primário (%) .....	53
Tabela 4.23. – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário .....	54
Tabela 4.24. – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a sua densidade populacional (habitantes/Km <sup>2</sup> ) .....	54
Tabela 4.25. – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a variação da população entre 1991–2001 e 2001–2011 (%) .....	55
Tabela 4.26. – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a população residente com 65 ou mais anos de idade (%) .....	55
Tabela 4.27. – Distribuição do número e área das ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a população residente com 14 ou menos anos de idade (%) .....	55
Tabela 4.28. – Distribuição do número e área das ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção da população residente sem nível de ensino (%) .....	56
Tabela 4.29. – Distribuição do número e área das ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a população residente com pelo menos o 3º ciclo completo (%) .....	56
Tabela 4.30 – Distribuição do número e área das ZIF por Tipo de Rural .....	57

## 1. Introdução

A floresta portuguesa estende-se por 39% do continente português e só por esse facto merece ser olhada de forma estratégica no conjunto do território nacional. Esta imensa área é na sua maior parte detida por proprietários e produtores florestais privados, o que dificulta a aplicação de políticas que possam ir ao encontro das necessidades da sociedade actual, que tentam equilibrar a sustentabilidade ambiental com a sustentabilidade económica. Além disto, em algumas zonas, a floresta encontra-se ainda pulverizada em pequenas propriedades. Uma floresta com estas características exige que se olhe para este espaço de forma a perceber as suas especificidades, as suas contradições e os objectivos dos seus actores para que depois se possam planear políticas eficazes que possam ir ao encontro de uma floresta que sirva os seus proprietários e ao mesmo tempo que satisfaça as novas necessidades de toda a população. É neste sentido que é formulada a primeira questão de investigação desta tese: **Quais são as características estruturais da floresta portuguesa actualmente, e qual o contexto histórico que contribuiu para essas características?**

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), criadas em 2005, surgem como um exemplo dessa capacidade de iniciativa que o Estado pode ter na floresta. Esta lei aponta directamente para as dificuldades enunciadas - a floresta privada e a pulverização da propriedade - e propõe um modelo de organização dos produtores e proprietários florestais privados de forma a estruturar o território com unidades de escala compatível com uma gestão multifuncional. Esta experiência que tem hoje mais de 5 anos de concretização no terreno pode ser avaliada de várias formas, e já foram realizados alguns trabalhos nesse sentido, como são exemplos os trabalhos de Deus (2010) e da própria Autoridade Florestal Nacional (2011). Este trabalho propõe também uma caracterização da progressão deste instrumento político mas antes disso faz uma discussão sobre os modelos de gestão que podem ser utilizados dentro destas áreas. Esta é a segunda direcção da investigação deste trabalho que procura responder a várias questões: **Quais os tipos de cooperação possíveis dentro deste quadro de gestão? Quais as vantagens em adoptar uma gestão numa escala superior à propriedade individual? Quais os constrangimentos e problemas associados à participação neste tipo de gestão? Quais os elementos chave destas formas de cooperação?**

Só depois de responder a estas perguntas se avança para uma última parte onde se faz inicialmente a análise do conceito de ZIF e da sua evolução. Esta análise é feita com o objectivo de perceber quais as condicionantes às formas de gestão possíveis de aplicar dentro destes espaços, e, de que forma os processos de constituição e funcionamento das ZIF incluem a participação dos proprietários florestais privados. Depois desta análise é feita uma caracterização destas zonas com vista a compreender a complexidade territorial das ZIF, depois de cinco anos de aplicação desta lei. Esta análise é feita através de uma série de variáveis que utilizam dados relativos a aspectos estruturais das ZIF, aspectos sócio-demográficos e das áreas florestais dos concelhos onde estas se situam, procurando responder a duas questões: **Quais os contextos que favorecem a progressão das ZIF? Qual a diversidade dos contextos territoriais a que os modelos de gestão devem dar resposta?**

Esta tese começa com uma descrição do coberto florestal e sua evolução a que se segue uma análise da estrutura da propriedade e como esta se distribui entre os vários proprietários. Feito este retrato da actualidade da floresta portuguesa é iniciado um caminho que percorre o crescimento da floresta portuguesa desde o século XIX até aos dias de hoje, com especial enfoque nas políticas tomadas ao longo deste período e de que forma estas foram - ou não - de encontro aos proprietários florestais privados. Finalmente conclui-se esta parte com uma caracterização mais pormenorizada de dois tipos de proprietários que estão hoje no centro da política florestal com as associações e as ZIF: os proprietários florestais privados e os baldios.

O ponto 3 é dedicado a uma revisão bibliográfica sobre vários aspectos das formas de gestão numa escala superior à propriedade individual. Em primeiro lugar são revistos os factores que levam a uma cooperação entre os proprietários florestais. De seguida procura-se elencar quais esses modelos e quais as suas principais características. Por fim enuncia-se um conjunto de vantagens que podem decorrer da aplicação destes modelos de cooperação.

O último ponto, ponto 4, prévio ao ponto conclusivo, pode dividir-se em duas grandes partes. A parte inicial é uma análise da lei das ZIF e da sua evolução entre os dois quadros legislativos que as definem: o de 2005 e o de 2009. Na segunda parte é feita uma caracterização sócio-demográfica dos territórios em que estas se distribuem.

## 2. Características estruturais da floresta portuguesa

O mapa da propriedade florestal em Portugal é ainda hoje conhecido com muito pouco rigor, seja por falta de dados recolhidos num inquérito realizado especificamente para esse efeito, seja por não haver cadastro para grande parte da área florestal. Os dados que existem sobre a propriedade florestal são estimativas feitas a partir de cruzamentos de várias fontes: o Inventário Florestal Nacional (IFN), Ministério da Agricultura (MA), Instituto Nacional de Estatística (INE), Autoridade Florestal Nacional (AFN), entre outras. Este é um primeiro problema para a aplicação de políticas florestais no país: não se sabe com certeza como se estrutura a floresta que existe. Existem contudo vários estudos que fazem uma caracterização da propriedade florestal em Portugal como Mendes *et. al* (2004), Baptista & Santos (2005), Estratégia Nacional para as Florestas (2006) que, mesmo com diferenças em relação aos valores finais, apresentam resultados muito semelhantes. Este capítulo irá analisar como se estrutura esta floresta - tão desconhecida, mas ao mesmo tempo tão valorizada economicamente em alguns estudos – na actualidade e também no caminho que percorreu desde a fundação dos primeiros Serviços Florestais no século XIX.

### 2.1. Floresta portuguesa: cobertura florestal e composição em espécies

Portugal, segundo o relatório CORINE Land Cover (2006), é o país com a maior dinâmica de uso do solo na Europa. De acordo com este estudo, este movimento é resultado de vários factores: criação de floresta e sua gestão, acelerada substituição dos territórios agrícolas por floresta, crescimento dos incultos e mudanças devido a incêndios.

O último IFN (AFN, 2010), que conta com dados recolhidos entre Dezembro de 2005 e Junho de 2006, indica que a floresta portuguesa cobre 3.458.557 hectares no Continente, isto significa uma cobertura de 39% do território e corresponde a uma floresta *per capita* de cerca de 0,34 ha. Verifica-se um aumento de 3% em relação ao último inventário de 1995/1998, o que corresponde a um aumento de cerca de 100.000 ha. Por outro lado, a superfície agrícola utilizada diminui 5% entre 1999 e 2009 (INE, 2011). A falta de viabilidade económica da agricultura em algumas zonas do país e o envelhecimento dos produtores agrícolas contribuem para o abandono destas áreas e, consequentemente, para o avançar da floresta. Uma vez que grande parte da propriedade florestal se encontra ocupada também por matos, importa referir que a área ocupada por este tipo de vegetação, de acordo com AFN (2010) é de 1.978.000 ha, o que, em conjunto com o território ocupado pela floresta, perfaz mais de 60% da área de Portugal Continental.

Actualmente, segundo a AFN (2010) a espécie mais representada é o pinheiro-bravo (27% da área florestal) seguida de perto pelo eucalipto (23%) e pelo sobreiro (23%). Em conjunto estas três espécies ocupam 73% da área floresta. A azinheira ocupa ainda 13% da área florestal e todas as outras espécies ocupam, cada uma, menos de 5% desta área. O crescimento da área florestal, desde o último IFN realizado no período 1995-1998, deve-se maioritariamente ao crescimento da área ocupada pelo eucalipto (+10%), que cresce quase na mesma medida em que o pinheiro-bravo

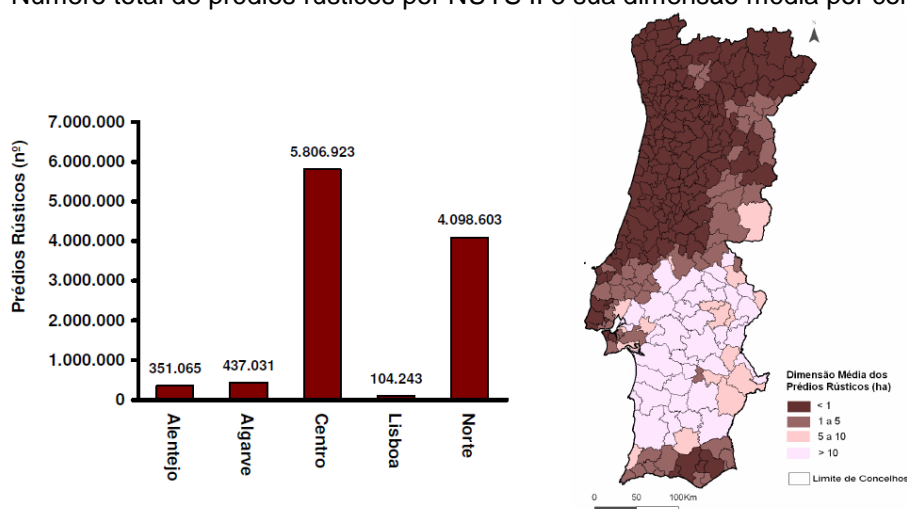
desaparece (-9%). Salienta-se ainda o grande crescimento da área do pinheiro-manso (+68%) e o decréscimo da área do castanheiro (-26%).

No relatório produzido pela Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (AIFF) (AIFF, 2010) esta variação da floresta é explicada de acordo com as motivações económicas dos produtores florestais: as áreas ocupadas com espécies de elevada rentabilidade e prazos de retorno, aumentam (eucalipto e pinheiro-manso); as espécies que cumprem o contrário deste critério diminuem a sua área (pinheiro-bravo e azinheira). Já o sobreiro, que apresenta rentabilidade mas prazos de retorno de investimento superiores, regista uma estabilização da sua área.

## 2.2. A propriedade florestal em Portugal e na Europa

O relatório da Estratégia Nacional para as Florestas (DGRF, 2006) mostra uma figura (Figura 2.1.) onde está representado o número de prédios rústicos por NUTS II e a sua dimensão média por concelho. Estes terrenos são classificados como áreas situadas dentro ou fora de aglomerados urbanos, que tenham como destino a utilização agrícola (Direcção Geral dos Impostos, 2011) e é nestes que se encontra também a floresta privada. Como se pode ver na mesma figura a dimensão média deste tipo de prédios na região acima do Tejo (retirando algumas excepções) é inferior a 5 ha, contrastando com o Sul do território, onde a dimensão média é superior a 10 ha, excluindo o caso do Algarve, onde se volta a verificar uma predominância da pequena área. Observa-se ainda na Figura 2.1. que nas zonas Norte e Centro existem, no total, 9.905.526 prédios rústicos enquanto no resto do país (Lisboa, Alentejo e Algarve), o número de prédios deste tipo é de 892.339. Pode dizer-se que, grosseiramente, existem 10 prédios rústicos na região Norte e Centro para cada prédio deste tipo no resto do Continente.

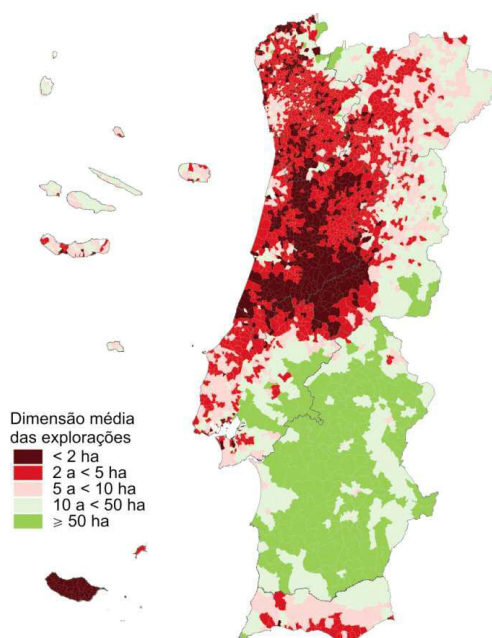
**Figura 2.1. – Número total de prédios rústicos por NUTS II e sua dimensão média por concelho**



**Fonte:** Direcção Geral de Recursos Florestais (2006)

Se o mapa anterior (Figura 2.1.) for comparado ao mapa do INE (Figura 2.2.) que representa a dimensão média das explorações agrícolas, conclui-se que existe uma relação entre o número de prédios rústicos e o tamanho da exploração. Quase sempre, nos casos em que abundam os prédios rústicos de pequena dimensão, está presente exploração de pequena dimensão.

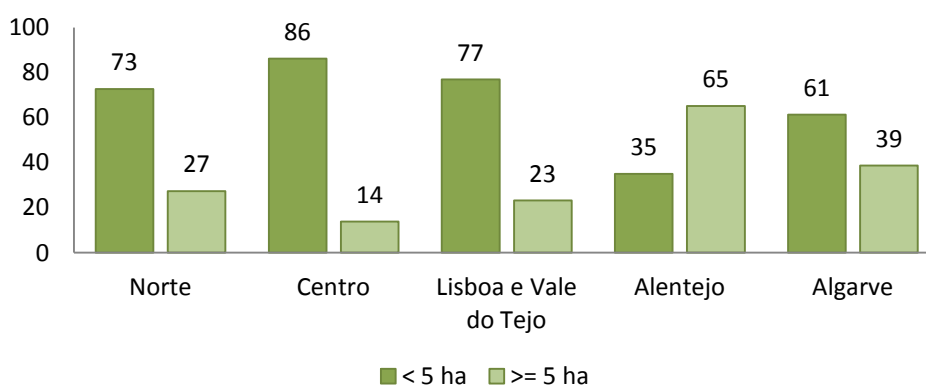
**Figura 2.2. – Dimensão média das explorações agrícolas (2009)**



**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

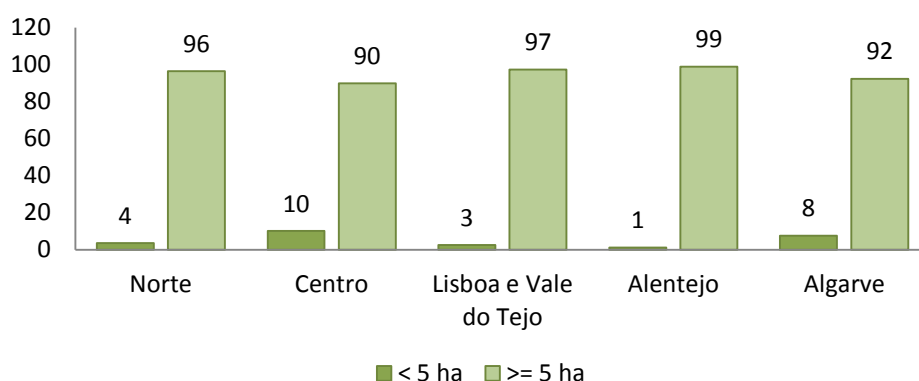
Esta evidência também se mantém nas explorações com matas e florestas sem culturas sob-coberto recenseadas no Recenseamento Geral Agrícola de 2009 (INE, 2011) (Gráfico 2.1.). O Gráfico 2.2. mostra que apesar do peso em número das pequenas explorações ser evidente o mesmo não se passa com a sua área total.

**Gráfico 2.1. – Distribuição do número de explorações agrícolas com matas e florestas sem culturas sob-coberto (%) por região e por classe de área**



**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

**Gráfico 3.2.-** Distribuição da superfície ocupada por explorações agrícolas com matas e florestas sem culturas sob-coberto (%) por região e por classe de área



**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

Este tipo de explorações inclui as superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, em povoamentos puros, ou mistos, bem como as áreas de propagação florestais localizadas no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração e consideram-se aqui como um indicador das explorações florestais.

Todos os dados anteriores indicam que os terrenos onde a floresta está presente são na sua maioria, pelo menos em número, de pequena dimensão e existe uma forte assimetria da fragmentação das explorações entre as regiões do Norte e Centro do país relativamente ao Sul.

Importa agora saber de que forma esta propriedade se distribui entre os vários proprietários. No estudo de Baptista & Santos (2005) tomam-se como ponto de partida os dados relativos à floresta do Inventário Florestal Nacional de 1995-1998. A propriedade florestal divide-se, neste estudo, entre: o “Estado”, “Baldios”, “Empresas Industriais”, “Proprietários Florestais Privados” e “outros proprietários”. Incluem-se na categoria de “outros proprietários” várias entidades (câmaras municipais, juntas de freguesia, associações, Igreja, etc.). A propriedade divide-se, no estudo citado, na forma representada na Tabela 2.1..

**Tabela 2.1. –** Distribuição da propriedade florestal entre os vários proprietários

Proprietário	Área (milhares ha)	Percentagem (%)
Estado	86	3
Baldios	380	11
Empresas industriais	330	10
Proprietários florestais privados	2.453	73
Outros proprietários	100	3

**Fonte:** Baptista & Santos (2005)

Num outro estudo, a Estratégia Nacional para as Florestas (Direcção Geral de Recursos Florestais, 2006), as conclusões são praticamente as mesmas que no estudo citado. Já em Mendes *et. al* (2004) os dados relativos a quem detém a propriedade são relativamente diferentes (Tabela 2.2.).



**Tabela 2.2.** – Distribuição da propriedade florestal entre os vários proprietários

Proprietário	área (milhares ha)	percentagem (%)
Estado	40	1,2
Baldios	180	5,4
Privados	3129	93,4
NIPF	2910	86,9
Indústrias florestais	219	6,5

**Fonte:** Mendes *et. al* (2004)

A diferença entre os dois estudos é de cerca de 10% para os proprietários florestais privados e de 1,8% para o Estado. Não é objectivo desta tese esgrimir números, e assume-se que a diferença entre os dados se baseia na forma como estes foram cruzados para obter as percentagens e na falta de um inquérito oficial feito exclusivamente para a propriedade florestal. O que importa é observar mais duas características da floresta em estudo: o peso enorme dos proprietários florestais privados e o peso mínimo do Estado. Esta distribuição da propriedade não é muito diferente desde a criação dos primeiros Serviços Florestais em 1824 (Mendes, 2005a).

Em ambos os estudos anteriores se designam os proprietários florestais privados fora das áreas detidas pelas indústrias. Estes proprietários, como já se nota em Mendes *et al.* (2004), incluem-se na designação internacional de “proprietários florestais privados não industriais” ou NIPF (non-industrial private forest owners), e é esta a designação que será utilizada neste trabalho.

De seguida apresenta-se um retrato da distribuição da propriedade na Europa. Com isto pretende-se clarificar a especificidade da realidade da floresta portuguesa, nomeadamente sobre a elevada percentagem de propriedade privada. Esta questão que por vezes contamina o debate com considerações sobre o fatalismo da nossa condição impede que se faça uma reflexão crítica e que se aproveitem os vários exemplos que têm vindo a ser aplicados no exterior. Como mais tarde se verá, a questão da dimensão da propriedade é importante mas não explica, por si só, os diferentes modelos de gestão adoptados.

Na tabela retirada de Jáger (2005) *cit. in* Bouriaud (2006), apresenta-se a distribuição da floresta privada na Europa (Tabela 2.3.). Antes da análise da tabela é necessário ter atenção a duas coisas: este quadro não tem os tipos de proprietários homogeneizados na categoria dos “proprietários mencionados nas estatísticas nacionais”, o que pode levar a uma oscilação dos valores presentes para a percentagem da área privada; foi corrigido o valor da área da Noruega para a percentagem de área privada recorrendo a Nordfjell *et. al* (2005).

Portugal é apresentado como um dos casos em que os proprietários florestais não industriais são mais importantes, mas não o único país em que esta característica está presente, nem mesmo de forma mais significativa (ver caso da Noruega). O facto da estrutura fragmentada da propriedade florestal não ser específica do nosso país permite reconhecer e adoptar medidas que estão a ser utilizadas em outros países para lidar com o mesmo facto.

**Tabela 2.3. – Distribuição da propriedade privada em países da Europa**

País	Floresta privada (1000 ha)	Floresta privada (%)	Proprietários / Propriedade privada (1000)	Categoria dos proprietários mencionados nas estatísticas nacionais	Tamanho médio da propriedade privada (ha)	Pequena propriedade (% do total de floresta privada)
Áustria	2938	80	n.a.	Indivíduos, comunidades	n.a.	<5 ha: 28,3% <10 ha: 60,9%
Bulgária	322,4	8,1	n.a.	Privados (indivíduos)	< 2 ha	<10 ha: 95%
Croácia	461,1	19	599	Indivíduos privados	0,76	maioria < 2 ha
Dinamarca	223,9	46	24,8	Indivíduos Privados	9	<2 ha: 1,9% <5 ha: 7,1% <10 ha: 13,7%
Finlândia	1200	61	446	Privados (NIPF)	26	<5 ha: 35% <20 ha: 63%
Alemanha	4824	46	860	Privados (indivíduos e empresas)	2,2	<1 ha: 12% <10 ha: 40%
Hungria	732	40	Cerca de 300	Privados (indivíduos e empresas)	Cerca de 2,4	Na
Irlanda	282,9	41	Cerca de 17	Indivíduos privados, sobretudo agricultores	10,6	<5 ha: cerca de 30%
Itália	3859	60	n.a.	Indivíduos privados	7,5	<5 ha: 5,7% <20 ha: 16,5%
Lituânia	665,7	32,2	222,2	Proprietários privados (indivíduos sobretudo)	3	<1 ha: 24,7% <5 ha: 74,4% <10 ha: 90,1%
Holanda	120	33	Desconhecido	Proprietários privados (indivíduos)	n.a.	<5 ha: 50%
Noruega	7012	84,5	122,2	Privados (NIPF), Empresas	57	<25 ha: 58%
Polónia	1544	16,8	Cerca de 1500	Proprietários privados (indivíduos sobretudo)	1	<2 ha: dominante
Portugal	3129	93,4	n.a.	Proprietários privados, indivíduos e empresas	n.a.	<4 ha: 15% <10 ha: 22% (50% região Centro e Norte)
Roménia	500	7,8	700	Proprietários privados, indivíduos	0,7	<1 ha: 80%
Suíça	326	28,8	250	Proprietários privados, indivíduos	n.a.	<2 ha: 4% <10 ha: 11% <20 ha: 17%
Reino Unido	1110	43	n.a.	Proprietários privados, indivíduos	n.a.	<2 ha: 4% <10 ha: 11% <20 ha: 17%

**Fonte:** adaptado de Jáger (2005) *cit. in* Bouriaud (2006)

Tirando os casos extremos da Itália, Finlândia, Áustria, Portugal e Noruega, onde a propriedade privada é igual ou superior a 60%, o resto da realidade europeia é caracterizada por uma partilha entre a propriedade pública e privada, exceptuando os casos também extremos da Bulgária e Roménia, onde a propriedade pública é superior a 90%.

Outro dado interessante é que, na maior parte das vezes, a floresta privada tem associada a si a fragmentação da propriedade. Como se pode ver na tabela anterior, nos casos da Croácia, Bulgária, Polónia e Roménia, as propriedades florestais com tamanho inferior a dois hectares chegam a representar 80-90% da área total de florestas privadas. No resto das florestas europeias a maior parte da propriedade é sempre inferior a 10 ha exceptuando alguns casos como a Finlândia e Noruega, onde aproximadamente 60-70% das florestas privadas têm menos de 20-25 ha.

O número de proprietários florestais privados não industriais não é conhecido em todos os países (como acontece em Portugal). Algumas vezes as estatísticas não são conhecidas (por exemplo, a propriedade florestal menor do que cinco hectares não é registada na Holanda) e, outras vezes, as estatísticas consideram apenas o número de propriedades florestais.

### **2.3. O papel determinante dos proprietários florestais privados não industriais no crescimento da área florestal portuguesa**

Como se viu anteriormente a floresta portuguesa é hoje, na sua maioria, detida por proprietários florestais privados, cabendo ao Estado apenas uma pequena percentagem da sua área. Este não é um fenómeno recente: é antes um facto que acompanha a história e crescimento da floresta desde a criação dos primeiros Serviços Florestais no século XIX.

Este ponto pretende percorrer o caminho do crescimento da floresta desde o início dos primeiros antecedentes dos Serviços Florestais do Estado até à actualidade. Esta análise, que contribui para uma compreensão da floresta que hoje existe, tem como objectivos identificar as principais políticas que tiveram impacto neste espaço e no seu crescimento e relacionar estas mesmas políticas com os proprietários florestais privados.

#### **2.3.1 Crescimento da floresta portuguesa do séc. XIX ao séc. XX**

Na altura da criação da primeira Administração Geral das Matas e da Coroa, em 1824, o país estava confrontado com uma grande área classificada como “inculta”. Dados de um inquérito datado de 1867 revelam que esta área ocupava 62,3% da superfície do país enquanto a floresta se prolongava apenas por 14,1% (Mendes, 2005a). Esta entidade pública, na altura ligada ao Ministério da Marinha, tinha como objectivos: melhorar a gestão das matas públicas, para manter o fornecimento de madeira e prevenir a erosão. Esta acção estaria, porém, limitada à pequena área florestal pertencente ao Estado e, dados os elevados custos que seriam necessários para intervir nas áreas privadas, a intervenção na imensidão de terrenos “incultos” estava dificultada, pois estes pertenciam na sua maioria a proprietários privados. Apesar desta dificuldade, no período de 1875-1938 a floresta registou um crescimento de cerca de um milhão e oitocentos mil hectares.

Uma vez que a área florestal intervencionada pelo Estado é bastante menor que este valor – 19.940 ha em 1847-65 (Mendes, 2005a) – este crescimento só pode ter sido feito à custa dos proprietários florestais privados que respondiam ao estímulo dos mercados: avançou o montado no Sul e o pinhal no Norte Centro (Radich e Baptista, 2005).

O Estado mantinha no entanto a sua visão inicial e procurou dar resposta à necessidade de ir ao encontro desta propriedade que não lhe pertencia e que, por isso, não lhe era possível influenciar na sua gestão.

Uma primeira resposta foi dada no início do século XX com a publicação dos vários decretos que formam o Regime Florestal (Mendes, 2005a; Radich e Baptista, 2005). Inicialmente instituído em 1901, este foi alterado em 1905 para ir de encontro aos terrenos e matos particulares (Baptista, 1993). Este regime, que se divide em várias modalidades, foi pensado para conseguir diferentes maneiras de intervenção pública em todos os tipos de propriedade sem recorrer à sua expropriação (Mendes, 2005a). Os proprietários beneficiavam de vários serviços do Estado, de acordo com a modalidade escolhida, e não perdiam os direitos da sua propriedade.

O sucesso do Regime Florestal é medido por ter sido a base legal que permitiu a intervenção nas áreas comunitárias (baldios), sobretudo nos distritos do Norte do País, e por ter permitido a protecção da propriedade privada no Sul. De acordo com Baptista (1993) a propriedade particular submetida ao Regime Florestal é quase exclusivamente a grande propriedade do Sul do país. Para isso contribuíram os incentivos dados pelo Estado que só estavam ao alcance deste tipo de proprietários: direito a dispor de polícia florestal privativa e direito à caça e pesca dentro das propriedades. Segundo dados do mesmo autor, em 1973, estavam sujeitos ao Regime Florestal 866.000 hectares deste tipo de propriedade, todos incluídos no Regime Florestal que incluía apenas o policiamento. Na mesma data, com dados da mesma fonte e neste caso, com uma contribuição positiva para o crescimento da floresta, estavam submetidos perto de 500 mil hectares de zonas baldias a este Regime.

Outra tentativa de intervir na floresta privada foi feita com a aprovação do Decreto-Lei nº 13658 de 1927. Este decreto tinha como objectivo legislar sobre algumas práticas florestais que tinham de ser regulamentadas e evitar a desarborização, mas, como é referido em Baptista (1993), a falta de resultados concretos desta lei levaram a que fosse votada à ineficácia.

A aprovação do Plano de Povoamento Florestal (1939-1977) constituiu, a par do Regime Florestal, um instrumento com relevância na arborização do Continente. Com a preocupação em aumentar a sua área de influência, os Serviços Florestais centram o alvo, com este plano, na arborização dos terrenos comunitários das serras do Norte e Centro e nas dunas, utilizando para isso, quase sempre, o pinheiro bravo (Baptista, 1993). A ambição era de tal ordem que o Estado financiava todas as operações, caso os corpos administrativos não tivessem meios para financiar a obra (Baptista, 1993), o que incluía, não só a arborização, mas também todas as estruturas complementares como: edifícios, caminhos florestais, postos de vigia, obras de correcção torrencial entre outras. Este plano tinha como objectivo arborizar 420.000 ha no período 1939-68, dos quais só cumpriu cerca de 270.000 (Radich e Baptista, 2005, Mendes, 2005a).

Mais uma vez, o plano partia da visão que o Estado tinha da floresta, sem nenhuma ligação com a economia dos povos que viviam dos baldios, o que desencadeou quase sempre conflitos nas populações que eram espoliadas do seu suporte para a actividade agrícola e pastoril (Bica, 2010). Esta visão estava agora também mais relacionada com o processo de industrialização, nomeadamente a indústria de pasta de papel (Radich e Baptista, 2005). Este Plano de Povoamento

Florestal estava acompanhado de Planos de Fomento ambiciosos que balizavam a área de arborização a cumprir pelo Estado. Depois do II Plano de Fomento (1959-1964) voltou a dar-se alguma atenção à propriedade privada (Baptista, 1993).

É ainda em 1954, durante o I Plano de Fomento, que é aprovada a lei nº 2069 que tenta novamente ir de encontro aos proprietários privados. Esta lei tem como principal objectivo promover a arborização de terras privadas através dos proprietários com supervisão do Estado, por via do Estado, ou ambos. Esta campanha resultou na arborização de 40.000 ha (Mendes, 2005a) (segundo Baptista (1993) não se verificou qualquer arborização por parte dos Serviços Florestais) e na criação de uma agência que tinha como objectivo lidar com a floresta privada. A par destas medidas foram ainda implementadas medidas de fomento que incluíram a distribuição de sementes e plantas a particulares, assim como assistência técnica (Baptista, 1993). Foram ainda responsáveis pela criação de viveiros que teriam muita importância na expansão do eucalipto a partir dos anos sessenta (Mendes, 2005a).

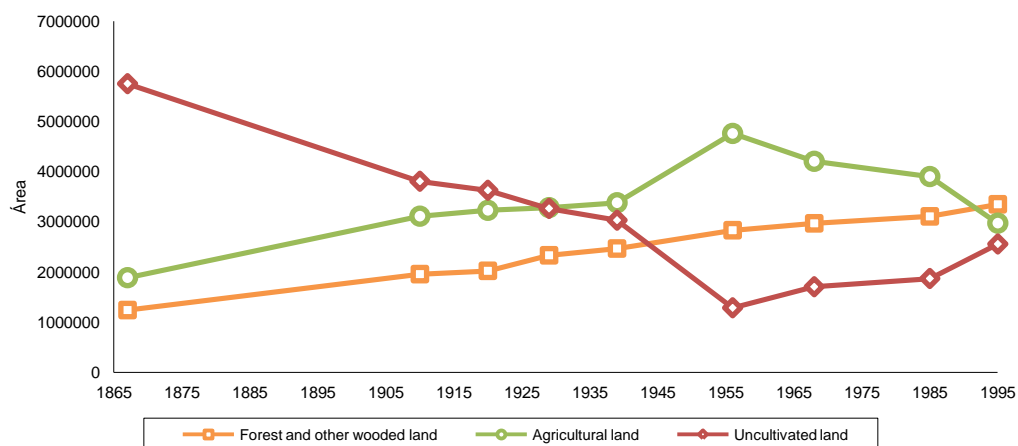
A partir dos anos 1960, o contexto em que se desenvolve a floresta portuguesa é marcado por duas questões, sintetizadas em Baptista (1993), que se tinham vindo a desenvolver desde os anos anteriores. Em primeiro lugar, há a questão da crise cerealífera e a necessidade de procura, por parte dos grandes proprietários que ocupavam os piores solos, de uma cultura alternativa. Em segundo lugar, desenvolvia-se nesta altura a indústria de celulose, que pressionava o Estado para criar condições de fornecimento de matéria-prima.

É neste contexto que é implementado o Fundo de Fomento Florestal, ainda em 1945 (viria a ser reformulado nos anos sessenta para melhorar a intervenção na floresta privada). A sua acção baseava-se na assistência técnica aos proprietários privados, gestão de incentivos financeiros e a possibilidade de arborização directa das propriedades privadas, com acordo dos proprietários, através das Brigadas de Arborização, além das já referidas subvenções de plantas e sementes. Este fundo viria a ter sucesso entre 1965-1974 com a arborização de 77 mil hectares, mas a sua actuação foi mais visível apenas no Sul do país, nas grandes propriedades que procuravam essa alternativa ao recuo da área de cereal (Radich e Baptista, 2005). Este programa foi continuado até à década de 80, onde foi depois incluído no projecto patrocinado pelo Banco Mundial.

Aproveitando-se desta dificuldade em arborizar as propriedades pelo Estado, a Indústria de Celulose lançou, a partir do final da década de sessenta, um plano de florestação de grande envergadura, descrito com algum pormenor em Baptista (1993). Este plano era muito mais apelativo aos proprietários privados do que o do Estado, que não tinha capacidades financeiras para um plano tão ambicioso: compra de propriedades, pagamento de rendas anuais, despesas de florestação da responsabilidade da empresa, duração muito alargada dos contratos. Neste plano, que até ao final do ano de 1974 contava com a instalação de 44.693 hectares, foi utilizado intensivamente o eucalipto, como é fácil de prever. Novamente, mais de metade da área intervencionada foi no Sul do país.

Neste percurso, desde 1826 até à queda do estado Novo em 1974, a floresta teve um grande crescimento, passando de cerca de 1.000.000 de hectares no século XIX até cerca dos 3.000.000 na década de 70 (Baptista, 1993), como pode ser visto no Gráfico 2.3.

**Gráfico 2.3. – Uso do solo em Portugal Continental 1865-2005**



**Fonte:** Mendes *et. al* (2004)

Este crescimento, como foi explicado anteriormente, pode ser dividido em duas fases distintas: a primeira é a que vai desde o século XIX até 1938, a segunda é a partir desta data até 1974. Na primeira fase, o crescimento deve-se quase inteiramente à acção dos proprietários florestais privados que respondiam às procuras do mercado da altura. A acção dos Serviços Florestais, estando limitada às pequenas áreas do Estado, teve alguma repercussão, mas pouco visível. Depois de 1938, o crescimento florestal é potenciado pela intervenção directa do Estado que encontra mecanismos de intervenção na área privada, nomeadamente na grande propriedade no Sul, nas áreas comunitárias do Norte-Centro e nas dunas do Litoral. Os pequenos proprietários, que também arborizaram as suas propriedades, continuaram esquecidos nestas políticas, restando para eles apenas as plantas e sementes que eram subsidiados de forma gratuita, guiados pelos exemplos que viam ser feitos e respondendo às demandas do mercado, mas sempre em posição de inferioridade, uma vez que sozinhos tinham muito pouca capacidade para negociar a sua posição no mercado. Depois de 1974, inicia-se um novo período, como se verá, em que o aumento da área florestal se deve ao financiamento por parte das políticas públicas.

### **2.3.2. Apoios aos proprietários florestais privados depois de 1974**

De acordo com Radich & Alves (2000), os objectivos de arborização da propriedade privada não têm uma grande modificação depois da passagem de 1974, nem a entrada em regime democrático os veio alterar grandemente. O que houve, sim, foram alterações nalguns objectivos especiais das políticas, e, modificações institucionais e funcionais, proporcionadas pela adesão à União Europeia (EU).

Um facto incontornável, que marca a entrada no regime democrático na floresta, é a devolução dos baldios às comunidades locais, o que acabou por diminuir a área intervencionada pelo Estado. Esta decisão abria também a possibilidade de as comunidades optarem por estes continuarem a ser geridos pelos Serviços Florestais, opção esta que foi tomada pela maioria das unidades de baldio (Radich e Baptista 2005).

Continuava ainda nesta altura o Fundo de Fomento Florestal que, durante a sua vigência, foi responsável pelo fornecimento, sem pagamento, de 97 milhões de plantas de árvores (Vieira 1991 *cit. in* Mendes 2005a).

Em 1980 é negociado um acordo entre o Estado Português e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do qual resulta o Projecto Florestal Português/Banco Mundial. Este programa que “(...) assinalou o declínio da intervenção directa do Estado na florestação (...)”, segundo afirmam Radich & Baptista (2005), foi desenhado para intervir directamente nas propriedades florestais privadas, além das propriedades do Estado, através dos Serviços Florestais e da PORTUCEL, então nacionalizada. Inicialmente previsto para o período de 1981/86, seria depois prolongado até 1988/89. Entre os vários objectivos deste plano encontram-se o aumento do rendimento dos “pequenos proprietários silvícolas” e previam-se créditos para associações de pequenos proprietários e para a criação de um serviço de extensão florestal. Depois de concluído o projecto, verifica-se que as propriedades de pequena dimensão não foram privilegiadas (Radich & Baptista, 2005) e que os fundos para a criação do serviço de extensão florestal e de cooperativas florestais não foram utilizados (Radich & Alves, 2000, Mendes *et al.*, 2004). Mesmo assim o Projecto conseguiu arborizar 131.908 ha dos 150.000 previstos (Mendes, 2005a).

A entrada na EU, em 1986, marca definitivamente uma nova era do papel do Estado no desenvolvimento da floresta, que beneficiava agora de um conjunto de programas de incentivos financeiros para a arborização, reflorestação e melhoramento dos povoamentos existentes. Estas novas políticas desviaram a totalidade da responsabilidade da elaboração, apresentação e execução dos projectos de arborização para os proprietários florestais privados deixando o Estado apenas como a entidade fiscalizadora da aplicação dos fundos. Outra diferença entre os apoios dados antes destes programas é que, a partir de agora, os incentivos não são empréstimos, mas sim fundos.

O primeiro programa, que juntou várias medidas de incentivos co-financiados pela EU especificamente para Portugal, foi o Programa de Acção Florestal (PAF), que estava previsto para um período de 10 anos (1986/7 a 1996/7). Como foi dito anteriormente, este programa transfere para os proprietários a apresentação de candidaturas, a implementação dos projectos de investimento e o cumprimento dos Planos Orientadores de Gestão, para os quais estavam disponíveis subsídios a fundo perdido, dependendo da dimensão das explorações florestais, com prioridade para a criação de agrupamentos de produtores com áreas florestais contínuas. Estes últimos não voltariam a ser utilizados (Mendes *et al.*, 2004).

No início dos anos 90, foi criado o 1º Quadro Comunitário de Apoio (QCA), mas este estava direccionado para as organizações de agricultores e não para as florestais (Feliciano, 2008).

Houve mais um programa do tipo do PAF, o Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF), do 2º QCA, o qual, por sua vez, fazia parte do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF). Este programa esteve em vigor de 1994 a 1999 e apoiava a arborização de áreas ardidas e novas áreas, a beneficiação de povoamentos e acções de uso múltiplo da floresta.

Entretanto, surgiam ainda medidas florestais de apoio que acompanhavam estes programas, integradas nos regulamentos da então Comunidade Económica Europeia (CEE), no contexto da reorientação da Política Agrícola Comum (PAC). Em Radich & Alves (2000) são apresentadas

algumas como: o REG (CEE) n.º 2080/92 de “Medidas florestais nas explorações agrícolas”, que apoiava acções de florestação em propriedades agrícolas, com o objectivo de aumentar a sua eficiência; o REG (CEE) n.º 866/90 de “Apoio à melhoria estrutural de sectores de transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas – cortiça”; o REG (CEE) n.º 867/90 de “Apoio à melhoria estrutural de sectores de transformação e comercialização – Madeira”; e outros que se poderiam ainda citar.

Em 1999, foi criado o programa de Sapadores Florestais, que garante o apoio à constituição de equipas de sapadores dentro das OPF com dois objectivos principais: realizar trabalhos de silvicultura preventiva e dar apoio à 1ª intervenção no combate aos incêndios florestais (Feliciano, 2008).

A partir do 3º QCA, que vigorou de 2000 a 2006, foi criada uma medida especial de apoio às Organizações de Produtores Florestais (OPF). Esta medida tinha como objectivo a promoção e consolidação do associativismo florestal, através do apoio à constituição e arranque das OPF e das estruturas organizativas de baldios.

Ainda durante o início da primeira década do século XXI, os enormes incêndios ocorridos no ano de 2003 precipitaram a implementação do Fundo Florestal Permanente (FFP), previsto já na Lei de Bases da Política Florestal de 1996. Este fundo, financiado através de um imposto sobre os combustíveis, tem como objectivos: promover a gestão florestal sustentável e reduzir o risco de incêndio através de várias medidas, o que inclui a constituição de novas estruturas de gestão conjunta. E, embora devendo destinar-se essencialmente aos proprietários florestais privados, uma boa parte do financiamento do FFP tem ido parar a instituições públicas, nomeadamente aos municípios (Feliciano, 2008).

Como Mendes (2005a) sintetiza, existem algumas características comuns a todos estes planos depois da entrada da União Europeia: os incentivos são fundos, e não empréstimos ou outro tipo de incentivos e terminou a intervenção directa por parte dos Serviços Florestais porque a iniciativa foi deixada para os proprietários florestais. Estes passaram a ter apenas um papel de regulador de incentivos e abandonaram o seu possível papel no provisionamento de assistência técnica e outro tipo de suporte aos proprietários privados.

Nesta terceira fase de desenvolvimento da floresta, que compreende o último quartel do século XX e o início do século XXI, os proprietários florestais passam a ser os actores das políticas públicas, requerendo para o seu financiamento, um esforço de candidatura aos vários fundos que foram disponibilizados. Este esforço necessitava muitas vezes de uma ajuda por parte de organizações de proprietários que se foram formando nestes anos. É a formação desse tipo de estruturas que é tratado no próximo ponto.

### **2.3.3. As organizações de proprietários florestais**

Até à última década do século XX, os actores da floresta eram três: os proprietários privados, as indústrias e o Estado. Hoje, o número de representantes da floresta aumentou e incluem-se, entre os novos intervenientes, os proprietários de áreas comunitárias, as organizações de proprietários



florestais (OPF), associações e cooperativas florestais, assembleias de compartes nos baldios e associações de caça e pesca, as autarquias e as organizações não governamentais, principalmente as de carácter ambiental.

Este recente associativismo florestal integra vários tipos de organizações, diferenciadas quanto à abrangência dos seus objectivos, incluindo as que se dedicam exclusivamente a actividades ligadas ao ordenamento e gestão florestal (associações e cooperativas florestais) e as que desenvolvem outras actividades ligadas ao sector agrário (associações agro-florestais e cooperativas agrícolas com secção florestal).

As razões para o aparecimento tardio deste tipo de organizações são resumidas em Mendes (2005b), que sintetiza algumas hipóteses que derivam do contexto político, social e do mercado florestal:

- Em primeiro lugar, o entrave é devido à própria “natureza” dos Serviços Florestais. Já em Mendes (2005a), é referido que os Serviços Florestais sofriam de um forte caso de “*path dependence*” e o mesmo é confirmado em Radich & Baptista (2005), quando afirmam que a matriz fundadora da silvicultura portuguesa foi marcada pela mão estatal e o sentido de interesse público, o que levou a que a o território fosse visto de forma global, a partir de cima. Esta prática dos Serviços Florestais, que se prolongou durante os séculos XIX e XX, permitiu uma gestão adequada às florestas públicas, mas ineficiente para lidar com a realidade dos pequenos proprietários privados. As arborizações feitas por esta estrutura foram feitas como se as terras pertencessem ao Estado.
- A segunda razão apontada tem a ver com a própria profissão de técnico florestal. A formação nesta área não dá muita atenção às ciências sociais nem ao estudo da política florestal, o que leva a que as soluções sejam pensadas de forma técnica e sem ligação aos aspectos socioeconómicos.
- A terceira razão deve-se ao sistema político que governou o país durante a maior parte do tempo de vigência destes Serviços. O regime não democrático era muito activo contra qualquer tipo de organização rural colectiva.
- Em quarto lugar, há uma razão que se deve aos próprios proprietários. Como se verá adiante em maior detalhe e como foi já apontado anteriormente, há uma diferença no tamanho da propriedade detida pelos proprietários do Sul e do Norte e Centro do País. Os proprietários do Sul, com grandes propriedades, não têm necessidade de se organizar de forma colectiva. Nas regiões do Norte e Centro, a organização colectiva dos proprietários é necessária mas, como esta tem demasiados custos, só quando foi possível contornar este problema, é que estes começaram a responder de forma positiva.
- A quinta e última razão enunciada em Mendes (2005b) tem a ver com a inércia criada pelas Indústrias florestais. Inicialmente, estas empresas não tinham grande interesse na promoção da organização colectiva dos proprietários, uma vez que o aumento e melhoramento da sua representatividade iria também aumentar o seu poder de mercado e aumentar os custos de produção. Hoje esta visão mudou pelo risco de falta de matéria-prima, devido aos incêndios florestais, pela necessidade de certificação dos produtos e porque as plantações de eucalipto

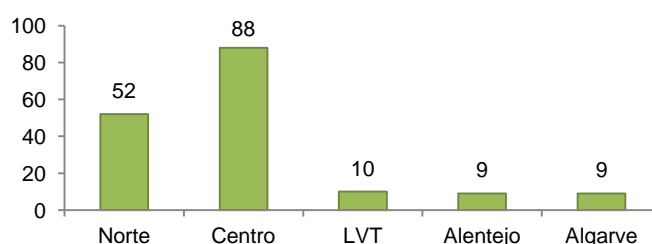
chegaram ao seu limite físico na região do Sul, o que leva a que a produção tenha de ser alargada ao Norte e Centro, onde se encontra a maior parte da pequena propriedade.

Devido a todas estas razões, é só a partir do início da década de 90 do século XX que se criam as condições necessárias à emergência de um movimento associativo florestal. Apesar dos fundos para a criação destas estruturas e para a criação de um serviço de extensão florestal não terem sido utilizados, como é apontado no ponto anterior, os programas da EU levaram a uma mudança nas políticas que tinham sido desenvolvidas até esta data e contribuíram indirectamente para a criação destas estruturas. A característica destas políticas, responsável por este efeito, foi o desvio total da iniciativa e responsabilidade para os proprietários florestais, o que criou a necessidade da existência de estruturas que disponibilizassem a ajuda necessária na preparação das suas candidaturas aos fundos e depois na assistência técnica para os aplicarem. Como os Serviços Florestais não tinham a capacidade para fazer este acompanhamento, uma vez que estavam ocupados a fiscalizar as candidaturas e planos apresentados, as organizações de proprietários florestais preencheram esta falha. Esta é apontada em Feliciano (2008) e Mendes (2005a) como a maior razão para o aparecimento das OPF. Outra das razões apontada pelos mesmos autores é a procura da diminuição do risco de incêndio, através de trabalhos de silvicultura preventiva.

Ainda assim, e como é referido em Mendes (2005b), os proprietários mais predispostos a utilizar este tipo de apoios foram os proprietários de propriedade média e não os de maior nem de mais pequena propriedade.

Já desde 1977 que se regista um crescimento das OPF, mas foi a partir da última década do século XX que realmente se deu um salto significativo no número de organizações existentes. Em 2006, as OPF abrangiam já cerca de 35 mil proprietários o que num universo estimado de 500 mil é ainda muito pouco (Direcção Geral de Recursos Florestais, 2006). Actualmente existem 168 OPF distribuídas pelo país de acordo com a AFN (Gráfico 2.4.).

**Gráfico 2.4. – Distribuição do número de Organizações de Produtores Florestais por região**



**Fonte:** AFN (2011)

Uma particularidade deste movimento, que confirma o que se tem vindo a descrever nos pontos anteriores, é o facto de ter nascido no Norte e Centro do país, onde se concentra a propriedade mais pequena e o maior risco de incêndio. É de realçar ainda que este movimento deve também o seu crescimento mais forte ao surgimento, no início da década de 90, da Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (AFNCP), que utilizou na sua constituição um fundo não

direccionado para a floresta (Feliciano, 2008). Esta associação, que precedeu a actual FORESTIS, tinha como objectivo a criação de associações locais de proprietários para a gestão e defesa da floresta a nível local, o que contribui para o aparecimento de várias OPF que ainda hoje se mantêm.

## **2.4. Olhar para a floresta e para os seus proprietários**

Os pontos anteriores permitiram situar a floresta portuguesa no seu contexto actual. Fundamentou-se este contexto com a informação disponível quanto à área florestal, a estrutura da propriedade e a sua distribuição por entre os vários proprietários. Fundamentou-se ainda este contexto com uma descrição histórica que percorreu um caminho desde o século XIX até à actualidade. Este caminho confirmou a importância actual das áreas detidas pelos proprietários florestais privados não industriais e das áreas comunitárias. Este último ponto irá analisar estas duas áreas que continuam hoje a ser a maior parte da floresta e para as quais começam hoje a surgir novas formas de representação.

### **2.4.1. Proprietários florestais privados não industriais**

Na falta de um inquérito florestal que caracterize os proprietários florestais, a fonte mais realista para caracterizar este grupo é o inquérito realizado por Baptista & Santos (2005) em 26 freguesias, distribuídas pelas diferentes regiões do Continente, onde foram inquiridos 2406 proprietários. Este estudo inclui um questionário geral de caracterização socioeconómica deste tipo de proprietários no qual se conclui o seguinte:

São geralmente homens, a grande maioria com mais de sessenta anos e mais de um terço com idade superior a sete décadas. Mais de 70% tem pelo menos um descendente directo. Cerca de metade destes proprietários apenas fez o 1º ciclo (4.ª classe). Os outros proprietários dividem-se entre os que não tem qualquer instrução e os que têm formação secundária e superior. Mais de metade declaram-se reformados, os restantes estão divididos entre proprietários, trabalhadores por conta de outrem e patrões. Como principal origem do rendimento exterior à floresta, são indicadas as reformas e pensões rurais, a seguir vêm os salários, e, por fim, as receitas provenientes de actividades empresariais ou por conta própria.

Num outro trabalho (Deus, 2010), realizado no concelho de Mação a apenas 139 (19,6%) dos proprietários “aderentes” das Zonas de Intervenção Florestal, as conclusões são bastante semelhantes ao trabalho descrito anteriormente. A diferença mais notável é que, neste caso, a maioria de proprietários são do sexo feminino (73,4%). Uma outra informação que é dada por este último inquérito, a qual seria muito interessante obter para o resto da realidade nacional, tem a ver com o concelho de residência dos inquiridos: menos de metade é residente no concelho de Mação e uma parte significativa (um terço) reside a mais de 100km de distância desta localidade. Seria no entanto necessário um estudo para comprovar a realidade que se adivinha: grande parte das pequenas propriedades é detida por proprietários que vivem no litoral, ou em zonas urbanas, longe

das suas propriedades, mas que as visitam frequentemente e conservam uma ligação sentimental com as suas terras.

Dentro deste mapa geral vive uma diversidade muito maior de proprietários, e este é o principal factor de análise que move esta tese, pois só indo de encontro a esta diversidade de lógicas de gestão se podem destinar soluções apropriadas. Esta diversidade está presente mesmo quando se olha apenas para a propriedade florestal de pequena dimensão: esta, só por si, não indica nem explica a lógica de gestão do proprietário (Baptista & Santos, 2005).

Mendes *et. al* (2004: 62) faz algumas considerações sobre as motivações que movem estes proprietários dividindo-os em três tipos:

- **Conservacionista** – Tomando a noção de “valor de conservação” que pode ser considerado como o que os proprietários estão dispostos a pagar para manter o uso das suas florestas, isto é, a capacidade de continuarem a produzir bens e serviços que eles necessitam para o seu consumo. Este tipo de proprietários florestais encontram-se nas situações em que não têm qualquer intenção de investir comercialmente na floresta mas querem intervir para que o risco de incêndio seja reduzido. Outro exemplo, é quando não há interesse na produção comercial da floresta mas há interesse na compra de terrenos para construção de imóveis.
- **Comercial** - Este motivo está relacionado com o interesse por parte dos proprietários em investir na sua propriedade com o objectivo de promover a produção de bens e serviços comerciáveis.
- **Activo** - Cada uma das duas motivações mencionadas antes pode ser combinada com uma forma de activo no sentido financeiro. Mesmo que o proprietário não invista na propriedade com um objectivo comercial, esta pode ser transformada de forma a obter um melhor rendimento e manter-se como um activo que pode ser convertido em valor num caso de necessidade de dinheiro.

Mendes *et. al* (2004) assume ainda que a maior por parte dos proprietários florestais privados se caracterizam pelo motivo conservacionista e activo. O motivo comercial é fraco e concentrado num muito pequeno número de proprietários.

A análise realizada no estudo “*Proprietários Florestais*”, dos autores já citados, Baptista & Santos (2005) formaliza uma tipologia dos proprietários florestais privados de Portugal Continental, com o objectivo de contribuir para a identificação das suas lógicas económicas. A tipologia sugerida é apresentada de seguida em síntese:

- **Propriedade-reserva:** pinheiro bravo; muito pequena dimensão (menos de um hectare); baixo nível de produção; grande peso da regeneração natural; não há investimento nem manutenção da floresta; gestão sem acerto técnico-rentabilista (relativamente à maximização do rendimento que se poderia obter). As matas são meras *reservas* de que o proprietário não se ocupa, mas que guarda para uma eventualidade.

- **Trabalho-reserva:** pinheiro-bravo e castanheiro; pequena dimensão (menos de cinco hectares); não há investimento, mas há cuidado com a manutenção da floresta; gestão das matas com acerto rentabilista. As florestas são *reservas* que os proprietários conservam, com trabalho, e cujos rendimentos procuram maximizar.
- **Investimento-reserva:** eucalipto; média dimensão (cinco a cem hectares); há investimento, mas falta a manutenção das matas; acerto rentabilista na gestão. São proprietários que realizaram investimentos e que colhem, com rentabilidade, nas *reservas* em que aplicaram capital mas não trabalho.
- **Exploração-reserva:** eucalipto; média dimensão (cinco a vinte hectares); há investimentos, sem subsídios e trabalho na manutenção das florestas; gestão sem acerto técnico-rentabilista. Na sua lógica económica, aparecem, por um lado, como explorações florestais em que se trabalha e investe. Por outro lado, tendem a ser *reservas* de onde se pode retirar, em qualquer momento, dinheiro ou produto sem qualquer acerto rentabilista, devido a necessidades do orçamento dos seus proprietários. Representam, assim, um modo de responder a dispêndios imprevistos ou a despesas que, parecendo economicamente desafortunadas quando o referencial é a floresta, podem surgir como lógicas no quadro geral da economia do proprietário.
- **Empresa-florestal:** sobreiro e azinheira; grande e muito grande dimensão (acima de vinte hectares); investimento, com subsídios e manutenção da floresta; recurso a trabalho assalariado e por empreitada; estratégias de venda e comercialização favoráveis para o proprietário; gestão com acerto rentabilista.

Da mesma forma que é apresentada esta tipologia, é ainda estimada a área detida por cada um dos cinco tipos de proprietários, o que se pode ver na tabela seguinte (Tabela 2.4.).

**Tabela 2.4. – Distribuição da percentagem e área detida pelos vários tipos de proprietários florestais privados no Continente**

<b>Tipos proprietários</b>	<b>Estimativa da percentagem do número de proprietários florestais privados no Continente</b>	<b>Estimativa da percentagem da área florestal dos proprietários florestais privados, na área florestal do Continente</b>
Investimento-reserva (IR)	10	5
Propriedade-reserva (PR)	31	7
Trabalho-reserva (TR)	31	12
Exploração-reserva (ER)	14	9
Empresa-florestal (EF)	15	40
Total	100	73

**Fonte:** Baptista & Santos (2005)

Em termos da distribuição da propriedade por estes tipos de proprietários conclui-se, no mesmo estudo, que, em termos médios, a maior parte é de pequena dimensão, fragmentada e quase toda acessível a tractor.

Residem no entanto algumas diferenças no modo como os vários tipos de proprietários se repartem nesta propriedade: a grande (20 a 100 ha) e muito grande dimensão (100 ha) está, em termos relativos, mais presente no tipo EF; a média (5 a 20 ha) e grande dimensão no tipo IR; a média ainda na ER; os escalões de pequenas (1 a 5 ha) e muito pequenas áreas (1 ha), no TR e a de muito pequena dimensão no tipo PR. Convém no entanto realçar que há uma presença considerável de quase todos os escalões em cada um dos tipos.

Os proprietários são ainda distribuídos por tipo e Região Agrária, o que sugere desde já uma relação entre o território e os tipos de proprietários presentes. Apesar de ser novamente reconhecido que existe “um pouco de tudo em todo o lado” o tipo EF destaca-se no Alentejo e Algarve, o TR em Trás-os-Montes, na Beira Litoral e Interior, o PR na Beira Interior e o IR no Algarve, Entre Douro e Minho, Ribatejo e Oeste.

## **2.4.2. Baldios**

Os baldios são definidos, ainda hoje, pela “Lei dos Baldios” (Lei n.º 89/97 de 30 de Julho) onde se constituem como “terrenos possuídos e geridos por comunidades locais” que têm por finalidade o “logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas ou de matos, de culturas e outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvo-pastoril ou apícola”. Este é o seu quadro legal mais recente, depois do Decreto-Lei n.º 39/76 de 1976 ter restituído estas áreas comunitárias às comunidades que, tradicionalmente, faziam uso delas.

Durante o século XX, este tipo de propriedade comunitária foi alvo de várias intervenções, e mantêm-se na actualidade sob várias formas de gestão cumprindo várias funções. Na grande maioria dos baldios, a economia e a gestão afastam-se hoje do modelo de propriedade comunitária tradicional.

Como não existe um cadastro elaborado para este tipo de propriedade, torna-se difícil a quantificação exacta da sua área assim como a sua localização. As estimativas já descritas anteriormente apontam para uma área actual de cerca de 380.000 ha (Baptista & Santos, 2005) ou 180.000 ha (Mendes *et. al*, 2004). As últimas vezes que foram feitos inquéritos a este tipo de propriedade, ainda que por estimativa, a nível nacional, foi durante as décadas de 30 e 40 do século XX, aquando da preparação e elaboração do Plano de Povoamento Florestal e onde se estimou a sua área em cerca de 500.000 ha (Bica, 2010).

Desde essa altura que a área comunitária baldia foi percorrendo um caminho muito diferente do seu uso tradicional: inicialmente utilizadas como “logradouro comum” e como “suporte do sistema agrário” (Bouhier *cit. in* Baptista, 2010) estas áreas foram, como é descrito anteriormente, durante o Estado Novo, sujeitas a políticas de florestação e de colonização interna. As áreas que não foram intervencionadas pelo Estado foram ficando sob a tutela das Juntas de Freguesia e, mais tarde, sofreram uma erosão, por apropriação indevida, expropriação ou cedência de parcelas. Finalmente, a

partir dos anos sessenta, há uma alteração do relacionamento das comunidades rurais com os baldios e a alteração da definição legal de baldio e comparte.

Esta perspectiva histórica permite desenhar o caminho seguido por estas áreas e perceber as suas dinâmicas na actualidade. O estudo publicado em Baptista (2010) apresenta um inquérito realizado durante o ano 2000 que incidiu sobre os baldios da região Norte do Continente. Foram identificados e inquiridos 820 baldios, que se distribuem por 584 freguesias. As conclusões presentes neste estudo fornecem um instrumento de leitura muito importante para retratar a realidade das áreas comunitárias no presente.

Dos baldios inquiridos conclui-se, inicialmente, a sua acentuada diminuição de 1938 para 2000: menos 78% do número de baldios e menos 47% de freguesias com estas áreas. Além disso, a informação recolhida neste inquérito mostra que, em 321 das unidades (39% do total) houve uma diminuição da área nos últimos 25 anos (por referência a 2000). Esta diminuição de área mostra a fragilidade deste tipo de propriedade em relação ao apetite de interesses e grupos. As causas para esta diminuição são: cedência de terra para construir, expropriações, cedência a interesses privados ou apropriação de parcelas por privados.

Quanto à sua ocupação do solo, a maior parte destas propriedades é constituída por floresta, seguida de área agrícola e, por fim, outras utilizações como pedreiras, parques eólicos ou mais relacionadas com a vida em comunidade como centros sociais, parques de lazer, captações e tanques de água, etc.

Como já foi referido, estas áreas tinham inicialmente uma função de suporte do sistema agrário. Hoje em dia, estas actividades tradicionais perderam a sua importância devido à evolução do sistema agrário. O pastoreio é a actividade, dentro destas, que se mantém com uma valoração importante.

Actualmente, podem considerar-se, de acordo com Baptista (2010), três economias dentro dos baldios:

- i. rentista (venda de material lenhoso, resinagem, caça, parques eólicos, antenas, pedreiras e cedência de parcelas);
- ii. livre acesso por elementos exteriores às comunidades (lazer, recreio, desporto e iniciativas ambientais);
- iii. as economias individuais dos compartes, associadas a actividades tradicionais (pastoreio, recolha de matos e de lenhas, culturas agrícolas anuais e permanentes não florestais).

Dentro destas é referido com maior destaque o lugar das florestas, que se traduz, na maior parte dos casos, na obtenção de receitas sem qualquer investimento, beneficiando da florestação feita pelo Estado antes da devolução dos baldios aos povos. Esta mesma atitude rentista está associada aos parques eólicos, antenas, pedreiras, caça e à cedência (por venda, arrendamento ou expropriação) de parcelas do baldio.

Na sequência da sua devolução às comunidades locais depois de 1976, houve dois factos que marcaram o novo quadro legal: o primeiro tem a ver com o universo dos utilizadores destas

áreas: os compartes. A nova lei define como compartes os eleitores ou a população residente, geralmente alargada ainda aos emigrantes, dos lugares e aldeias com direitos sobre o baldio. Passou-se assim da família, da habitação, para o indivíduo e definiram-se as modalidades de gestão possíveis para aquelas áreas. Estas poderiam ser geridas pelas comunidades locais ou então geridas pelos Serviços Florestais, mantendo-se, no entanto, a sua posse pelas comunidades.

Em relação ao universo de compartes, é importante referir que na Região Norte 11% da população residente e 22% da população rural pertencem a este grupo. Apesar deste número, os baldios não têm hoje visibilidade social e política, mesmo a nível local.

A sua gestão é praticada através de seis modalidades, que se distinguem por dois critérios (Baptista, 2010): o primeiro, diferencia os baldios pelo tipo de órgão gestor e pelo modo como este foi investido na gestão do baldio, ou seja, Conselho Directivo, Junta de Freguesia (na qual os órgãos do baldio legalmente constituído delegaram as competências de gestão) e Junta de Freguesia que governa o baldio sem qualquer delegação.

O segundo critério, refere-se à existência, ou não, de uma colaboração do Conselho Directivo ou da Junta de Freguesia com os Serviços Florestais na gestão da área do baldio ou de parte dela.

Da análise feita neste inquérito, a grande maioria dos baldios tem uma gestão em colaboração com os Serviços Florestais, sem que isso tenha, no entanto, um efeito relevante na economia e gestão da propriedade privada.



### **3. Gestão numa escala superior à propriedade individual**

De acordo com Kittredge (2005) estima-se que os proprietários florestais que participam nalgum tipo de associação ou cooperação atinjam um número perto dos 3,6 milhões de proprietários em 19 países com economia desenvolvida da zona temperada, ocupando uma área de cerca de 28,3 milhões de hectares. Entre estes proprietários existem vários tipos de cooperação, alguns têm tido sucesso durante décadas, outros existem de uma forma sustentável há centenas de anos e acumulam centenas de proprietários. Propõe-se neste ponto fazer revisão bibliográfica sobre as várias possibilidades de cooperação entre os proprietários florestais privados enquadrada entre duas outras revisões bibliográficas: uma sobre os factores que levam à necessidade de cooperação e outra sobre as vantagens que podem decorrer da aplicação destes tipos de cooperação.

#### **3.1. Impactos da gestão individualizada**

Os riscos que a floresta portuguesa enfrenta – incêndios, pragas e doenças, riscos de mercado, necessidade de adaptação às novas procuras da sociedade – exigem uma resposta que consiga quebrar o isolamento dos proprietários delimitados pela sua pequena propriedade. Como foi descrito nos capítulos anteriores uma das características mais importantes na propriedade florestal portuguesa é a sua fragmentação, resultado da sucessiva divisão das propriedades entre os herdeiros das zonas rurais e que tem um grande impacto na gestão das florestas. Longe de ser um aspecto característico da floresta portuguesa este é um problema descrito em muita literatura que aborda as formas de gestão da pequena propriedade (Sampson & Decoster 2000, Kurtilla & Pukkala 2003, Rickenbach *et al.* 2005).

De acordo com Rickenbach *et al.* (2005), a parcelização limita as opções de gestão dos proprietários florestais, destrói as economias de escala e diminui a competitividade das pequenas propriedades. “Quando não é possível encontrar um mercado ou contratar um empreiteiro, as opções de gestão desaparecem” (Sampson & DeCoster, 2000: 6).

Segundo estes autores, existe ainda outro efeito associado à fragmentação das florestas: o efeito de “urbanização dos proprietários”. Os novos proprietários são caracterizados por terem um estilo de vida mais urbano e isso pode torná-los menos susceptíveis à participação em programas de gestão florestal. Estes proprietários encaram a gestão florestal como irrelevante para a obtenção dos seus objectivos e preocupações imediatas.

A fragmentação da propriedade e a sua gestão individualizada tem também efeitos ecológicos negativos. Isto acontece porque as funções e processos dos ecossistemas não estão restringidos às formas de delimitação da propriedade e os ecossistemas, numa área em que há fragmentação da propriedade, são caracterizados por uma manta de retalhos com diversos proprietários, com diferentes interesses e objectivos (Brunson *et al.* 1996; Leak *et al.* 1997; Williams & Ellefson 1997 Schulte *et al.* 2008). As diversas formas de gestão aplicadas de forma individual, podem ter efeitos negativos na continuidade dos processos ecológicos.

Estes efeitos negativos, económicos, sociais e ecológicos acontecem porque aliado à fragmentação está o conceito de gestão que se baseia na propriedade individual o que limita a inclusão de perspectivas paisagísticas na gestão e planeamento (Gass *et al.* 2009). O planeamento da gestão florestal deve ser hierárquico e complexo (Kurtilla & Pukkala 2003; Bettinger *et al.* 2009): no plano superior está o nível estratégico (paisagem), seguido pelo nível tático (propriedade) e finalmente o nível operacional (parcela). No caso do tipo de gestão referido anteriormente, baseado na propriedade individual, a gestão resume-se ao nível tático e operacional, sendo praticamente impossível planear uma paisagem de forma estratégica porque não existe qualquer tipo de coordenação entre as operações feitas nas propriedades. Para minimizar estes efeitos e conseguir incluir na gestão as novas procuras da sociedade é necessário encontrar formas que consigam coordenar o planeamento e a gestão das actividades numa escala superior à propriedade individual.

Para implementar este tipo de gestão é necessário saber se os proprietários estão motivados para participar no desafio proposto. O crescente movimento associativo que se tem vindo a afirmar em Portugal desde a década de 90 do século XX é uma oportunidade que aponta nesse sentido. Também o inquérito de Baptista & Santos (2005) mostra que há interesse na existência de associações desde que o modelo encontrado vá de encontro ao interesse de cada proprietário.

A adopção de modelos associativos de cooperação entre os proprietários faz das propriedades individuais locais mais eficientes para a produção de madeira e traz benefícios a nível social e ecológico (Kittredge, 2005) que podem ser determinantes para ultrapassar os riscos presentes no contexto florestal português.

### **3.2. Tipos de cooperação**

Na literatura dedicada às formas cooperativas de gestão existem vários modelos que variam de local para local e que dependem das opções dos respectivos proprietários. Estão incluídos nesta revisão os tipos de cooperação que incluem alguma interacção entre vários proprietários florestais privados. Esta interacção não se resume ao modelo cooperativo que é o mais comum e mais conhecido mesmo em Portugal. No entanto é importante reconhecer, tal como relembra Mendes (2005b) que o termo “cooperativa” é alvo de preconceito por parte dos proprietários mais conservadores que o associam a alguns exemplos do passado recente da História política do país. Uma cooperativa é uma organização gerida e detida pelos proprietários e que distribui os dividendos por todos os seus membros (Cropp, 2005), no entanto os tipos de cooperação apresentados de seguida podem ser implementados também em estruturas como associações. Em termos de organização, tamanho e tipo de cooperação estes modelos são classificados por Kittredge (2005) como indica a Tabela 3.1.:

**Tabela 3.1. – Tipos de cooperação na gestão florestal**

<b>Tipo de cooperação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Informação</b>	Proprietários partilham informação, técnicas, experiências entre eles mas geralmente operam de forma independente nas suas propriedades. Estas organizações oferecem: oportunidades educativas, viagens de estudo, newsletters, relatórios de venda de madeira, aconselhamento técnico, representação política dos proprietários.
<b>Equipamento</b>	Os membros partilham o equipamento necessário para a construção de estradas, recolha de madeira mas gerem as suas propriedades de forma independente. O objectivo deste tipo de gestão não inclui a coordenação das actividades de gestão.
<b>Financeira</b>	Os proprietários organizam-se com o objectivo de comercializar madeira e obter uma posição mais vantajosa no mercado. De uma forma geral estas organizações baseiam-se sob o conceito cooperativo de “um-membro-um-voto”. Os membros detêm acções de acordo com o tamanho da sua propriedade e recebem dividendos quando as condições são favoráveis. Também oferece serviços de informação e educação e representação política dos membros. Em alguns casos não-membros podem vender madeira a estas organizações e beneficiar da sua posição no mercado. Podem oferecer serviços de gestão para proprietários ausentes.
<b>Gestão</b>	Os proprietários gerem de forma cooperativa em termos espaciais e temporais uma mesma área constituída pelas suas propriedades. A gestão é feita de forma a integrar as decisões e implementá-las no contexto natural, cultural e económico.

**Fonte:** Kittredge (2005)

Estes quatro tipos de cooperação manifestam vários tipos de interacção entre os proprietários e vários graus de comprometimento com a organização. Desde os proprietários que apenas partilham informação entre si, aos que investem colectivamente na compra de equipamento para depois o partilhar, até aos que criam uma sociedade colectiva de comércio de madeira.

De acordo com o autor do estudo anterior a cooperação dedicada à informação é o modelo mais representado nos países verificados. No modelo de cooperação financeira, o nível de organização permite a possibilidade de desenvolver capacidade industrial e no caso da Suécia, até a capacidade de competir a nível global. Este modelo está muito desenvolvido nos países da Escandinávia e Japão. Um último comentário relacionado com o último tipo de cooperação representado: este tipo de cooperação não está presente em quase nenhum lado, mesmo nas gigantescas cooperativas.

De entre estes tipos de cooperação podem ainda individualizar-se dois modelos de gestão numa escala superior à propriedade individual que têm importância considerar para a realidade nacional e das ZIF e que se encaixam no último tipo de cooperação apresentado: a gestão baseada no ecossistema e o sistema de gestão coordenado entre propriedades.

A gestão ao nível do ecossistema é definida por Brunson *et al.* (1996) como uma mudança de filosofia na gestão das florestas e das zonas não desenvolvidas: este tipo de gestão agrega princípios sociais, económicos e científicos para atingir ecossistemas saudáveis e manter a diversidade

biológica ao longo do tempo, enquanto produz, ao mesmo tempo recursos que vão de encontro às necessidades da sociedade.

O outro tipo de gestão é o designado sistema de gestão coordenado entre propriedades do inglês “*cross-boundary coordination*”. Neste tipo de gestão os proprietários coordenam as operações nas várias propriedades tendo em vista resultados económicos ou ecológicos (Gass *et al.* 2009).

Estes dois tipos de gestão têm provocado um animado debate entre alguns autores principalmente devido ao argumento já descrito anteriormente da continuidade dos processos ecológicos para além das fronteiras das propriedades.

### **3.3. Vantagens da gestão numa escala superior à propriedade individual**

Como foi revisto no ponto anterior existem várias formas possíveis de participar numa gestão cooperativa entre proprietários florestais. Destes tipos de cooperação resultam benefícios que têm sido identificados em alguma literatura. Este ponto apresenta uma revisão bibliográfica de vários estudos sobre as vantagens que podem surgir com a utilização de diversas formas de gestão sempre numa escala superior à propriedade individual.

O artigo de Kittredge (2005) incorpora uma revisão dos benefícios de todas estas formas de cooperação, já o artigo de Blinn *et al.* (2007) indica quais os possíveis benefícios da gestão em modelo cooperativo nos EUA. Kittredge (2003) descreve os benefícios potenciais de um modelo associativo na Suécia e por fim os artigos de Schulte *et al.* (2008) e Campbell & Kittredge (1996) dão mais atenção à gestão coordenada entre propriedades com vista a resultados na melhoria da gestão ao nível do ecossistema. A opção por utilizar estes dois critérios e não apenas o critério de um certo modelo de gestão tem a ver com a plasticidade de modelos de cooperação existente e com o aumento do espectro de benefícios que se podem obter, dirigindo a cooperação para objectivos mais económicos ou mais ecológicos. Ou seja, não se quis nesta pesquisa bibliográfica enveredar apenas por um tipo de cooperação mas sim por vários modelos que utilizam a gestão numa escala superior à propriedade individual, para poder ter um espectro mais alargado dos benefícios possíveis. Como Kittredge (2005:) refere: “*O espectro ou a lista de possibilidades da gestão cooperativa só está limitada pela criatividade dos proprietários e da sua organização*”.

As vantagens destes tipos de gestão são possibilidades e não estão garantidas pela utilização destes métodos (Campbell & Kittredge 1996, Kittredge 2005). As vantagens dependem das circunstâncias locais, e por isto todos os benefícios não podem ocorrer ao mesmo tempo (Kittredge 2005). Todas as vantagens foram organizadas de acordo com o seu impacto: económico, ecológico ou social.

**Tabela 3.2. - Vantagens possíveis da utilização de modelos de gestão cooperativos**

<b>Tipo</b>	<b>Vantagens possíveis</b>
<b>Económicas</b>	<p>Criação de economias de escala; (Kittredge 2003, 2005; Blinn <i>et al.</i> 2004; Schulte <i>et al.</i> 2008; Campbell &amp; Kittredge 1996)</p> <p>Partilha e optimização da utilização de acessos e parques de madeira; (Kittredge 2005; Campbell &amp; Kittredge 1996)</p> <p>Possibilidade de participar e negociar no mercado com preço melhor e competitivo; (Kittredge 2003; 2005 Blinn <i>et al.</i> 2004)</p> <p>Compra de materiais em grande escala e consequente diminuição dos custos; facilitação do acesso a programas de certificação; (Kittredge 2003, 2005)</p> <p>Potencial aumento do rendimento; (Kittredge 2005, Blinn <i>et al.</i> 2004)</p> <p>Aumento da capacidade de venda; inovação e novas ideias de gestão; aumento da eficiência na recolha e corte da madeira; aumento da eficiência e continuidade do trabalho; melhor preço da madeira em pé (Campbell &amp; Kittredge 1996)</p> <p>Aumento da capacidade de reunião de volume de madeira e outros produtos; desenvolvimento de uma marca local de produtos e criação de nichos de mercado; fornecer funções de protecção; partilha de serviços profissionais; protecção/redução/deteção de incêndios florestais; redução da carga combustível; fundo de seguros; assistência financeira; melhoramento do acesso a fundos privados e do Estado; consolidação física de parcelas muito pequenas e aumento de eficácia das unidades de gestão em paisagens com fragmentação de propriedade; partilhar informação, equipamento e empreiteiros (Kittredge 2005)</p> <p>Redução dos custos de operação; melhoramento do acesso a serviços e equipamento; (Blinn <i>et al.</i> 2004)</p>
<b>Ecológicas</b>	<p>Gestão à escala do ecossistema ao invés da gestão à escala da propriedade (Kittredge 2005, Schulte <i>et al.</i> 2004)</p> <p>Minimização dos impactos na recolha da madeira (Campbell &amp; Kittredge 1996; Kittredge 2005, Schulte <i>et al.</i> 2008)</p> <p>Melhoria da saúde ambiental e da vida selvagem (Blinn <i>et al.</i> 2004, Schulte <i>et al.</i> 2008)</p> <p>Organização de arborização e rearborização (Kittredge 2005)</p> <p>Redução acumulada de impacto ambiental na construção de acessos; harmonização das oportunidades de habitat (Campbell &amp; Kittredge 1996)</p>
<b>Sociais</b>	<p>Representação política e social (Kittredge 2003, 2005)</p> <p>Planeamento e melhoria da qualidade das oportunidades recreativas (Campbell &amp; Kittredge 1996; Kittredge 2005)</p> <p>Oportunidades de acesso a conhecimento e informação (Kittredge 2005, Blinn <i>et al.</i> 2007)</p> <p>Melhoria dos valores estéticos da paisagem (Campbell &amp; Kittredge 1996, Schulte <i>et al.</i> 2008)</p> <p>Maior satisfação com a propriedade e gestão; melhoria da estabilidade e coesão da comunidade; facilitar a comunicação e a aprendizagem entre as comunidades e os novos proprietários, promovendo desta forma um sentimento de comunidade (Blinn <i>et al.</i> 2007)</p> <p>Possibilidades de gestão para proprietários ausentes; preço reduzido para materiais educativos (Kittredge 2003)</p> <p>Minimização de conflitos de objectivos; (Campbell &amp; Kittredge 1996)</p>

**Fonte:** Kittredge 2003, 2005; Blinn *et al.* 2004; Schulte *et al.* 2008; Campbell & Kittredge 1996

Da análise da tabela anterior (Tabela 3.2.) conclui-se que a principal consequência da adopção destes modelos de cooperação é a criação de economias de escala com todas as vantagens que daí advêm, ou seja, as vantagens são muito semelhantes às obtidas pelos proprietários de grande escala. Entre estas, a mais importante, pelo menos a nível económico, será concertiza a possibilidade de negociar os preços no mercado, em vez de se sujeitar a uma avaliação parcial do comprador. A partilha de equipamentos e serviços conjugada com a possibilidade de partilhar os acessos e parques de madeira leva a uma optimização da utilização dos recursos que resulta numa melhoria dos rendimentos obtidas pela unidade de gestão. Por outro lado a protecção

contra os incêndios e outros riscos será facilitada pela possibilidade de promover uma mesma “política” para toda a zona e pelo aumento de eficácia das estruturas desenvolvidas com vista a proteger toda a área, em vez de proteger apenas uma propriedade. Outra vantagem é a possibilidade da criação de um seguro em nome de uma entidade para uma área e também a facilitação do acesso a fundos do Estado ou privados.

Ao nível ecológico as vantagens são obtidas principalmente pela mudança de paradigma de gestão, esta passa a ser feita a nível de uma grande área e não apenas ao nível da propriedade individual, os impactos da recolha da madeira são minimizados pela partilha de recursos e é possível planear tendo em vista o habitat das diversas espécies.

Ao nível social a vantagem mais referida é a capacidade de obtenção de representação política por parte dos proprietários destas áreas, em vez de os proprietários se representarem individualmente, passam a ter acesso a uma estrutura colectiva que terá mais efeito como órgão de pressão sobre os órgãos de poder local ou mesmo sobre as empresas a quem contratam os serviços. Outra vantagem é a possibilidade de poder planear actividades recreativas num espaço maior e poder com isso aumentar a criatividade de opções e rentabilizar a área. A cooperação pode ainda incluir no seu planeamento práticas que melhorem a imagem a nível paisagístico. O nível de satisfação com a propriedade pode aumentar e pode inclusivé aumentar-se a coesão da comunidade e com isso a capacidade de minimizar conflitos. Por fim uma vantagem muito importante que tem também consequências económicas é a capacidade de aceder e partilhar informação, o que pode levar á inovação e criação de novos produtos, e, à criação de nichos locais de mercado.

### **3.4. Constrangimentos associados à participação em tipos de gestão numa escala superior à propriedade individual**

No ponto anterior foi feita uma revisão dos possíveis benefícios de uma gestão numa escala superior à da propriedade individual, neste ponto a atenção é virada para os constrangimentos que podem resultar da opção de utilização destes tipo de gestão e quais os elementos chave para permitir o seu sucesso.

De entre os vários tipos de cooperação apresentados não há nenhum que possa corresponder às expectativas de todos os proprietários, mesmo nos países que têm sistemas aplicados com sucesso a taxa de adesão é sempre inferior a 100% (Kittredge 2005). A dificuldade de “agradar” a todos os proprietários presentes numa determinada área decorre de muitos factores evidenciados pelos numerosos estudos que se dedicam a este tema. Algumas destas barreiras à participação podem ser resolvidas recorrendo a acções de comunicação, informação e educação (Kittredge 2005), outras serão mais difíceis de resolver. A Tabela 3.3. sintetiza a informação recolhida sobre os constrangimentos à participação em sistemas de gestão numa escala superior à propriedade individual.

**Tabela 3.3.-** Constrangimentos à participação em sistemas de gestão numa escala superior à propriedade individual

Constrangimento	Fonte
Interesse dos proprietários em participar pode desaparecer se não houver benefício continuado; Presença de mais do que uma organização pode criar uma ambiente de competição e confundir ou dividir os proprietários; Desinteresse na propriedade florestal em geral; Desinteresse nos aspectos financeiros das suas propriedades; Desconfiança na organização ou na profissão de técnico florestal; Antipatia em relação aos líderes das organizações presentes; Acreditar que conseguem gerir melhor as propriedades de forma independente; Possibilidade de obter benefícios indirectos pelo facto de existir uma organização na sua região; Falta de madeira na propriedade e consequente falta de incentivo de mercado para participar; Necessidades satisfeitas por outro modelo de gestão; Possíveis custos de participação superam os possíveis benefícios; Noção de “ <i>timing</i> ” de intervenção na propriedade diferente para o proprietário e organização;	Kittredge (2005)
Membros e voluntários tendem a esgotar-se; Limitação do número de membros que podem manter-se envolvidos; Estratégias de negócio e marketing tendem a receber pouca informação; Voluntários têm falta de capacidades necessárias a posições de liderança; Capital inicial muito elevado e custos de operação com financiamento inadequado;	Blinn (2007)
Perspectiva e personalidade dos proprietários: a maior parte dos proprietários são protectivos da sua propriedade e pode ser difícil pensarem em grupo; Diferenças entre crenças e conhecimento; Direitos, políticas e regulamentos podem representar um obstáculo à cooperação; Benefícios económicos da gestão: alguns proprietários dão grande importância aos benefícios económicos, outros não; Estrutura física da propriedade; Diferenças técnicas: pode ser difícil organizar as operações em cada propriedade;	Suda <i>et al.</i> (1999) <i>cit. in</i> Kittredge (2005)
Poderá ser uma forma de gestão mais dispendiosa pois envolve mais meios, tempo, disponibilidade;	Schulte <i>et al.</i> (2008)
Tempo limitado para participar activamente; Indiferença em relação ao tema; Falta de recursos para suportar o envolvimento dos proprietários; Dúvidas resultantes da interacção com alguns membros; Medo de perder o controlo e gestão das suas propriedades; Sentimentos contra o Governo; Leis ou regulamentos que limitam a participação; Antipatia em relação a alguns dos participantes; Possibilidade de ocorrerem perdas financeiras durante a participação;	Williams & Ellefson (1997)
Muitos proprietários são muito preocupados com os direitos de propriedade o que torna difícil a aplicação de formas de gestão entre grupos de proprietários; Necessidade por parte dos proprietários de observar um exemplo a funcionar antes da sua decisão; Muitos membros só participam se a parceria envolver a maior parte dos seus vizinhos, se os bens de mercado forem protegidos;	Brunson <i>et al.</i> (1996)

**Fonte:** Brunson *et al.* 1996, Williams & Ellefson 1997, Suda *et al.* 1999 *cit. in* Kittredge 2005, Kittredge 2005, Blinn *et al.* 2007, Schulte *et al.* 2008

De entre os constrangimentos encontrados o mais referido e mais importante é a preocupação por parte dos proprietários em relação à perda de direitos da sua propriedade. Este receio dos proprietários também se manifesta em relação à viabilidade do projecto e por isso, antes de participarem, desejam ver um exemplo que funcione. Por fim será mais fácil incluir um proprietário se os seus vizinhos também estiverem dispostos a aderir. Outra barreira importante para ultrapassar é a da possibilidade de desinteresse generalizado dos proprietários em relação à sua propriedade ou

aos seus aspectos financeiros ou mesmo à possibilidade de participar num tipo de gestão, que não seja o que utiliza nesse momento, e com o qual se sente satisfeito. A própria entidade gestora, os seus técnicos, ou líderes, podem também ser alvo de falta de confiança ou até antipatia por parte dos proprietários da região. Por fim é realista pensar que estes tipos de cooperação exigem um maior envolvimento por parte da equipa gestora com a comunidade, à qual terá de explicar, muitas vezes a cada proprietário, as características destes tipos de gestão. Este trabalho acrescido, caso seja realizado de forma voluntária numa cooperativa, aumenta o desgaste das pessoas envolvidas e torna difícil encontrar pessoas que tenham tempo disponível para este tipo de tarefas na comunidade, tempo que pode também não existir por parte dos proprietários para se envolverem. Como acontece por exemplo com os proprietários ausentes ou com hábitos mais urbanos.

### **3.5. Elementos chave das formas de cooperação**

Depois de revistos os impactos da gestão individualizada e a necessidade da cooperação entre proprietários, os benefícios que podem daí resultar e os constrangimentos que são necessários ultrapassar na implementação destes tipos de cooperação, é necessário saber se através das experiências que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo de décadas, existem alguns pontos comuns que permitem o sucesso deste tipo de organização da gestão.

No estudo de Williams e Ellefson (1997) foram estudadas 40 associações de proprietários florestais nos EUA, a partir de entrevistas aos seus porta-vozes, para tentar perceber como estas surgiram, quais as barreiras à participação e quais os factores que podem levar ao sucesso destas organizações. Deste estudo compreensivo resultou uma lista de condições que contribuem para o seu sucesso.

As características identificadas como mais importantes são: o reconhecimento de interesses e objectivos comuns, o respeito mútuo pelos interesses e objectivos dos vários parceiros, a vontade para partilharem a informação de forma aberta e a existência de uma estrutura aberta e informal. A condição inicial invocada por esta pesquisa sugere que o contacto e a confiança construída entre os membros são cruciais para a organização, isto requer alguma flexibilidade e compreensão para perceber os interesses e objectivos dos participantes. A comunicação e partilha aberta dos pontos de vista de cada um leva à construção de um ambiente de confiança entre os membros (Williams & Ellefson, 1997). Um outro factor reconhecido como importante para manter as organizações é a existência de recursos financeiros adequados. A lista de elementos sugeridos neste estudo para melhorar a prestação deste tipo de organizações é a seguinte:

- Estabelecer uma comunicação aberta e constante: esta comunicação serve de base para a construção da confiança entre a organização e aos seus membros. Esta comunicação deve ser alargada à comunidade para melhorar o seu apoio e compreensão.
- Identificar interesses comuns: depois de identificados podem ser definidos os objectivos e os meios para os atingir.
- Estabelecer objectivos claros.



- Perceber o tempo e recursos dos compromissos: usar o tempo de forma prudente, de acordo com agendas claras e com um caminho em direcção ao acordo entre todos.
- Envolver todos os proprietários: é reconhecido que as associações que envolvem todos os proprietários são mais eficientes e são alvo de menor resistência por parte dos seus membros.
- Criar um ambiente de confiança e respeito: os proprietários têm de perceber que podem confiar uns nos outros e que as suas opiniões serão ouvidas e respeitadas.
- Encorajar a participação voluntária.
- Focar-se numa boa orientação dos recursos disponíveis.
- Contrariar noções de perda de controlo: o medo de perder o controlo nas decisões sobre o uso, gestão e protecção das propriedades podem pôr em risco as organizações. A criação de um clima de confiança, sem agendas escondidas entre os participantes, atenua este sentimento.
- Contratar um facilitador neutro: a maior parte das associações necessita de um facilitador neutro que consiga manter um clima de respeito e consiga manter o grupo a dirigir-se numa direcção positiva.
- Considerar incentivos: não acontece em todas as associações.
- Partilhar informações e recursos.
- Assegurar fundos adequados:
- Obter apoio à gestão.

No estudo de Kittredge (2005), já antes referido e feito à escala mundial, são também apontados alguns elementos chave e recomendações para o sucesso das formas cooperativas de gestão dos recursos naturais. Os elementos referidos são:

- “Ameaça” ou “catalisador” que inspire o interesse dos proprietários: os exemplos internacionais revelam que a organização dos proprietários surge em resposta a uma ameaça ou um risco. Esta ameaça não funciona, só por si, como elemento agregador, é necessário estabelecer um clima de confiança mútua e de consenso.
- Arranque organizacional: é necessária a existência de um “veículo” para agregar os proprietários, seja por parte do Governo, redes e associações locais, organizações não governamentais ou outro tipo de associações. Muitas organizações continuam a receber apoio governamental após décadas de existência. Os benefícios que provêm deste tipo de organizações garantem a eficácia do investimento público.
- Ser local para ser relevante: apesar da actual facilidade na criação de redes de comunicação, a maior parte destes exemplos estão situados em pequenas comunidades e a sua actividade tem de manter-se local para ser relevante.
- Aceitar que não há um apelo universal, e que alguns proprietários podem ficar satisfeitos com o *status quo*: seria um engano pensar que há uma resposta única para este tipo de organizações. Deve também ter-se em atenção a dificuldade de medir o sucesso de cada organização.

- Começar por um nível de Informação e Educação: neste primeiro passo estabelecem-se as bases de confiança e conhecimento do novo modelo de gestão.
- Evitar a presença de um sentimento de competição: a percepção da competição pode ser um foco de divisão.
- Importância de manter o interesse dos proprietários ao longo do tempo: o facto de as revoluções ocorrerem num espaço temporal muito alargado pode levar à falta de interesse dos proprietários em se comprometerem com uma organização com a qual só têm contacto nessa altura. Esta possibilidade de falta de acção durante largos períodos de tempo leva à necessidade de investir mais em acções de comunicação, informação e educação e em outras actividades que não estejam tão directamente relacionadas com o comércio e recolha de madeira.
- Não há melhor forma de mostrar aos proprietários o funcionamento de uma área gerida desta forma senão mostrando um exemplo que esteja a funcionar.

Ambos os estudos referem a capacidade de comunicação e informação como o factor mais determinante no sucesso destas organizações, o mesmo é referido em Blinn *et al.* 2007 e Gass *et al.* 2008. Estas características devem estruturar a intervenção das organizações que se dedicam a criar oportunidades de gestão, que incluam mais do que um proprietário, e devem ser direccionadas não só para os associados como também para a comunidade em geral. Em Blinn *et al.* 2007 são sugeridas estratégias de informação para membros potenciais, como por exemplo: publicar um anúncio num jornal local, participar com um balcão em feiras ou outras iniciativas locais, organizar visitas, ou simplesmente colocando sinais junto às estradas que passam perto ao longo das propriedades aderentes. Este tipo de estratégias pode chamar a atenção de outras organizações para apoiarem estas áreas. Quanto à comunicação com os aderentes, além do que já foi dito nos exemplos anteriores Gass *et al.* 2008 advertem para a necessidade de conseguir organizar as operações nas propriedades para que todos os proprietários tenham benefícios claros. No ponto anterior dedicado aos benefícios da gestão cooperativa foi feita referência à capacidade de criação de nichos de mercado. Esta mesma estratégia pode ser utilizada para aumentar o apoio local a estas estruturas através da criação de uma associação com artesãos e construtores locais que tenham interesse em utilizar recursos produzidos nestas áreas, como sugerem Blinn *et al.* 2008. Esta adesão pode ainda ser alargada a outras associações que tenham os mesmos princípios que estas áreas. Outra sugestão dos mesmos autores para atingir o mesmo objectivo é oferecer a possibilidade de adesão por parte de não proprietários de áreas florestais, que pagam uma quota de adesão em troca de descontos em serviços e produtos. Uma última nota sobre a possibilidade de troca de experiências entre organizações deste tipo: uma forma de estas associações poderem minimizar os seus pontos fracos é através do desenvolvimento de redes com outras associações de maneira a poderem aprender com os erros e sucessos uns dos outros, e como projecto mais ambicioso, a criação de uma estrutura federativa que promova a partilha de experiências, acções de educação para o público e ponto de encontro para os consumidores encontrarem os produtos destas áreas (Blinn *et al.* 2007).

## **4. As Zonas de Intervenção Florestal**

O ano de 2003 ficou marcado pelo aumento excepcional da área ardida relativamente aos anos anteriores. Este ano, catastrófico para a floresta e para as vidas humanas que se perderam durante os incêndios que percorreram o país de Norte a Sul, viria também a marcar uma reflexão sobre a floresta da qual saíram algumas modificações legislativas. Em Novembro do mesmo ano, logo após o Verão, de acordo com Deus (2010), aspirou-se à necessária reforma estrutural deste sector através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2003, de 17 de Novembro, em particular no que diz respeito ao ordenamento e gestão florestal, tendo sido idealizado e proposto um conceito inovador em Portugal – a ZIF.

Também Mendes (2006) argumenta que a magnitude dos incêndios de 2003 é responsável por viragens na política florestal nomeadamente em três direcções: municipalização da gestão florestal, financeirização da propriedade e gestão florestal (criação de fundos de investimento imobiliário na floresta) e organização colectiva dos proprietários florestais. Na análise que faz destas diferentes políticas, assume que as duas primeiras estratégias têm por base a ideia de que para melhorar a gestão dos espaços florestais, é necessário substituir os actuais proprietários por outros agentes que sejam mais capazes de levar a cabo esse objectivo. Na terceira encontra-se o modelo das ZIF, cujo principal objectivo seria o de reduzir os incêndios florestais.

O enquadramento legal para estas novas áreas de intervenção viria a ser aprovado dois anos depois, em 2005, através do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, que estabelece as bases legais para a criação das ZIF, assim como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção. Mais tarde, em 2009, este diploma seria revisto através do Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, para resolver vários constrangimentos decorrentes da experiência de três anos de aplicação do enquadramento legal anterior e, como se verá, tornar mais importantes estes espaços no ordenamento do território.

Apresenta-se de seguida o conceito de ZIF, as alterações mais importantes que ocorreram de 2005 para 2009 e qual o nível de participação dos seus aderentes em todo o processo de constituição e de gestão destas áreas

### **4.1. Conceito e pressupostos legais**

Como foi dito anteriormente, o conceito de ZIF começa por ser definido pelo Decreto-Lei n.º 127/2005 como “áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade”. Este conceito não viria a ser alterado com o DL de 2009; apenas se verificaram alterações nos seus objectivos.

Inicialmente, os objectivos destas áreas eram: promover a gestão sustentável, coordenada e planeada dos espaços florestais, reduzir a ignição e propagação de incêndios e a recuperação das áreas ardidas e dar coerência territorial e eficácia a todos os agentes que intervêm nestes espaços. Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei de 2009, as ZIF passam a ser um instrumento mais

importante para a política florestal e para o ordenamento do território. Com esta nova lei, o “território florestal deverá ser progressivamente ocupado por ZIF, para as quais a responsabilidade de gestão deverá ser unificada e estar perfeitamente identificada e a que se dirige prioritariamente o apoio público”.

Passa a estar nos objectivos das ZIF a resolução dos “bloqueios fundamentais à intervenção florestal, nomeadamente a estrutura da propriedade privada, em particular nas regiões de minifúndio”, “infra-estruturar o território”, com vista à protecção contra os incêndios florestais e o objectivo de “conferir coerência territorial à intervenção da administração” dos vários agentes. O mesmo se confirma ainda na série de princípios gerais que são aditados à anterior lei das ZIF e que tornam este instrumento uma ferramenta estrutural da organização do território. Estes princípios dividem-se em cinco categorias:

- a) **Princípio da ocupação do território:** assegurar que a longo prazo os espaços florestais, sobretudo com estrutura de propriedade minifundiária, estejam ocupados por ZIF;
- b) **Princípio da delimitação territorial:** garantir que as ZIF abranjam um mínimo de 750 ha delimitando mosaicos florestais que constituem unidades com dimensão suficiente para proteger, produzir e conservar os recursos florestais ou outras valências ambientais;
- c) **Princípio da gestão agrupada:** identificar a entidade directamente responsável em cada ZIF pela implementação das orientações de gestão florestal e de defesa da floresta definidas na legislação e nos planos de ordem superior;
- d) **Princípio da gestão dos recursos:** elaborar e implementar em cada ZIF, de acordo com as orientações definidas no PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal), um PGF (Plano de Gestão Florestal) de desenvolvimento integrado e tendencialmente multifuncional e um PEIF (Plano Específico de Intervenção Florestal).
- e) **Princípio da responsabilização da gestão:** assegurar que a administração das ZIF é da responsabilidade da respectiva entidade gestora.

Quando, nos pontos anteriores, se fala em delimitação territorial, não se está a falar apenas em área florestal, mas sim em todas as áreas presentes nos espaços rurais. É neste sentido que surge o novo conceito definido pelo Decreto-Lei de 2009: o conceito de “gestão total”. Entende-se por “gestão total” “o modelo multifuncional em que a entidade gestora procede à gestão integrada de todas as componentes do sistema agro-silvopastoril, em que a ZIF assume a designação de “ZIF de gestão total”. Esta nova concepção de ZIF afasta estas unidades de gestão apenas dos espaços florestais e permite a sua entrada em todo o espaço rural.

## 4.2. Abrangência territorial

Para cumprir todos os objectivos enunciados é necessário constituir uma área que compreenda um mosaico florestal que tenha em conta diversos critérios como a fisiografia do terreno, a rede de compartimentação, a ocupação e uso do solo e o risco estrutural de incêndio. Além de

todas estas características estas área deveriam, segundo o Decreto-Lei de 2005, ter uma dimensão que pudesse suportar a produção e conservação dos recursos florestais ou naturais e ser constituída unicamente por áreas pertencentes a proprietários e produtores florestais privados, nunca podendo ser inferior a 1000 ha, e tinha de incluir, no mínimo, 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos.

Com o Decreto-Lei de 2009, os critérios e limites da delimitação territorial são alterados de forma a permitir a inclusão, nestas áreas, de territórios de domínio privado do Estado e territórios comunitários. Além desta alteração, são ainda acrescentados alguns critérios de ordem fisiográfica, social, ambiental e outros de outra ordem, como é exemplo a inclusão do índice de Gravelius, referente à compacidade da área. As diferentes áreas passam a poder ser combinadas em várias modalidades:

- a) Unicamente áreas pertencentes a proprietários privados;
- b) Unicamente áreas comunitárias;
- c) Áreas sob administração directa do Estado ou das autarquias, em associação com áreas pertencentes a proprietários privados;
- d) Áreas comunitárias em associação com áreas pertencentes a privados.

Para cada um destes casos são definidos limites mínimos para a constituição das ZIF:

- A. O limite da área mínima, para o caso em que estão presentes apenas proprietários e produtores florestais, diminui e passa a ser de 750 ha, podendo, caso se verifiquem circunstâncias excepcionais de várias naturezas, ser inferior a esta área, mas nunca inferior a 500 ha.
- B. No caso de ser constituída apenas por áreas comunitárias, deve compreender uma área mínima de 10.000 ha e incluir pelo menos cinco unidades de baldios.
- C. Nos dois casos em que há associação de proprietários e produtores florestais associados com áreas comunitárias ou com terrenos do Estado, a área mínima é de 4000 ha e terá de incluir pelo menos 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos.

#### **4.3. Processo de constituição, alteração e extinção**

O processo de constituição é feito através de várias etapas, todas com algum tipo de influência ou fiscalização da Autoridade Florestal Nacional (AFN). A iniciativa da constituição das ZIF pode ser feita de várias formas: pela iniciativa dos próprios proprietários florestais ou por iniciativa das entidades públicas da administração central e local. A partir de 2009, com a inclusão das áreas dos baldios e do Estado, os órgãos de administração dos baldios passam também a poder tomar a iniciativa de constituição destas áreas

Depois de manifestada a iniciativa da criação da ZIF o processo é iniciado através da “Consulta Prévia” que consiste numa reunião promovida pelo “núcleo fundador”, previamente

anunciada e na zona geográfica da ZIF, onde é proposta a área territorial para a ZIF e onde estará presente um representante da AFN.

O conceito de “núcleo fundador”, que está directamente relacionado com o grupo de proprietários iniciais que manifesta vontade em constituir a ZIF, é modificado de 2005 para 2009. Em 2005 os proprietários que faziam parte deste núcleo teriam de deter uma área contígua ou contínua de pelo menos 10% da área da ZIF. Na revisão de 2009 apenas se requer uma área de 5%.

Segue-se a “Consulta Pública”, no prazo máximo de 30 dias após a etapa anterior (45 dias no DL de 2005), e que obriga o “núcleo fundador” a publicar uma série de documentos estruturais da ZIF, nomeadamente: listagem de proprietários e produtores que concordaram em fazer parte da ZIF; indicação da entidade gestora; carta com delimitação da área territorial e sua localização administrativa; cadastro predial geométrico ou simplificado dos prédios abrangidos (na falta deste pode ser apresentado um inventário da estrutura da propriedade na escala adequada à sua identificação); projecto de regulamento interno e acta da reunião da consulta prévia, validada pela AFN. Esta fase tem a duração de 20 dias (30 dias no Decreto-Lei de 2005), durante os quais os documentos são publicados em vários locais, tanto na área geográfica da ZIF como no site da AFN, tendo em vista um processo de consulta pública. É de referir que, caso não exista cadastro predial geométrico, a apresentação dos documentos necessários a esta caracterização da ZIF pode ser prorrogada pelo prazo máximo de um ano. Uma alteração feita com o Decreto-Lei de 2009 vem acrescentar um papel de responsabilidade do “núcleo fundador” na análise e resposta às questões colocadas durante este período de consulta pública.

Findo este período, segue-se para o último passo antes da apresentação do requerimento para a constituição da ZIF. Nesta etapa, chamada “Audiência Final” e publicitada com uma antecedência mínima de 10 dias (15 dias no DL de 2005), é realizada uma nova reunião, na zona geográfica da ZIF, previamente anunciada a nível nacional e local, onde se analisam os pedidos de esclarecimento decorrentes da etapa anterior e onde é novamente requerida a presença de um elemento da AFN.

Cumpridas estas quatro etapas está concluído o processo para a criação da ZIF e é possível, a partir de agora, ao “núcleo fundador”, entregar o pedido de criação da área de intervenção através da entrega de um requerimento ao presidente da AFN (em 2005 esta competência era do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas) com duas condicionantes: ser subscrito por um mínimo de 10 proprietários e produtores florestais da ZIF (em 2005 este número era de 30); estes subscritores serem detentores de pelo menos metade dos espaços florestais existentes na área proposta para a ZIF (de 2005 para 2009 passa a falar-se nos detentores de espaços florestais dentro da ZIF em vez dos detentores de metade da área total proposta. Esta alteração está, a meu ver, relacionada com a introdução do conceito de “gestão total”).

Depois de entregues os documentos necessários, a AFN, no prazo de 30 dias, comunica aos interessados qual o parecer final sobre os mesmos, ao que se sucede a publicação da criação da ZIF nos órgãos oficiais.

No final deste processo há um facto importante que afecta todos os proprietários que decidiram não aderir à ZIF: estes passam a estar obrigados a ter um PGF aprovado pela AFN, bem como ao cumprimento do PEIF da ZIF.

A extinção da ZIF pode ser executada pela AFN ou pela iniciativa dos proprietários e produtores florestais caso estes representem, no mínimo, 50% do universo dos proprietários e produtores florestais aderentes e detenham, em conjunto, pelo menos metade da área.

Depois de a ZIF ser criada são tidos como seus elementos estruturantes e determinantes das condições mínimas necessárias para a formalização da sua constituição os seguintes documentos:

- a) Regulamento interno;
- b) PGF da área ZIF;
- c) PEIF da área ZIF (antes da revisão de 2009 era necessário um plano de defesa da floresta da área da ZIF);
- d) Cadastro predial, geométrico ou simplificado dos prédios abrangidos pelos aderentes ou, na falta deste, inventário da estrutura da propriedade na escala adequada à sua identificação;
- e) Inventário florestal dos prédios de que não se conheçam os respectivos proprietários ou produtores florestais, ou o seu paradeiro, e sobre os quais sejam efectuadas intervenções silvícolas;
- f) Carta com a delimitação territorial na escala 1:25000 referenciada à carta militar;
- g) Registo dos proprietários e produtores florestais aderentes;
- h) Calendário de progressão e representatividade territorial da ZIF com a duração de cinco anos;
- i) Registo da programação e execução das acções planeadas.

#### **4.4. Modo de funcionamento e gestão**

A responsabilidade da gestão da área da ZIF é assegurada exclusivamente pela respectiva entidade gestora, cumprindo-se o objectivo inicial de unificar e identificar a gestão destes espaços. Assim, esta entidade é também o ponto de contacto eleito pelas entidades oficiais. Esta entidade gestora deve possuir os meios próprios que assegurem a capacidade técnica de gestão da ZIF ou (a partir de 2009) contratar os meios que lhes permitam atingir esses objectivos.

A esta entidade compete assegurar a realização dos objectivos da ZIF e, para isso, deve cumprir o regulamento interno (aprovado em assembleia-geral) e promover a concertação dos interesses dos proprietários para que haja uma gestão profissional conjunta e coordenada das propriedades que a integram. Desta forma é também a entidade gestora que tem a responsabilidade de elaborar e arquivar os documentos estruturantes definidos, assim como o PGF e PEIF. Quanto a este último, a entidade gestora tem ainda a responsabilidade de o operacionalizar, o mesmo não acontecendo com o PGF, que pode ser executado pelos proprietários ou delegado nesta mesma entidade.

Estas entidades são as beneficiárias dos instrumentos financeiros previstos na lei e devem ainda constituir um fundo comum, baseado em contribuições financeiras dos aderentes, bem como todas as outras receitas que lhes sejam atribuídas nos termos da lei e do respectivo regulamento interno. Este fundo destina-se a financiar acções geradoras de benefícios comuns e de apoio aos aderentes.

Finalmente, estão previstos prémios atribuídos pelo Estado de acordo com os objectivos atingidos e os instrumentos de apoio financeiro prevêm a instituição de apoios especiais à constituição e instalação de ZIF em zonas de minifúndio.

#### **4.5. Elaboração e aprovação dos planos de gestão florestal**

A revisão de 2009 traz algumas novidades relativas aos planos a que a ZIF tem de estar submetida. Toda a área tem de estar abrangida por um PGF e um PEIF, que devem ser elaborados e apresentados à AFN. O PGF deve ser apresentado no prazo de dois anos, contados da data de constituição da ZIF; o PEIF, devido ao seu carácter urgente, tem de ser apresentado seis meses após a criação da ZIF.

A elaboração dos dois planos é da responsabilidade da entidade gestora mas não exclui do processo os proprietários florestais que devem, em assembleia-geral, manifestar-se sobre eles, e, num período de 20 dias subsequentes, têm o direito a consultá-los e a apresentar por escrito todas as alterações que considerem necessárias. À entidade gestora compete depois analisar estas sugestões e apresentar novamente os planos em nova assembleia-geral para apreciação final. Só depois desta etapa é que o PGF ou o PEIF segue para a AFN para aprovação, num prazo de 20 dias, caso não seja necessária a consulta por outro órgão designado pela mesma entidade.

O PGF da ZIF é de cumprimento obrigatório para todos os aderentes da ZIF, o PEIF é de cumprimento obrigatório para todos os proprietários, aderentes ou não, presentes na área da ZIF, assim como as operações silvícolas mínimas presentes no PGF.

A execução dos dois planos é da responsabilidade dos aderentes e proprietários presentes na área da ZIF. Os aderentes podem delegar a execução do PGF na entidade gestora e a operacionalização do PEIF é obrigatoriamente realizada pela mesma entidade.

#### **4.6. Evolução do conceito de ZIF: 2005-2009**

Nos pontos anteriores foi descrita a evolução do conceito de ZIF desde o decreto inicial de 2005 e o de 2009. De forma a tornar mais simples a visualização destas principais alterações construi-se uma tabela que pode ser consultada na secção de Anexos deste trabalho (ANEXO I) que resume as alterações mais significativas entre as duas leis.



## 4.7. Caracterização das ZIF e seus territórios

Pretende-se neste ponto caracterizar as ZIF e os territórios onde estas se localizam do ponto de vista social e territorial. Esta caracterização assume dois critérios: a situação retratada neste ponto reporta-se às ZIF constituídas até à data de 28 de Fevereiro de 2011, a mesma data a que se refere o documento de análise realizado pela AFN (AFN, 2011) (optou-se por esta data por ser aquela para a qual existem mais dados disponíveis para caracterizar as ZIF); na análise territorial tomou-se o concelho como unidade de análise e optou-se por restringir a análise ao município mais representado em cada ZIF. Todas as ZIF que ocupam áreas em mais do que um município serão aqui tratadas como se ocupassem áreas apenas dentro de um município. Optou-se por este critério para facilitar a análise de dados das variáveis territoriais em cada ZIF. Com esta opção não foram incluídos 11 dos 87 municípios que integram áreas ZIF.

No final da descrição das variáveis propõe-se uma leitura das ZIF a partir da sua localização no PROF de forma a conseguir evidenciar diferenças e especificidades regionais destas áreas.

### 4.7.1. Número, área e distribuição geográfica

Existem 143 ZIF que ocupam uma área total de 735.834,50 ha o que corresponde a cerca de 8% da área de Portugal Continental. A média da área destas zonas é de 5.145,70 ha, mas, este valor não corresponde a uma realidade homogénea, já que a área varia entre a menor ZIF com 751,00 ha e a maior com 54.788,70 ha.

**Tabela 4.1. – Distribuição das ZIF por área total, área média e área mínima**

Área Total de ZIF	Área média	Área mínima	Área máxima
735.834,50	5.145,70	751,00	54.788,70

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

A distribuição destas áreas tem um carácter nacional, mas com maior predominância numérica na região Centro, onde se encontra o maior número de ZIF constituídas (n=70) mas não a maior área ocupada, como se pode ver na tabela seguinte (Tabela 4.2.). A região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), que conta com menos de metade do número de ZIF da região Centro, apenas 24 ZIF contrastando com as 70 desta última região, consegue ter mais área ocupada. Este aspecto como é evidente está relacionado com a área média das ZIF em cada região. Verifica-se que este valor, na região de LVT, é cerca de três vezes superior ao observado na região Centro. Numa primeira leitura, olhando para estes valores, as ZIF localizam-se predominantemente nas zonas Norte e Centro do país (61% do total das ZIF), com uma área média semelhante, inferior a 4.000 ha. Destaca-se depois a região de LVT com 24 ZIF de área média superior 12.000 ha. O Algarve com 16 ZIF, representa 11% do total destas áreas e o Alentejo apenas com 2 ZIF, representa 1% do número de ZIF.

**Tabela 4.2.** – Distribuição por região administrativa da AFN, do número de ZIF, número ZIF (%), área total ZIF, área total ZIF (%) e área média ZIF

Região	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área total ZIF (ha)	Área total ZIF (%)	Área média ZIF (ha)
<b>Norte</b>	31	22	91.137	12	2.940
<b>Centro</b>	70	49	277.799	38	3.969
<b>LVT</b>	24	17	289.179	39	12.049
<b>Alentejo</b>	2	1	13.207	2	6.604
<b>Algarve</b>	16	11	64.513	9	4.032
<b>Total</b>	143	100	735.835	100	5.145

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

A distribuição destas zonas pode ser lida também de acordo com os PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal). É relevante esta leitura porque os PROF fazem parte das figuras de planeamento florestal instituídas pela Lei de Bases de Política Florestal (Lei nº 33/96) numa perspectiva de regular o ordenamento florestal a nível regional. Dos 21 PROF existentes a maioria (n=18) tem áreas de ZIF. Apenas se excluem os PROF do Alentejo Central, Baixo Alentejo e Baixo-Minho. Existem 7 regiões PROF cuja área total de ZIF é inferior a 10.000 ha, 5 regiões com uma área total de ZIF entre os 10.000 e os 50.000 ha, 5 regiões com uma área total de ZIF entre os 50.000 e 100.000 ha, e por fim uma região PROF, a do Ribatejo, com uma área total de ZIF superior a 100.000 ha (Tabela I dos Anexos).

Dentro das regiões PROF foram ainda definidas, de acordo com diferentes critérios, freguesias prioritárias para a localização das ZIF. Na Tabela 4.3. representa-se a distribuição das ZIF de acordo com a sua localização nestas freguesias. Não se utilizou neste caso apenas o concelho maioritário, mas sim todas as freguesias de todos os concelhos. Mais de dois terços das ZIF (68%) incluem áreas em freguesias prioritárias para a constituição das ZIF.

**Tabela 4.3.** – Localização das ZIF em freguesias prioritárias: número e área ZIF e respectivas percentagens (%)

Localização	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área (%)
<b>Sim</b>	97	68	461296	63
<b>Não</b>	46	32	274539	37
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

A nível do concelho as ZIF distribuem-se por 87 municípios, estando aqui caracterizados apenas 76, como foi acima explicado.

Verifica-se na tabela que pode ser consultada na secção dos anexos (Tabela II dos Anexos) que a maior parte dos concelhos (n=48) são ocupados por apenas uma ZIF e que estes, os que têm

apenas uma ZIF, representam 25% da área total de ZIF. Por comparação a mesma proporção de área (25%) está representada em três concelhos que têm na sua área 5 ZIF, cada um. Da informação contida nesta tabela podem analisar-se algumas características destas áreas que são mais facilmente visualizadas na tabela e gráfico seguintes.

**Tabela 4.4. – Distribuição agrupada das ZIF por município, área total e proporção da área no total das ZIF**

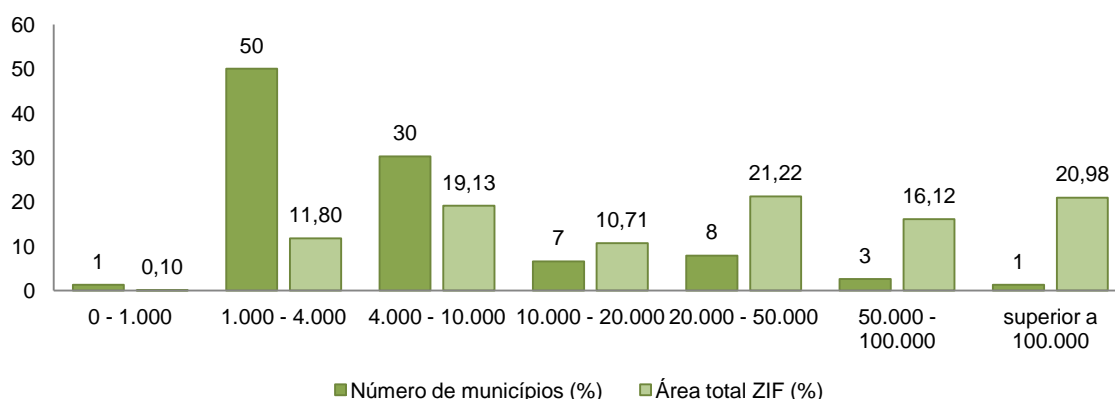
Número Municípios	Número ZIF	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
48	1	186.600	25
14	2	98.304	14
5	3	97.923	13
2	4	46.817	6
3	5	182.805	25
2	6	37.608	5
1	8	58.993	8
1	9	27.323	4
<b>76</b>	<b>143</b>	<b>736.373</b>	<b>100</b>

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

Outra informação que se pode extrair da Tabela II dos Anexos pode ser vista no Gráfico 4.1., onde as ZIF são agrupadas de acordo com a sua área em 7 classes: a primeira vai desde os 0 aos 1.000 ha e engloba o mínimo de área ZIF estabelecido pelo Decreto-Lei de 2009: 750 ha; a segunda classe, dos 1000 aos 4000 ha, é estabelecida entre a área mínima presente no Decreto-Lei de 2005 e o mínimo exigido pela lei de 2009 para as áreas que englobam proprietários em associação com unidades de baldio ou áreas do Estado; a terceira classe varia entre o valor de 4000 e o de 10.000 ha que é o valor mínimo estabelecido em 2009 para áreas unicamente estabelecidas por unidades de baldio; as restantes classes foram obtidas agrupando ordens de grandeza elevadas.

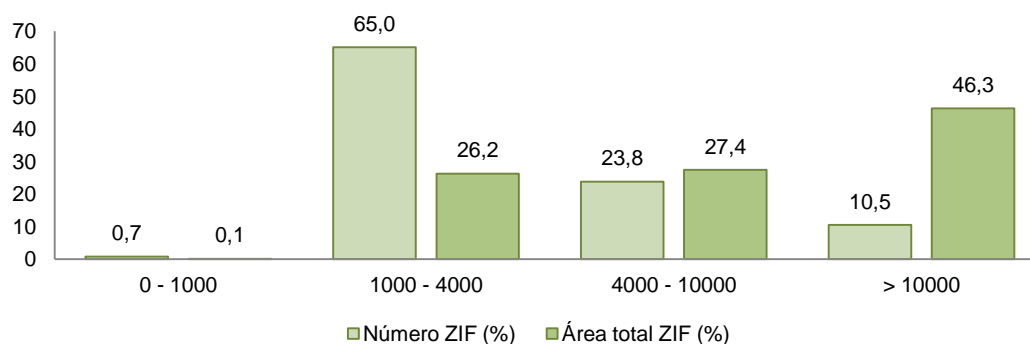
Observa-se que a distribuição das áreas por município é muito heterogénea, variando entre um concelho (Vila Franca de Xira) que representa 0,01% da área total de ZIF e outro (Coruche) com cerca de 21%. A maior parte dos concelhos (n=51) ficam nas classes dos 1.000-4.000 ha e 4.000-10.000 ha. Uma outra divisão, tomando a ZIF como unidade de análise, pode ser vista no Gráfico 4.2. A maior parte das ZIF (65%) encontra-se na classe dos 1.000-4.000 ha, cerca de um quarto (23,8%) encontra-se na classe dos 4.000-10.000 ha, e cerca de metade da área de ZIF (46,3%) encontra-se nas ZIF que ocupam áreas superiores a 10.000 ha.

**Gráfico 4.1. – Distribuição do número de municípios (%) por classes de área de ZIF, com proporção na área total de ZIF (%)**



**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

**Gráfico 4.2. - Distribuição do número (%) e área (%) de ZIF por classes de área (ha)**



**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

#### 4.7.2. Progressão da constituição das ZIF

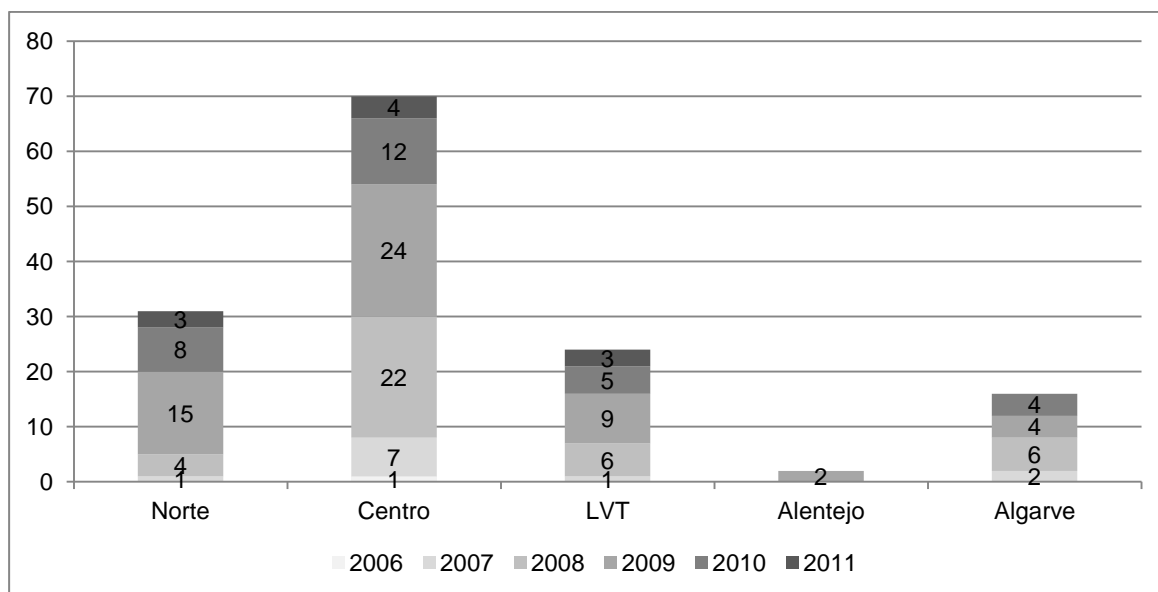
A constituição destas áreas de gestão tem vindo a crescer desde o ano de 2006 (Tabela 4.5.), com a constituição da primeira ZIF, um ano e meio depois da definição dos seus pressupostos legais. Apenas o Alentejo se deixou ficar pelas duas ZIF formadas no ano de 2009. Nota-se no entanto um grande desaceleramento da formação de ZIF do ano 2009 (ano em que houve a maior formação de ZIF a nível nacional, 53 ZIF) para o ano 2010 (n=29), principalmente na zona do Norte e Centro (Gráfico 4.3.).

**Tabela 4.5. – Distribuição das ZIF por ano de constituição e área total constituída anualmente**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Número ZIF</b>	1	11	38	53	29	10
<b>Área anual (ha)</b>	4.741,31	42.502,44	231.301,10	225.629,81	108.111,31	120.803,86

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

**Gráfico 4.3. – Número de ZIF por ano de constituição e por região de administração da AFN**



**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

Analisa-se agora três indicadores de progressão das ZIF: a situação do cadastro, do PGF e do PEIF. Estes dados foram obtidos através da AFN. Um dos factores indicados pelas EG como maior entrave à constituição das ZIF é a situação do cadastro. A Tabela 4.7. distribui as ZIF de acordo com três situações possíveis: zonas onde existe cadastro geométrico da propriedade rústica (CGPR), zonas sem nenhum tipo de referência de cadastro e as zonas incluídas no regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral que visa a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNERGIC). As ZIF localizadas em áreas SiNERGIC também não têm neste momento cadastro organizado. O que se verifica na Tabela 4.6. é que a constituição de ZIF tem algum peso, 38%, nas zonas com cadastro mas um peso ainda maior nas zonas sem cadastro (50%). Este valor aumenta para 62% se na percentagem anterior se incluir também as ZIF localizadas em áreas SiNERGIC. No entanto a maior área de ZIF, 63%, está em zonas cadastradas, o que contrasta com os 37% em zonas não cadastradas, que incluem as zonas do projecto SiNERGIC.

**Tabela 4.6. – Distribuição do número e área das ZIF de acordo com a sua situação do cadastro**

Cadastro	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área (%)
<b>CGPR</b>	54	38	462689	63
<b>Nenhum</b>	72	50	208312	28
<b>SINERGIC</b>	17	12	64834	9
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** AFN (2011)

As aprovações dos planos previstos nas leis de constituição das ZIF são indicadoras da progressão do trabalho que se está a fazer dentro destas áreas. Como foi visto anteriormente o PGF deve ser apresentado no prazo de dois anos, contados da data de constituição da ZIF. O prazo de constituição do PEIF é de seis meses. As tabelas seguintes (Tabelas 4.7. e 4.8.) relacionam a aprovação destes planos com a área e número das ZIF. A análise das duas tabelas indica que a progressão da aprovação dos planos de gestão é muito baixa, apenas 31% das ZIF têm um PGF aprovado, mas a situação no caso dos PEIF é ainda mais baixa, uma vez que apenas quatro ZIF (1% da área) têm este plano aprovado (Tabela 4.8.). Isto pode dever-se ao facto dos PEIF apenas terem aparecido na legislação de 2009.

**Tabela 4.7. – Distribuição do número e área das ZIF de acordo com a situação do Plano de Gestão Florestal**

<b>PGF</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF</b>	<b>Área (%)</b>
<b>aprovado</b>	44	31	241089	33
<b>não aprovado</b>	99	69	494745	67
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** AFN (2011)

**Tabela 4.8. – Distribuição do número e área das ZIF de acordo com a situação dos Planos Específicos de Intervenção Florestal**

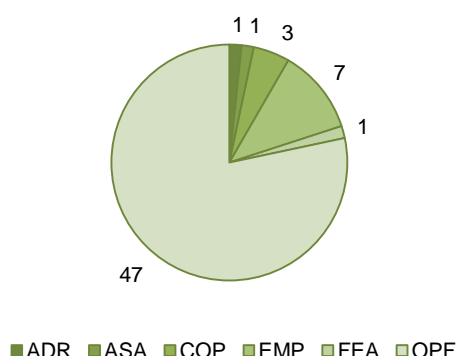
<b>PEIF</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Área ZIF</b>	<b>Área (%)</b>	<b>Número ZIF (%)</b>
<b>aprovado</b>	4	7367	1	3
<b>não aprovado</b>	139	728467	99	97
<b>Total</b>	143	735835	100	100

**Fonte:** AFN (2011)

### 4.7.3. Entidades Gestoras

As 143 ZIF são geridas por um total de 60 EG constituídas maioritariamente por Organizações de Produtores Florestais (OPF) (n=47), logo seguidas pelas empresas (EMP) (n=7) e as cooperativas (COP) (n=3) como pode ser visto no Gráfico 4.4.. Existem ainda ZIF geridas por uma Associação de Desenvolvimento Rural (ADR), uma Associação de Agricultores e uma Federação de Agricultores (FEA).

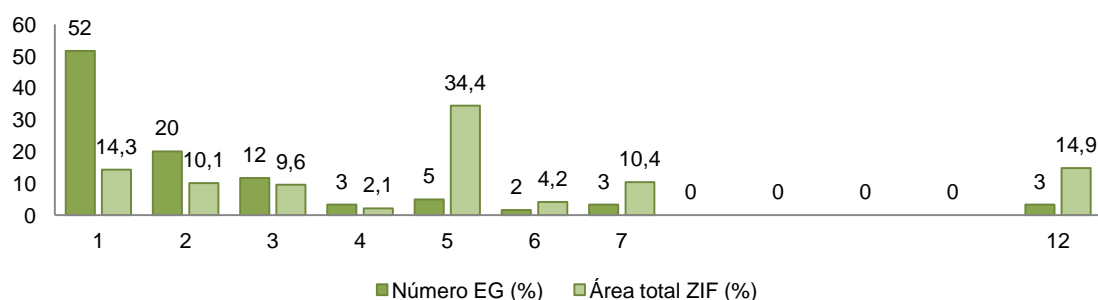
**Gráfico 4.4.-** Distribuição das ZIF por tipos de Entidades Gestoras



**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

A forma como estas entidades se relacionam com o número de ZIF e área gerida pode ser vista no gráfico seguinte (Gráfico 4.5.). Este gráfico pretende traduzir as diferenças existentes entre o número de ZIF a cargo das EG, e também a representatividade da área gerida por cada EG no total de área ZIF nacional. A maior parte das EG (n=31) tem a seu cargo apenas uma ZIF, estas representam no seu conjunto uma área de 14,3% do total de área de ZIF. O número de entidades gestoras com mais de uma ZIF a seu cargo decresce assim como a representatividade da sua área em relação ao total. Esta situação só se inverte quando se chega às EG com cinco ZIF a seu cargo, onde três EG gerem 34,4% da área total de ZIF. Esta situação acontece porque aqui se encontram as duas entidades gestoras com mais área gerida, localizadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo: a “ACHAR – Associação de Agricultores de Charnena” e a “APFC – Associação de Produtores Florestais de Coruche e Limitrofes”. Também já se tinha reparado neste desvio aquando da análise anterior da área média das ZIF. Não se registam EG com oito a onze ZIF a seu cargo, mas encontram-se duas EG responsáveis, cada uma, pela gestão de doze ZIF. Estas são responsáveis no seu conjunto pela gestão de 14,9% da área de ZIF e também se encontram, como as da Região de LVT na mesma zona geográfica, neste caso na Região Centro, na zona próxima à Serra da Estrela: *Caule – Associação Florestal da Beira Serra* e a *URZE – Associação Florestal da Encosta da Beira Serra*.

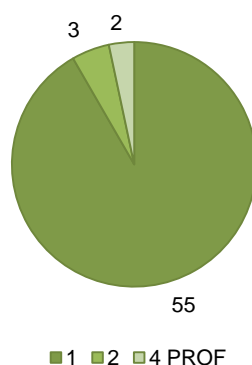
**Gráfico 4.5. –** Distribuição das entidades gestoras (%) por número de ZIF geridas e respectiva área total (%)



**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

Uma distribuição geográfica das EG (Gráfico 4.6.), por região PROF, revela que a maioria das EG (n=55) se circunscreve a um PROF. Existem apenas cinco casos de EG que gerem ZIF presentes em mais de um PROF, entre estas situações três EG estão presentes em dois PROF que têm continuidade geográfica. Os dois casos restantes têm presença em quatro PROF e distinguem-se pela distribuição da sua presença. O caso da “*Caule – Associação Florestal da Beira Serra*” ocupa 4 PROF contíguos, enquanto a “*Silviconsultores, Ambiente e Recursos Naturais, S.A.*” gere ZIF em quatro PROF muito diferentes, o que reflecte o nível de organização desta empresa, que é feito por delegações regionais.

**Gráfico 4.6. – Distribuição das Entidades Gestoras pelo número de PROF em que estão presentes**



**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

A tendência, nesta fase inicial, é de cada EG ter poucas ZIF a seu cargo (uma, duas ou, no máximo, três) tirando alguns casos excepcionais que vão para além deste valor ou que o ultrapassam mesmo largamente, como é caso das duas EG que gerem doze ZIF. Outra tendência é a de cada EG ter uma área pequena a seu cargo, tirando novamente os casos excepcionais das duas associações da Região de LVT e das duas associações antes referidas. Por fim, tirando o caso da “*Silviconsultores*”, as EG gerem ZIF numa área geográfica próxima.

#### 4.7.4. Ocupação do solo

De acordo com a AFN (2011) a ocupação do solo nestas áreas (Tabela 4.9.) é maioritariamente florestal, 51%, logo seguida pela área de matos, que ocupa, na totalidade, 25% da área das ZIF. Destaca-se ainda a área ocupada pelos espaços agrícolas que surge em terceiro lugar com cerca de um quarto da área ocupada (21%).



**Tabela 4.9.** – Distribuição do uso do solo (%) nas áreas das ZIF por região administrativa da AFN

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Floresta	42	41	65	68	39	51
Matos	32	32	10	12	41	25
Agricultura	24	24	22	18	18	21
Outros usos	2	2	2	1	1	2
Águas Interiores	(0,29)	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100

**Fonte:** adaptado de AFN (2011)

#### 4.7.5. Ocupação florestal

A análise da área florestal ocupada pelas ZIF pode ser mais aprofundada se se recorrer aos dados presentes no último Inventário Florestal Nacional - IFN (2010). Em primeiro lugar pode analisar-se a área florestal presente em cada concelho dividindo a área do concelho pela área de floresta que é indicada no IFN. Com os valores resultantes desta divisão agrupam-se os concelhos por classes que designam a proporção da área do concelho ocupada por floresta: 0-10% concelhos pouco florestais, 10-25% concelhos com presença florestal, 25-50% concelhos medianamente florestais e nos 50-75% os concelhos predominantemente florestais. Na Tabela 4.10. encontra-se a distribuição das ZIF por estas classes. A maioria das ZIF (72%) inclui-se, como seria de esperar em concelhos medianamente e predominantemente florestais, mas há uma presença importante de ZIF (27%) nos concelhos que têm menos de um quarto da sua área ocupada com floresta. Um outro dado interessante é que apesar de o número de ZIF ser praticamente o mesmo ( $n=40$ ) nas classes inferiores a 25% e superiores a 50%, a área das 40 ZIF situada na classe (50-75%) é cerca de três vezes superior à área situada nas outras duas classes referidas. Isto indica que a ocupação florestal do concelho tem impacto na área das ZIF, mas não é tão significativa em termos de constituição das mesmas.

**Tabela 4.10.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área do município ocupada com floresta (%)

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	1	1	751	0,1
10 – 25	39	27	117657	16,0
25 – 50	63	44	286700	39,0
50 – 75	40	28	330726	44,9
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** 5º Inventário Florestal Nacional

Além dos dados da ocupação florestal dos concelhos é ainda possível aceder, através do mesmo IFN, aos dados relativos às áreas de povoamentos ocupados por espécie florestal dominante. As tabelas 4.11., 4.12. e 4.13. representam os valores encontrados para cada espécie.

Olhando em primeiro lugar para o caso do pinheiro-bravo nota-se que excluindo as áreas predominantemente ocupadas por esta espécie (>50%) as ZIF distribuem-se uniformemente por todas as outras classes. No caso do eucalipto a maioria das ZIF (67%) concentram-se em áreas que registam uma média a grande ocupação (>25%) por esta espécie. O que indica que a constituição das ZIF pode estar relacionada com a presença de eucalipto. O caso do sobreiro necessita de uma primeira observação, o grande número de valores baixos resulta de um grande número de dados no IFN que não apresentando uma estimativa para estas áreas foram assumidos como valor nulo. Mas o caso do sobreiro distingue-se por haver uma grande assimetria nas ZIF que ocupam concelhos na classe >50%. As 10 ZIF que ocupam estes concelhos representam 30% da área total de ZIF.

**Tabela 4.11.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo (%)

<b>Classe (%)</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF (ha)</b>	<b>Área ZIF (%)</b>
0 – 10	42	29	128901	18
10 – 25	48	34	292119	40
25 – 50	41	29	267308	36
> 50	12	8	47507	6
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** 5º Inventário Florestal Nacional

**Tabela 4.12.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto (%)

<b>Classe (%)</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF (ha)</b>	<b>Área total ZIF (%)</b>
0 – 10	35	25	344692	47
10 – 25	12	8	68707	9
25 – 50	33	23	146094	20
> 50	63	44	176341	24
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** 5º Inventário Florestal Nacional

**Tabela 4.13.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área ZIF (%)
0 – 10	101	71	309895	42
10 – 25	19	13	130861	18
25 – 50	13	9	72428	10
> 50	10	7	222650	30
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** 5º Inventário Florestal Nacional

#### 4.7.6. Incêndios

Para caracterizar os incêndios nos municípios onde se situam as ZIF foram utilizados dois dados do INE: a superfície ardida (ha) do concelho (total acumulado 2000 – 2010) e dentro desta área foi analisado o tipo de área ardida que inclui os povoamentos florestais. A primeira informação representada na Tabela 4.14. revela que a constituição das ZIF não está directamente relacionada com a área ardida, já que é possível encontrar uma proporção semelhante de ZIF em concelhos com uma proporção de área ardida desde os zero aos setenta e cinco por cento, apenas a partir deste valor o número de ZIF diminui com mais intensidade. Por outro lado a Tabela 4.15. indica que as ZIF são constituídas em áreas onde a proporção da área ardida é maioritariamente florestal. Como se pode ver, oitenta e quatro das ZIF (59%) estão em áreas onde a proporção de superfície ardida total acumulada em povoamentos florestais é superior a 50%.

**Tabela 4.14.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da superfície do município ardida (%) (total acumulado 2000-2010)

Classe	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	30	21	275579	37
10 – 25	43	30	209430	29
25 – 50	33	23	149477	20
50 – 75	27	19	70411	10
> 75	10	7	30938	4
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

**Tabela 4.15.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção da superfície ardida total acumulada (%) (2000-2010) em povoamentos florestais (ha)

Classe (ha)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área ZIF (%)
0 – 10	3	2	8543	1
10 – 25	31	22	92600	13
25 – 50	25	17	98184	13
50 – 75	43	30	209733	29
> 75	41	29	326775	44
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

#### 4.7.7. Explorações agrícolas

Neste ponto analisam-se algumas variáveis relacionadas com a estrutura das explorações agrícolas como indicador das estruturas fundiárias. Os dados utilizados são retirados do último Recenseamento Geral Agrícola realizado pelo INE (2009). A exploração agrícola é definida como a unidade técnico-económica que utiliza factores de produção comuns e que cumpre vários critérios: produção ou manutenção de boas condições agrícolas ambientais, dimensão, gestão única e localização determinada e identificável. Esta unidade é utilizada neste estudo para encontrar indicadores da dinâmica agrícola dos concelhos ocupados pelas ZIF. As duas primeiras variáveis analisadas são relativas à presença ou não de explorações de grandes dimensões, neste caso superiores a 20 ha, no total de explorações agrícolas do concelho. Foram seleccionados os dados relativos ao número, e, sabendo à partida que um pequeno número destas explorações pode representar uma grande área no seu total, analisa-se também a área total de propriedades com área superior a 20 ha. Dividiram-se estes valores pelo número total de explorações agrícolas, no primeiro caso, e pela superfície total de explorações agrícolas, no segundo caso. Os dados estão representados nas tabelas 4.16. e 4.17.

O que sobressai é que as ZIF se situam maioritariamente (n=111) em concelhos onde a presença de explorações agrícolas superiores a 20 ha é inferior a 10% do total destas explorações. Relativamente à área destas explorações nota-se a mesma predominância das ZIF nos concelhos com pouca área de grandes explorações, 57% das ZIF nas classes inferiores a 25%, mas não é tão evidente como no gráfico anterior. Em ambos os casos é de notar que há excepções em concelhos com um grande desvio tanto de número como de área.

**Tabela 4.16.** – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção do número total de explorações agrícolas com classe de superfície agrícola superior a 20 ha

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área (%)
0 – 10	111	78	443036	60
10 – 25	25	17	104033	14
> 25	7	5	188765	26
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

**Tabela 4.17.** – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área ZIF (%)
0 - 10	30	21	75643	10
10 – 25	27	19	112260	15
25 – 50	47	33	157166	21
50 – 75	26	18	129279	18
> 75	13	9	261487	36
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

Um outro aspecto analisado na estrutura das explorações agrícolas refere-se à natureza jurídica do produtor e neste caso obteve-se informação sobre a proporção da superfície agrícola dos concelhos com áreas de produtores autónomos. As áreas deste tipo de produtores autónomos fornecem informação sobre a agricultura familiar, uma vez que inclui as áreas onde permanente ou predominantemente se utiliza a actividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na exploração, com ou sem recurso excepcional ao trabalho assalariado. Os dados relativos a estas áreas foram divididos pela área total das explorações agrícolas de cada concelho. A Tabela 4.18. mostra que a maioria das ZIF (76%) se situam em áreas onde as áreas de produtores autónomos correspondem a mais de 50% da área agrícola do concelho e, destas, setenta e cinco (52%) situam-se em municípios onde estas áreas correspondem a 75% do total das áreas agrícolas. Nota-se portanto um peso muito importante da agricultura familiar nas áreas de constituição das ZIF.

**Tabela 4.18.** – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos de acordo com a proporção da superfície agrícola autónoma

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área (%)
0 – 25	10	7	28780	4
25 – 50	24	17	97910	13
50 – 75	34	24	326342	44
> 75	75	52	282803	39
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

#### 4.7.8. Rendimento agrícola

A informação sobre a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor é um indicador da importância das actividades agrícolas no rendimento familiar. Novamente se utilizam os dados do RGA 2009 (INE, 2011), neste caso os dados relativos à origem deste rendimento. A Tabela 4.19. informa que o rendimento mais importante para o agregado é principalmente de origem exterior, com 88% das ZIF situadas nas classes em que a origem principal do rendimento é exterior é superior a 50% dos casos. Novamente não é de menosprezar que 40% da superfície de ZIF está incluída em áreas onde o rendimento não é principalmente de origem exterior.

**Tabela 4.19.** – Distribuição do número e área ZIF por classes de concelhos definidos de acordo com a proporção da superfície dos produtores individuais em que a fonte de rendimento do agregado é principalmente de origem exterior à exploração agrícola

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF	Área (%)
0 – 25	3	2	59651	8
25 – 50	14	10	237101	32
50 – 75	79	55	284946	39
> 75	47	33	154136	21
Total	143	100	735835	100

**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

Uma outra variável que se analisa é a actividade lucrativa não agrícola da exploração, neste caso as actividades ligadas à produção florestal e transformação da madeira. Com esta variável pretende-se ter um indicador sobre a dinâmica florestal nas explorações agrícolas. A tabela 4.20. indica que a maioria das ZIF (n=121) se localiza em áreas onde a proporção destas explorações é muito baixa (< 10%). No entanto há exemplos de ZIF que se situam nas outras classes, com especial destaque para a classe 25-50% que conta com a presença de 12 ZIF.

**Tabela 4.20.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com o total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira)

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	121	85	669947	91
10 – 25	7	5	25945	4
25 – 50	12	8	33328	5
> 50	3	2	6614	1
Total	143	100	735835	100

**Fonte:** Recenseamento Geral Agrícola 2009 (INE, 2011)

#### 4.7.9. Emprego

Para analisar o contexto do emprego nas regiões onde estão constituídas as ZIF analisam-se algumas variáveis retiradas dos CENSOS 2001 realizado pelo INE (2002) para o qual é possível obter todos os resultados. A primeira variável analisada é a proporção de emprego familiar no total do emprego do sector primário. O valor desta primeira variável é resultado da soma dos trabalhadores por conta própria com os trabalhadores familiares não remunerados, ambos do sector primário, divididos depois pelo total da população residente empregada no sector primário. A Tabela 4.21. espelha a distribuição das ZIF de acordo com esta variável e evidencia uma característica das regiões onde se constituem as ZIF: a grande maioria (n=103) das ZIF (72%) situa-se em concelhos onde o emprego familiar tem uma expressão significativa, que vai desde um quarto a metade da população empregada no sector primário. Este número de ZIF corresponde a cerca de metade da área nacional de ZIF (53%). Outra evidência é a grande concentração de área ZIF (30%) em zonas com muito pouco emprego familiar no sector primário.

**Tabela 4.21.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos definidos de acordo com a proporção de emprego familiar no total do emprego no sector primário (%)

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	10	7	221819	30
10 – 25	12	8	85494	12
25 – 50	103	72	387867	53
> 50	18	13	40655	5
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

Na tabela seguinte (Tabela 4.22.) relaciona-se o número total de activos no sector primário com o total de activos de cada concelho. As ZIF encontram-se na sua maioria (n=74) em regiões onde a proporção de activos no sector primário é inferior a 10% do total de activos, mas a maior área de ZIF (59%) encontra-se em regiões onde a importância dos activos no sector primário é superior a este valor.

**Tabela 4.22.** – Distribuição do número e área ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção do total de activos no sector primário (%)

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	74	52	301618	41
10 – 25	55	38	366263	50
> 25	14	10	67954	9
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

Dentro dos activos do sector primário encontram-se os activos florestais, que neste caso incluem os activos que se dedicam às seguintes actividades: silvicultura, exploração florestal, caça, repovoamento cinegético e actividades dos serviços relacionados. A proporção destes activos dentro dos activos do sector primário é um indicador da dinâmica do sector florestal no concelho e por essa razão a tabela 4.23 mostra essa variável relacionada com o número e percentagem da área total das ZIF. A maioria das ZIF (n=99) encontra-se em regiões em que o número de activos florestais é muito pequeno relativamente aos activos do sector primário. No entanto existem onze ZIF estabelecidas em concelhos onde a presença dos activos florestais é superior a 25%.

**Tabela 4.23.** – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário

<b>Classe (%)</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF (ha)</b>	<b>Área ZIF (%)</b>
<b>0 – 10</b>	99	69	363246	49
<b>10 – 25</b>	33	23	325136	44
<b>&gt; 25</b>	11	8	47453	7
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

#### 4.7.10 População

São ainda analisadas algumas variáveis relativas à população residente nos municípios com áreas ZIF. Os dados são, como os anteriores, retirados dos CENSOS 2001. Em primeiro lugar é representada a densidade populacional dos municípios (Tabela 4.24.). No caso desta variável optou-se pela divisão em quatro classes (habitantes/Km<sup>2</sup>) seguindo o trabalho de Baptista (2010): a primeira define as zonas de densidade populacional muito baixa, a segunda um nível de densidade que é esperado encontrar no rural agrícola e de indústria e serviços, a terceira classe inclui o valor que é esperado no rural urbano e a última classe um valor que se afasta dos valores da densidade rural. A maior parte das ZIF (86%) encontra-se em zonas de baixa a muito baixa densidade populacional, com a maior fatia destas zonas (n=78) a localizar-se em áreas com uma densidade entre os 30 – 100 habitantes/Km<sup>2</sup>.

**Tabela 4.24.** – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a sua densidade populacional (habitantes/Km<sup>2</sup>)

<b>Classe (hab/Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF</b>	<b>Área ZIF (%)</b>
< 30	44	31	350149	48
30 – 100	78	55	318712	43
100 – 200	15	10	49638	7
> 200	6	4	17336	2
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)



Acrescentado ao facto de as ZIF se situarem principalmente em zonas de baixa densidade a maioria destas (68% no período 1991-2001 e 73% no período 2001-2010) encontram-se também em municípios que têm uma variação de população negativa, como se pode ver na Tabela 4.25., onde se representam os concelhos agrupados em classes de acordo com a variação da população. É também interessante verificar que o número de concelhos com variação negativa da população aumenta em 2001 – 2011.

**Tabela 4.25.** – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a variação da população entre 1991–2001 e 2001–2011 (%)

Classe (%)	Variação 1991-2001		Variação 2001-2011	
	Número ZIF	Número ZIF (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)
-25 – (-)10	23	16	63	44
-10 – 0	74	52	42	29
0 – 10	38	27	27	19
10 – 25	5	3	10	7
25 – 50	3	2	1	1
<b>Total</b>	143	100	143	100

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

A idade dos residentes também foi tomada em conta e analisa-se a proporção de residentes com 65 ou mais anos de idade e os residentes com 14 ou menos de idade nas tabelas seguintes (Tabelas 4.26 e 4.27). De entre as duas faixas etárias analisadas a proporção da população idosa é aquela que mais se destaca, com quarenta e três ZIF a situarem-se em municípios onde a proporção desta população é superior a 25%. A população jovem, neste caso com idade igual ou inferior a 14 anos, é na totalidade das ZIF (n=143) inferior a 25% da população total.

**Tabela 4.26.** – Distribuição do número e área das ZIF por classe de concelhos classificados de acordo com a população residente com 65 ou mais anos de idade (%)

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	1	1	3292	1
10 – 25	99	69	577454	78
> 25	43	30	155089	21
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

**Tabela 4.27.** – Distribuição do número e área das ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a população residente com 14 ou menos anos de idade (%)

Classe (%)	Número ZIF	Número ZIF (%)	Área ZIF (ha)	Área ZIF (%)
0 – 10	11	8	70399	10
10 – 25	132	92	665435	90
<b>Total</b>	143	100	735835	100

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

Analisam-se ainda duas variáveis relativas ao nível de ensino das populações residentes nos concelhos com áreas ZIF, a proporção de população residente sem nível de ensino e a proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo completo. É visível em ambas as tabelas (Tabelas 4.28. e 4.29.) o pequeno peso da população que não tem ensino mas também o pequeno peso da população com pelo menos o 3º ciclo completo, com oitenta e oito das ZIF situadas em áreas onde a população com pelo menos este nível de educação é inferior a 25% da população.

**Tabela 4.28.** – Distribuição do número e área das ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a proporção da população residente sem nível de ensino (%)

<b>Classe (%)</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF (ha)</b>	<b>Área ZIF (%)</b>
10 – 25	136	95	677421	92
25 – 35	7	5	58413	8
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

**Tabela 4.29** – Distribuição do número e área das ZIF por classes de concelhos classificados de acordo com a população residente com pelo menos o 3º ciclo completo (%)

<b>Classe (%)</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área ZIF (ha)</b>	<b>Área ZIF (%)</b>
10 – 25	88	62	500821	68
25 – 40	52	36	230724	31
40 – 50	3	2	4289	1
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos 2001 (INE, 2002)

#### **4.7.11. Tipo de rural**

Inclui-se no conjunto de variáveis a analisar a diversidade do rural caracterizada em Baptista (2010). Neste estudo a diversidade do rural é estabelecida, com base em dois indicadores (percentagem da população rural activa agrícola na população rural activa e a densidade rural) em quatro zonas: Agrícola, Baixa Densidade, Indústria/Serviços e Urbano. Na Tabela 4.30. distribuem-se as ZIF de acordo com a sua presença nestes tipos de rural. A maioria das ZIF (40%) e também a sua maior área situam-se em zonas de rural de Baixa Densidade, seguidas de perto, pelo menos em número (54%) pelas ZIF localizadas no Rural/Indústria/Serviços. A presença nos restantes rurais, Agrícola e Urbano é reduzida, mas ainda com algum significado, com 12% e 10% das ZIF, respectivamente.

**Tabela 4.30** – Distribuição do número e área das ZIF por Tipo de Rural

<b>Tipo de Rural</b>	<b>Número ZIF</b>	<b>Número ZIF (%)</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>Área ZIF (%)</b>
Agrícola	18	12	43037	6
Baixa Densidade	57	40	445117	61
Indústria e Serviços	54	38	201719	27
Urbano	14	10	45961	6
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>735835</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Baptista (2010)

#### **4.8. Uma proposta de leitura das ZIF**

Nos pontos anteriores as ZIF foram analisadas através de um conjunto de variáveis, tomando como unidade de análise o concelho em que estas se localizam, o que permite fazer uma leitura abrangente das características dos territórios por onde estas se distribuem no território nacional.

Para fazer esta leitura construiu-se uma tabela de Burt, ou tabela de correspondências, a partir de um algoritmo para construção deste tipo de tabelas existente no software analítico SAS System for Windows (versão 9.00). A tabela de Burt é uma tabela simétrica, com um número de linhas igual ao número de colunas, de acordo com o número de variáveis, e mostra as frequências absolutas ou relativas para todas as combinações de pares de variáveis de um conjunto de dados. Com o objectivo de permitir a comparação entre as diversas ZIF é também sugerido nesta secção um ponto de partida para a leitura das relações entre as variáveis analisadas. Este ponto de partida será a variável PROF que enquadra as ZIF em regiões com critérios semelhantes de ordenamento florestal, e, como foi visto anteriormente, as ZIF distribuem-se por 18 dos 21 PROF constituídos em Portugal Continental.

De forma a facilitar a leitura e análise da tabela de correspondências construíram-se quadros com todas as relações entre as variáveis analisadas e a variável PROF a partir da tabela de Burt original. Os quadros - que podem ser consultados individualmente na secção de Anexos deste trabalho (Anexos V-XXIII) – organizam-se da seguinte forma: na primeira coluna está a designação da variável PROF; a segunda coluna designa os vários PROF; a terceira coluna apresenta a proporção de ZIF em cada PROF relacionada com a totalidade de ZIF (a soma da coluna é igual a 100%); nas primeiras colunas seguintes, que se localizam sob a designação da variável que está nesse quadro a ser cruzada com a variável PROF, encontram-se as percentagens relativas do total das combinações entre as duas variáveis; o conjunto de colunas seguintes, novamente sob a variável cruzada com a variável PROF, apresenta as percentagens relativas do total das combinações em cada coluna (a soma de cada coluna é igual a 100%); as colunas que se seguem representam a percentagem relativa do total de combinações de cada linha (a soma de cada linha é igual a 100%), por fim, a última linha de cada quadro representa a nos dois primeiros casos a soma das percentagens relativas de ZIF em cada coluna e no último caso a percentagem relativa de cada coluna em relação ao total de ZIF, ou seja, a proporção de ZIF em cada coluna.

As variáveis escolhidas para os vários cruzamentos feitos neste trabalho foram as que tiveram resultados mais significativos na primeira análise, ou seja, aquelas em que se verificaram mais diferenças entre as várias ZIF e que sugeriram algum tipo de agrupamento entre as mesmas, e as variáveis relevantes para caracterizar a dinâmica florestal dos concelhos. Além das variáveis analisadas anteriormente foi ainda construída uma nova variável denominada “Especificidade da Entidade Gestora” que analisa o grau de especificidade da EG em relação às ZIF e aos PROF.

Neste sentido apresenta-se de seguida a análise do cruzamento entre a variável PROF e as variáveis escolhidas (conforme os quadros em anexo):

#### **4.8.1. Classe de área**

A análise anterior da área das ZIF conclui que a classe de área mais representativa é a classe que compreende as ZIF com uma área entre os 1.000 e os 4.000 ha, com 65% das ZIF.

No caso dos PROF a classe 1 está representada apenas na Área Metropolitana de Lisboa, a classe 2 está globalmente mais representada na Beira Interior Norte (12% do total de ZIF), a classe 3 está muito representada no Pinhal Interior Norte (24% do total de ZIF) e o Ribatejo domina claramente a classe das grandes ZIF (60% do total das ZIF da classe 4 e 12% do total de ZIF).

A maior parte dos PROF (Algarve, Alto Minho, Área Metropolitana do Porto, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Douro, Nordeste Transmontano, Oeste, Pinhal Interior Sul e Tâmega) tem as suas ZIF localizadas na classe 2 (1.000-4.000 ha). Na classe seguinte apenas 4 PROF tem aí localizadas a maioria das suas ZIF: Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Barroso e Padrela e o Pinhal Interior Norte. Finalmente apenas um PROF, o do Ribatejo, tem a maioria das suas ZIF (53%) na classe 4. A Beira Interior Sul também se destaca nesta última classe por ter 40% das suas ZIF na classe 4. Os PROF da Área Metropolitana de Lisboa e do Centro Litoral dividem as suas ZIF, o primeiro, entre as classes 1 e 2 e o segundo entre as classes 2 e 3.

#### **4.8.2 Cadastro**

Quando se analisou a situação do cadastro nas ZIF tinha sido visto que a maioria das ZIF (62%) está presente em zonas sem cadastro geométrico da propriedade rústica (CPGR), mas que a maior área (63%) está em zonas com CPGR.

Na análise dos PROF conclui-se que como seria de esperar a situação desta variável está fortemente dependente da zona geográfica. O Sul do país, representado pelos PROF do Alto Alentejo, Algarve, Alentejo Litoral, Área Metropolitana de Lisboa e Ribatejo a que se juntam os PROF do Oeste e Pinhal Interior Sul, têm a maioria ou a totalidade das suas ZIF em locais com CPGR. Os restantes PROF têm a maioria das suas ZIF em zonas sem CPGR, apenas se destaca o Nordeste Transmontano com 40% das suas ZIF em concelhos com CPGR.

### **4.8.3. Freguesia prioritária PROF**

A maior parte das ZIF incluem-se em zonas com pelo menos uma freguesia indicada como prioritária nos PROF. Apenas os PROF do Alto Minho, Dão-Lafões e Nordeste Transmontano tem a maioria das ZIF situadas fora das freguesias prioritárias.

### **4.8.4. Tipo de Entidade Gestora**

A esmagadora maioria das ZIF (85%) é gerida por OPF, no entanto há algumas particularidades regionais que podem ser realçadas. O caso das Empresas (que gerem 10% das ZIF) está presente de forma mais significativa no Nordeste Transmontano, com 50% das ZIF deste PROF. De seguida o PROF de Dão-Lafões é a segunda zona com um número de ZIF mais significativo gerido por empresas (20% do total de ZIF deste PROF). Os PROF do Ribatejo, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Área Metropolitana de Lisboa têm também presença de ZIF geridas por empresas mas apenas uma ZIF em cada um destes PROF. Os casos de gestão por outras entidades são muito pontuais em cada PROF, e quando existe é apenas em uma ZIF em cada PROF. O caso de maior relevo é o caso do Nordeste Transmontano, por ser o PROF onde se encontra uma maior diversidade do tipo de EG: Associação de Desenvolvimento Rural, Empresa, Federação de Agricultores e OPF.

### **4.8.5. Especificidade da Entidade Gestora**

Esta variável classifica as EG das ZIF de três formas: o caso em que estas gerem apenas uma ZIF; no caso de gerirem mais do que uma ZIF analisa-se se são ZIF de um mesmo PROF ou se são de mais um PROF. O que se verifica com esta variável é que a maior parte das EG (59%) são não específicas de uma ZIF, mas, estão presentes em apenas um PROF. Apesar disto encontram-se várias especificidades de EG em quase todos os PROF. Os PROF do Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Área Metropolitana do Porto têm a totalidade das suas ZIF geridas por uma EG específica.

Os PROF do Alto Minho, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Barroso e Padrela, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Ribatejo e Tâmega têm a maioria das suas ZIF geridas por EG não específicas mas que se localizam em apenas um PROF. Por fim os PROF da Área Metropolitana de Lisboa, do Oeste e do Pinhal Interior Sul têm a maioria das suas ZIF geridas por EG não específicas de uma ZIF e que se localizam em vários PROF.

### **4.8.6. Plano de Gestão Florestal**

A situação dos PGF já foi caracterizada anteriormente tendo-se concluído como sendo mais frequente as ZIF não terem ainda o seu PGF aprovado (69%). Na variável analisada na relação com os PROF dividiram-se os casos em que o PGF não está aprovado em duas categorias: não aprovado

mas dentro do prazo estabelecido, não aprovado e com prazo estabelecido ultrapassado. As regiões que mais cumprem o PGF são o Alto Alentejo o Alto Minho e a Área Metropolitana do Porto, com 100% das suas ZIF com PGF aprovado, no entanto estas zonas representam apenas 4% do total nacional das ZIF. O PROF do Ribatejo tem uma elevada percentagem de ZIF com PGF (59%), a Área Metropolitana de Lisboa e o Centro Litoral têm 50% de ZIF com PGF, a seguir vem a região do Douro com 43% e a Beira Interior Sul e o Nordeste Transmontano, ambas com 40% das suas ZIF com PGF. Os restantes PROF têm a maioria das suas ZIF sem PGF aprovado mas ainda dentro do prazo para apresentação do mesmo.

Destacam-se os dois PROF do Pinhal Interior por terem a maioria das suas ZIF sem PGF e fora do prazo para a constituição dos mesmos: Pinhal Interior Norte com 64% das suas ZIF nesta situação e o Pinhal Interior Sul com 75% das ZIF.

#### **4.8.7. Percentagem de área florestal do concelho**

A maior percentagem de ZIF (43%) localiza-se em concelhos moderadamente florestais, com mais de um quarto mas menos de metade da sua área ocupada com floresta. A classe anterior, com concelhos com uma área florestal inferior a um quarto da sua área, é maioritariamente ocupada pelas ZIF da Beira Interior Norte, que representam 49% das ZIF situadas nesta classe e pelas ZIF do Algarve (21%). A classe dos municípios moderadamente florestais está presente em 14 dos PROF e é dominante em 6 destes: 4 onde a totalidade das ZIF (100%) está nestas condições (Área Metropolitana do Porto, Beira Interior Sul, Barroso Padrela e Douro) e dois onde a maioria, mas não a totalidade, das ZIF está representada (Alto Minho e Tâmega). Dos 10 PROF que têm ZIF em zonas onde a área florestal é predominante 6 destes têm a maioria das ZIF nestas zonas: Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Ribatejo.

#### **4.8.8. Percentagem de área florestal com pinheiro-bravo**

O pinheiro-bravo está presente em todas as áreas onde as ZIF estão presentes, mas a sua percentagem de ocupação da área florestal dessas zonas varia bastante. É mais fácil encontrar áreas com baixa ocupação de pinheiro-bravo do que o seu contrário: 53% das ZIF situam-se em áreas com uma ocupação da área florestal por pinheiro-bravo inferior a 25%. Na classe que representa os municípios com menor cobertura de pinheiro-bravo encontram-se, com a maioria das suas ZIF, os PROF do Algarve, Barroso e Padrela, Dão-Lafões, Douro e Oeste. Na classe seguinte que inclui os concelhos com menos de um quarto mas mais de 10% da área florestal ocupada por pinheiro-bravo estão, com a maioria das suas ZIF, os PROF do Alentejo Litoral, Beira Interior Norte e Nordeste Transmontano. Nos concelhos com 25-50% da área florestal ocupada por pinheiro-bravo encontram-se a maioria das ZIF dos PROF do Alto Alentejo, Alto Minho, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul.

Finalmente apenas um PROF apresenta a maioria das suas ZIF em áreas predominantemente ocupadas por pinheiro-bravo: Área Metropolitana do Porto.

#### **4.8.9. Percentagem de área florestal com eucalipto**

Ao contrário das áreas de pinheiro-bravo a maioria das ZIF (67%) encontram-se em áreas moderadamente (25-50%) ou predominantemente (>50%) ocupadas por eucalipto. Os PROF que se encontram nas áreas com menor predominância de eucalipto são o Algarve e Alentejo Litoral, com 100% das ZIF nestas áreas, o Oeste com 60% e o Ribatejo com 88% das suas ZIF. Na classe seguinte (10-25%) estão a totalidade das ZIF do Alto Alentejo, Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa. Os PROF que situam a maior parte das suas ZIF na classe moderadamente ocupada por eucalipto (25-50%) são o Alto Minho (100%) a Beira Interior Sul (80%) e o Nordeste Transmontano (80%). As ZIF localizadas em regiões predominantemente ocupadas por eucalipto estão nos PROF da Beira Interior Norte (86%), Barroso e Padrela (50%), Dão-Lafões (93%), Douro (57%), Pinhal Interior Norte (57%) e Sul (100%) e Tâmega (57%).

#### **4.8.10. Percentagem de área florestal com sobreiro**

A ocupação com sobreiro está muito marcada geograficamente: 71% do total das ZIF estão situadas em áreas com menos de 10% de ocupação por esta espécie, os PROF com maior ocupação com esta espécie são os do Alentejo, Algarve, Oeste e Ribatejo. Do total dos 14 PROF que incluem municípios com baixa ocupação de sobreiro (<10%) 11 destes têm 100% das suas ZIF nestas áreas, e o PROF do Oeste 60%. Na classe seguinte (10 – 25%) encontram-se a totalidade das ZIF da Área Metropolitana de Lisboa e da Beira Interior Sul e um quarto das ZIF do PROF do Algarve. Nos concelhos moderadamente ocupados por sobreiro encontram-se a totalidade das ZIF do Alto Alentejo, a maioria das ZIF do Algarve (50%) e os restantes 40% das ZIF do PROF do Oeste.

Por fim a totalidade das ZIF do Alentejo Litoral encontram-se em municípios predominantemente ocupados por sobreiro e 47% (a maioria) das ZIF do Ribatejo.

#### **4.8.11. Área ardida acumulada (2000-2010)**

A maior parte das ZIF (51%) localizam-se em áreas onde o máximo de área ardida acumulada do município é de 25%. Esta maioria é muito próxima dos 50%, o que revela que há uma percentagem semelhante de municípios que têm uma grande área ardida acumulada. Os PROF que têm uma percentagem maior de ZIF localizadas em áreas com pouca área ardida (<25%) são o Algarve, Alentejo Litoral, Área Metropolitana de Lisboa, Beira Interior Sul, Centro Litoral, Nordeste Transmontano, Oeste, Pinhal Interior Norte e Ribatejo. Na classe que compreende os PROF moderadamente ardidados (50-75%) localiza-se uma percentagem significativa das ZIF do Algarve (38%), a totalidade das ZIF da Área Metropolitana do Porto, grande parte das ZIF de Dão-Lafões (47%) e Tâmega (43%) e a maioria das ZIF do Douro (86%). As ZIF localizadas em concelhos com área predominantemente ardida (50-75%) são as do Alto Alentejo, Alto Minho, Barroso Padrela e

Pinhal Interior Sul. Os PROF que incluem concelhos com grande área ardida (>75%) são os da Beira Interior Norte e Algarve com 43% e 6% das suas ZIF respectivamente.

#### **4.8.12. Área ardida acumulada em povoamentos (2000-2010)**

Se na variável anterior as ZIF se distribuem de forma quase igual entre as áreas com baixa e elevada área ardida acumulada, neste caso a percentagem de ZIF em que os incêndios queimam uma proporção elevada (>50%) de área em povoamentos florestais é superior: 59%. Dentro destas áreas os PROF que tem aí localizadas a maioria das suas ZIF são o Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Alto Minho, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Barroso Padrela, Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Ribatejo e Tâmega. Apenas as ZIF localizadas nos PROF do Algarve, Douro, Nordeste Transmontano e Oeste fogem a esta regra.

#### **4.8.13. Tipo de Rural**

As ZIF caracterizam-se por estarem situadas principalmente em dois Tipos de Rural, o rural de Baixa Densidade (40%) e o rural Indústria/Serviços (38%). O rural Agrícola está presente apenas em 13% das ZIF e o Urbano em 10%.

Dos 4 PROF que têm ZIF presentes no Tipo de Rural Agrícola apenas 2 têm a maioria das suas ZIF localizadas neste tipo de rural: Dão-Lafões e Douro. No rural de Baixa Densidade estão presentes 11 dos PROF com ZIF, de entre estes, 7 têm a maioria das suas ZIF neste tipo de rural: Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Beira Interior Sul, Barroso e Padrela, Nordeste Transmontano, Pinhal Interior Sul e Ribatejo. Dentro dos PROF anteriores apenas 1, o Ribatejo, não tem a totalidade das suas ZIF neste Tipo do Rural, mas sim 65%, os restantes têm 100% das ZIF neste tipo de rural. O rural Indústria/Serviços está em ZIF de 8 dos PROF, e, de entre estes, 3 têm a maioria das ZIF neste Tipo de Rural: Algarve, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Por fim o rural Urbano está presente nas ZIF de 6 PROF e de entre estes o Alto Minho, a Área Metropolitana do Porto, o Oeste e o Tâmega têm a maioria das suas ZIF neste tipo de rural.

Falta ainda referir os PROF da Área Metropolitana de Lisboa e do Centro Litoral que dividem as suas ZIF entre os rurais Urbano e Indústria/Serviços.

#### **4.8.14. Variação da População (1991-2001) e (2001-2011)**

A variação da população nas zonas onde se situam a maior parte das ZIF é significativamente negativa tanto na década de 1991-2001 (68% das ZIF em território com variação negativa) como na década seguinte (2001-2011), onde a percentagem total de ZIF em territórios com variação negativa da população aumenta para 73%. Verifica-se também que na primeira década 4 PROF têm a totalidade das ZIF exclusivamente em locais onde se perde população: Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul. Na segunda década este número aumenta para 8, juntando-se aos PROF anteriores os PROF da Beira Interior Norte, Barroso e Padrela, Centro Litoral e Dão-Lafões. Os PROF que na primeira década têm ZIF em regiões em que se significativamente se



registou aumento da população foram o Algarve, Alto Minho, Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, Beira Interior Sul, Centro Litoral, Oeste, Ribatejo e Tâmega. Na segunda década o número de PROF em que se regista aumento da população nas áreas em que estão localizadas as ZIF diminui, como se viu pelo número de PROF que aumentaram no conjunto dos que perderam população.

#### **4.8.15. Proporção de Activos Florestais no sector primário**

As ZIF estão maioritariamente (68%) localizadas em áreas com uma baixa percentagem de activos florestais no sector primário, mas será importante analisar as regiões com maior dinâmica deste sector para perceber se a dinâmica florestal da área envolvente pode ou não privilegiar a constituição e progressão das ZIF nessas regiões. Os PROF que têm a totalidade das suas ZIF localizadas em áreas com poucos activos florestais (<10%) são o Alentejo Litoral, Alto Minho, Área Metropolitana de Lisboa, Área Metropolitana do Porto, Beira Interior Norte, Barroso Padrela, Dão-Lafões, Douro, Nordeste Transmontano, Oeste e Tâmega. Na classe seguinte encontram-se com resultados significativos as ZIF do Pinhal Interior Sul e Ribatejo e a totalidade das ZIF da Beira Interior Sul. Além dos PROF anteriores também o Algarve e a região do Tâmega marcam presença nesta classe.

As ZIF que se localizam em PROF com uma percentagem de activos florestais superiores a 25% e com resultados significativos são o Alto Alentejo, Centro Litoral, Pinhal Interior Norte e Ribatejo. O Algarve e o Pinhal Interior Sul também têm algumas das suas ZIF localizadas em áreas com estas características.

#### **4.8.16. Proporção de explorações com actividades não agrícolas no ramo florestal**

Esta variável é escolhida para caracterizar a dinâmica florestal nos concelhos onde estão presentes as ZIF, neste caso o sector das actividades não agrícolas que se relacionam com a floresta no total de explorações agrícolas. Verifica-se que a quase totalidade das ZIF se localizam em áreas onde a presença deste tipo de explorações é muito baixa, 83% da totalidade das ZIF localizam-se onde esta proporção é inferior a 10%. As excepções que se encontram estão localizadas no Algarve e Pinhal Interior Norte com 38% e 21% das suas ZIF respectivas localizadas em zonas com alguma dinâmica destas explorações (10-25%).

Os outros dois casos estão na da Beira Interior Norte e no Centro Litoral, o primeiro com 5% das suas ZIF em áreas com 10-25% destas explorações e 48% das suas ZIF em áreas onde o peso das explorações com estas características é de 25-50%; o segundo com 13% das suas ZIF em áreas da classe 25-50% e 20% das ZIF na classe ">50%".

#### **4.8.17. Proporção do número de explorações agrícolas com área superior a 20ha**

A maior parte das ZIF (78%) encontra-se em áreas onde o número de explorações com área superior a 20ha é inferior a 10%. Esta segunda análise desta variável ao nível do PROF permite perceber as especificidades regionais das diferenças que existem. Como seria de esperar os PROF da região Sul do país enquadram a maior parte das excepções: o Alto Alentejo tem todas as suas ZIF localizadas em áreas da classe 25-50%, o Alentejo Litoral tem todas as suas ZIF localizadas na classe 10-25%, o Algarve tem 31% das suas ZIF na classe 10-25% e o Ribatejo divide as suas ZIF por todas as classes, com 6% destas áreas na classe “>50%”.

Os três casos que restam, dos PROF que não têm a totalidade das suas ZIF na primeira classe (0-10%), são os casos da Beira Interior Norte, com 14% das suas ZIF na classe (10-25%), a Beira Interior Sul com 80% das suas ZIF localizadas em municípios da classe 10-25% e o PROF Barroso e Padrela com 100% das suas ZIF na classe 10-25%.

#### **4.8.18. Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha**

Se na variável anterior a maioria das ZIF se localizavam em áreas com pequenas explorações agrícolas, no caso desta variável verifica-se que o peso em área das explorações com 20ha é diferente do peso em número destas explorações, apesar de se manter a clivagem geográfica anterior. Do total de ZIF 27% estão localizadas em áreas onde o peso em área destas grandes explorações é superior a 50% da área das explorações agrícolas do concelho. Estas ZIF estão localizadas de forma mais significativa no Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Alto Minho, Beira Interior Sul, e Ribatejo. O Algarve inclui 13% das suas ZIF nesta classe também, mas não é tão significativo como os PROF anteriores. Os PROF em que o peso em área das grandes explorações é menor (<25%) são os do Pinhal Interior, Beira Interior Norte, Tâmega, Dão-Lafões e Área Metropolitana do Porto.

Na classe que enquadra concelhos com valores desta variável entre os 25-50% e que engloba a maior parte das ZIF (33%) estão mais significativamente localizados os PROF do Algarve, Barroso e Padrela, Douro, Nordeste Transmontano e Oeste.

### **4.9. Uma leitura de cada PROF**

Depois da leitura anterior onde se localizam os PROF dentro das maiores tendências em cada variável apresenta-se de seguida uma leitura das variáveis anteriores em cada PROF de forma a perceber a caracterização das áreas onde se situam as ZIF em cada região.

Esta leitura é feita a partir do quadro presente no Anexo XXIV. O esquema de apresentação dos dados é feito através de três critérios: 1) em cada variável seleccionou-se a(s) categoria(s) em que está presente a maior percentagem de ZIF em cada PROF; 2) no caso de a diferença entre duas

categorias ser muito semelhante (<20%) estão presentes as duas categorias; 3) se houver contrastes muito grandes entre as várias ZIF apresentam-se as várias categorias. De acordo com estes critérios surgem as seguintes leituras de cada PROF:

**Nordeste Transmontano:** as ZIF do Nordeste Transmontano têm uma pequena dimensão, entre os 1.000 e 4.000ha, a tendência maioritária é para não se localizarem em zonas com CGPR, mas há uma parte significativa de ZIF que se localizam em zonas com cadastro. O mesmo acontece com a localização em freguesias prioritárias, a tendência maioritária é não se localizarem nestas freguesias mas há uma parte significativa que se localizam. Situam-se no Tipo de Rural de Baixa Densidade, são geridas por empresas que não são específicas nem da ZIF nem do PROF. Quanto ao PGF a tendência maioritária é não terem PGF aprovado mas dentro do prazo para a sua constituição ou minoritariamente aprovado. Situam-se em concelhos onde a área florestal varia entre os 10-50% da área do concelho. O eucalipto é a espécie mais representada (25-50%) seguida pelo pinheiro-bravo e residualmente pelo sobreiro. A área ardida acumulada é inferior a 25% e só uma percentagem de 10-25% se situa em povoamentos florestais. As grandes explorações agrícolas têm um peso residual no número total de explorações e um peso em área inferior a 50% mas superior a 25%. O peso do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é negativa e tornou-se mais negativa na segunda década estudada.

**Barroso e Padrela:** as ZIF deste PROF têm uma área entre os 4.000-10.000ha estão localizadas em zonas sem CGPR, em freguesias prioritárias e no rural de Baixa Densidade. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF, não têm PGF aprovado mas está dentro do prazo para a sua constituição. Situam-se em municípios moderadamente florestais onde tanto o pinheiro-bravo como o sobreiro têm áreas residuais mas o eucalipto cobre mais de 50% da área florestal. A área ardida acumulada é substancial (50-75%) e mais de metade mas menos de 75% incide sobre os povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas onde a grande exploração agrícola significa 10-25% do total de explorações e onde o seu peso em área é de 25-50% do total de explorações. A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população nestes municípios é extremamente negativa.

**Tâmega:** as ZIF deste PROF têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha não se localizam em zonas com CGPR, maioritariamente incluem freguesias prioritárias mas as que não incluem estas freguesias são também significativas. Estão em municípios do rural Urbano. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF, não têm PGF aprovado mas está dentro do prazo para a sua constituição. Situam-se em municípios moderadamente florestais onde o eucalipto representa sempre mais de 50% da área florestal, o pinheiro-bravo mais de 10% e o sobreiro é residual. A área ardida acumulada varia entre os 10-50% e a proporção desta área que se encontra em povoamentos florestais encontra-se entre os 25-75%. As ZIF estão presentes em áreas

de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do número total de explorações e onde o seu peso em área total é igualmente baixo (<10%). A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população foi sempre positiva na primeira década mas tornou-se negativa em algumas zonas durante o segundo período.

**Alto Minho:** as ZIF do Alto Minho têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha não se localizam em zonas com CGPR, não incluem freguesias prioritárias e estão em municípios do rural Urbano. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF e têm PGF aprovado. Situam-se em municípios moderadamente florestais onde as áreas do pinheiro-bravo e eucalipto se aproximam ambas dos 25-50%, e onde o sobreiro é residual. A área ardida acumulada é substancial (50-75%) e mais de metade mas menos de 75% incide sobre os povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do total de explorações e onde o seu peso em área é superior a metade de todas as explorações agrícolas. A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é bastante próxima do zero, foi positiva na primeira década mas tornou-se negativa na segunda.

**Douro:** as ZIF deste PROF têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha não se localizam em zonas com CGPR, maioritariamente não incluem freguesias prioritárias mas as que incluem estas freguesias são também significativas. Estão em municípios do rural Agrícola e de Baixa Densidade. São geridas por OPF específicas de cada ZIF. Quanto ao PGF a tendência maioritária é não terem PGF aprovado mas dentro do prazo para a sua constituição ou minoritariamente aprovado. Situam-se em municípios moderadamente florestais e onde tanto o pinheiro-bravo como o sobreiro têm valores residuais, destacando-se o eucalipto com mais de 50% da área florestal ocupada. A área ardida acumulada está dentro dos 25-50% e só uma percentagem de 10-25% se situa em povoamentos florestais. As grandes explorações agrícolas têm um peso residual no total de explorações e um peso em área inferior a 50% mas superior a 25%. A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é extremamente negativa na primeira década mas melhora na segunda década, tornando-se menos negativa.

**Área Metropolitana do Porto:** as ZIF deste PROF têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha não se localizam em zonas com CGPR, incluem freguesias prioritárias e estão em municípios do rural Urbano. São geridas por OPF específicas de cada ZIF e têm PGF aprovado. Situam-se em municípios moderadamente florestais e com grande presença do pinheiro-bravo, com o eucalipto a situar-se entre os 10-25% e o sobreiro com presença residual. A área ardida acumulada está dentro dos 25-50% e é quase na sua totalidade situada em povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de

10% do número total de explorações e onde o seu peso em área total é igualmente baixo (<10%). A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é positiva nas duas décadas mas passou de superior a inferior a 10% da primeira para a segunda década em estudo.

**Beira Interior Norte:** as ZIF deste PROF têm pequena dimensão (entre os 1.000 e 4.000ha) não se localizam em zonas com CGPR, a maioria inclui freguesias prioritárias mas são significativos os casos em que não incluem, estão em municípios do rural Indústria/Serviços. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF. Quanto ao PGF a tendência maioritária é não terem PGF aprovado mas dentro do prazo para a sua constituição ou minoritariamente aprovado. Situam-se em municípios moderadamente florestais onde domina o eucalipto, logo a seguir o pinheiro-bravo, com menos de 25% da área florestal e o sobreiro com uma presença residual. A área ardida acumulada é superior a 50% e a proporção desta área que se encontra em povoamentos florestais varia desde os 25-75%. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do número total de explorações e o seu peso em área varia entre os 10-75%. A dinâmica do emprego florestal é baixa mas a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector varia entre valores muito baixos até aos 50%. A variação da população é sempre negativa e agravou-se da primeira para a segunda década.

**Beira Interior Sul:** as ZIF deste PROF têm uma área superior a 1.000ha estão localizadas em zonas com CGPR, em freguesias prioritárias e no rural de Baixa Densidade. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF. Quanto ao PGF a tendência maioritária é não terem PGF aprovado mas dentro do prazo para a sua constituição ou minoritariamente aprovado. Situam-se em municípios moderadamente florestais onde as áreas do pinheiro-bravo e eucalipto se aproximam ambas dos 25-50%, e onde o sobreiro ocupa de 10-25% dos espaços florestais. A área ardida acumulada das áreas onde se incluem as ZIF é de 10-25% e esta incide maioritariamente sobre povoamentos florestais (>75%). As ZIF estão presentes em áreas onde a grande exploração agrícola significa 10-25% do total de explorações e onde o seu peso em área é quase dominante (50-75%). A dinâmica do emprego florestal é de 10-25% mas a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector é muito baixa. A variação da população mantém-se entre positiva nas duas décadas, mas sempre inferior a 10%.

**Dão-Lafões:** as ZIF deste PROF têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha não se localizam em zonas com CGPR, incluem maioritariamente freguesias prioritárias mas as que não incluem estas freguesias são também significativas. Estão em municípios do rural Agrícola. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF. Quanto ao PGF a tendência maioritária é não terem PGF aprovado mas dentro do prazo para a sua constituição. Há ainda um grupo significativo de ZIF que tem este plano fora do prazo para a sua constituição. Situam-se em municípios onde a floresta ocupa sempre mais de um quarto da sua área e onde tanto

o pinheiro-bravo como o sobreiro têm valores residuais, destacando-se o eucalipto com mais de 50% da área florestal ocupada. A área ardida acumulada está entre os 25-50% da área do concelho e mais de metade desta área se situa em povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do número total de explorações e onde o seu peso em área total é igualmente baixo (<10%). A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é negativa e tornou-se mais negativa na segunda década estudada.

**Pinhal Interior Norte:** as ZIF deste PROF têm uma área entre os 1.000-10.000 ha estão localizadas em zonas sem CGPR, contêm freguesias prioritárias e estão no Tipo de Rural Indústria/Serviços. São geridas por OPF não específicas de cada ZIF e com áreas noutro PROF. Não têm PGF aprovado e o prazo para a sua constituição está ultrapassado. Situam-se em municípios maioritariamente florestais onde o eucalipto ocupa uma área de floresta sempre superior a 25%, o pinheiro-bravo concentra-se entre os 25-50% da floresta e o sobreiro ocupa uma área residual. A área ardida acumulada das áreas onde se incluem as ZIF é de 10-25% e mais de metade desta área incide sobre povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do número total de explorações e onde o seu peso é inferior a 25%. O peso do emprego florestal é muito variado e pode ser próxima de zero como superior a 25%. A dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector é no entanto sempre inferior a 10%. A variação da população é negativa, mas sempre com zonas próximas da variação nula, e agrava-se na segunda década.

**Pinhal Interior Sul:** as ZIF deste PROF têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha, localizam-se em zonas com CPGR, incluem freguesias prioritárias e estão em municípios do rural Baixa Densidade. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF. Não têm PGF aprovado e o prazo para a sua constituição está ultrapassado. A área ardida acumulada é substancial (50-75%) e incide na sua maioria sobre os povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do número total de explorações e onde o seu peso em área total é igualmente baixo (<10%). A dinâmica do emprego florestal é baixa assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é sempre negativa e agravou-se da primeira para a segunda década.

**Centro Litoral:** as ZIF deste PROF têm uma área entre os 1.000-10.000 ha estão localizadas em zonas sem CPGR, de forma igual em freguesias prioritárias e não prioritárias e nos rurais Urbano e Indústria/Serviços. São geridas por uma Cooperativa ou uma OPF, específica da ZIF ou se não é específica tem mais ZIF noutro PROF. Tem PGF aprovado e se não tem este ainda está dentro do prazo para a sua constituição. Situam-se em municípios maioritariamente florestais onde as áreas do pinheiro-bravo e eucalipto se aproximam com áreas superiores a um quarto da área florestal, e onde o sobreiro tem uma presença residual. A área ardida acumulada é inferior a 25% e incide na sua

maioria sobre povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do total de explorações e onde o seu peso em área varia entre zonas onde é inferior a 10% e onde significa 25-50%. A dinâmica do emprego florestal é diferente nas duas zonas do PROF onde existem ZIF, numa zona é inferior a 10% e noutra é superior a 25%. A dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector é no entanto sempre inferior a 10%. A variação da população foi positiva na primeira década mas passou a negativa na segunda.

**Oeste:** as ZIF deste PROF têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha localizam-se em zonas com CPGR, incluem freguesias prioritárias e estão em municípios do rural Urbano. São geridas por OPF não específicas de cada ZIF e com áreas noutro PROF. Não têm o PGF aprovado mas este está ainda dentro do seu prazo de constituição. Situam-se em concelhos onde a área florestal varia entre os 10-50% da área do concelho. A ocupação desta área pelo pinheiro-bravo divide-se por zonas onde a percentagem desta espécie é residual e outras em que a sua percentagem é superior a 25% da área florestal. No caso do eucalipto volta a haver contraste na sua distribuição, existem zonas em que esta espécie é residual e outras onde ocupa mais de 50% da área florestal. No caso do sobreiro também existem zonas em que a sua presença é residual e outras em que varia entre os 25-50% da área florestal. A área ardida acumulada é muito baixa (<10%) e dentro desta área a que incide sobre povoamentos florestais varia entre os 10-75%. As grandes explorações agrícolas têm um peso residual no número total de explorações e um peso em área inferior a 50% mas superior a 25%. A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é sempre positiva e aumenta na segunda década.

**Área Metropolitana de Lisboa:** as ZIF deste PROF são sempre inferiores a 10.000ha estão localizadas em zonas com CPGR, em freguesias prioritárias e nos rurais Urbano e Indústria/Serviços. São geridas por uma Empresa ou OPF, não específicas de cada ZIF e com outras ZIF em outros PROF. Têm PGF aprovado e se não têm está ainda dentro do prazo para a sua constituição. Situam-se em municípios com menos de um quarto de área florestal onde a percentagem de eucalipto é sempre superior a 10% e onde tanto o eucalipto como o sobreiro ocupam 10-25% das áreas florestais dos municípios. A área ardida acumulada é inferior a 25%, e, dentro desta área, a que se inclui em povoamentos florestais, divide-se entre zonas em que o valor é inferior a 10% e dentro de valores da classe 50-75%. As ZIF estão presentes em áreas de pequena exploração agrícola, onde a grande exploração significa menos de 10% do total de explorações e o seu peso em área varia entre os 25-50% ou superior a 75%. A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é sempre positiva e sempre superior a 10%.

**Ribatejo:** as ZIF deste PROF são sempre superiores a 1.000ha e podem ser superiores a 10.000ha, estão localizadas em zonas com CGPR, em freguesias prioritárias para a constituição das

ZIF e situam-se no rural de Baixa Densidade e de Indústria/Serviços. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF e têm PGF aprovado. Situam-se em municípios maioritariamente florestais onde as áreas de pinheiro-bravo e sobreiro são sempre superiores a 25% da área de floresta e o eucalipto é residual. A área ardida acumulada é inferior a 25% e incide na sua maioria sobre povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas onde a grande exploração agrícola significa 0-50% do número total de explorações e onde o seu peso em área é superior a 50%. O peso do emprego florestal é muito variado e pode ser próxima de zero como superior a 25%. O peso de explorações agrícolas com actividades lucrativas ligadas ao sector florestal é no entanto sempre inferior a 10%. A variação da população é sempre negativa, mas próxima de zero, e mantém-se o mesmo valor nas duas décadas.

**Alto Alentejo:** as ZIF do Alto Alentejo têm uma área entre os 4.000-10.000 ha estão localizadas em zonas com CPGR, em freguesias prioritárias e no rural de Baixa Densidade. São geridas por OPF específicas de cada ZIF e têm PGF aprovado. Situam-se em municípios maioritariamente florestais onde as áreas do pinheiro-bravo e sobreiro se aproximam, e onde o eucalipto tem uma presença inferior a um quarto da área florestal. A área ardida acumulada é substancial (50-75%) e a quase totalidade incide sobre os povoamentos florestais. As ZIF estão presentes em áreas onde a grande exploração agrícola significa 25-50% do total de explorações e onde o seu peso em área é dominante (>75%). A dinâmica de explorações agrícolas com actividades florestais é baixa mas a proporção de activos florestais nos activos agrícolas é superior a 25%. A variação da população nestes municípios é extremamente negativa.

**Alentejo Litoral:** as ZIF do Alentejo Litoral têm uma área entre os 4.000-10.000 ha estão localizadas em zonas com CPGR, em freguesias prioritárias e no rural de Baixa Densidade. São geridas por OPF específicas de cada ZIF e não têm PGF aprovado embora se mantenha no prazo para a sua aprovação. Situam-se em municípios maioritariamente florestais onde a área do sobreiro é a mais importante, cobrindo mais de 50% da área florestal dos concelhos. O pinheiro-bravo é a espécie seguinte com 10-25% da área florestal e o eucalipto tem uma presença inferior a 10%. A área ardida acumulada é muito baixa (<10%) mas a quase totalidade incide sobre os povoamentos florestais (>75%). As ZIF estão presentes em áreas onde a grande exploração agrícola significa 10-25% do total de explorações e onde o seu peso em área é dominante (>75%). A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população é negativa mas não tão negativa como o outro PROF do Alentejo.

**Algarve:** as ZIF do Algarve têm uma dimensão entre os 1.000 e 4.000ha localizam-se em zonas com CPGR, incluem freguesias prioritárias e estão em municípios do rural Indústria/Serviços. São geridas por OPF não específicas de uma ZIF mas que se situam apenas neste PROF. Quanto ao PGF a tendência maioritária é não terem PGF aprovado e fora do prazo e minoritariamente aprovado. Situam-se em concelhos onde a área florestal varia entre os 10-50% da área do concelho, onde o



pinheiro-bravo e eucalipto são muito minoritários e o sobreiro cobre entre 25-50% da área florestal. A área ardida acumulada é variável podendo ir de 0-50% do município e os povoamentos florestais não são a área mais afectada. As grandes explorações agrícolas têm um peso residual no número total de explorações e um peso em área inferior a 50% mas superior a 25%. A dinâmica do emprego florestal é baixo assim como a dinâmica de explorações agrícolas com actividades ligadas a este sector. A variação da população nestes municípios é extremamente positiva na primeira década mas diminui na segunda, apesar de manter resultados positivos acima da média das outras áreas estudadas.

## 5. Conclusões

É reconhecido neste trabalho que o factor mais limitante para a sua progressão é o facto de não haverem estudos suficientes sobre a estrutura da propriedade da floresta portuguesa e dos seus proprietários que sustentem depois uma análise sobre a possibilidade de adopção dos vários tipos de cooperação.

Portugal é actualmente o país com a maior dinâmica de uso do solo da Europa. Para isto contribui a criação de floresta e sua gestão, acelerada substituição das actividades agrícolas por floresta, crescimento dos incultos e incêndios. O crescimento da floresta entre os últimos dois inventários florestais nacionais é explicado através das motivações económicas dos proprietários e produtores florestais: as áreas ocupadas com espécies de elevada rentabilidade e prazos de retorno curtos aumentam (eucalipto +10%; pinheiro-manso +68%); as espécies que cumprem o contrário destes critérios diminuem a sua área (pinheiro-bravo -9%; azinheira). Já o sobreiro, que apresenta rentabilidade elevada mas prazos de retorno e investimento superiores, regista uma estabilização da sua área.

Por detrás desta dinâmica escondem-se a estrutura da propriedade e os proprietários florestais, que dividem entre si os cerca de 39% da área do território de Portugal Continental que representam a área florestal. Através de vários indicadores e revisão bibliográfica analisaram-se estas duas características estruturais da floresta portuguesa e concluiu-se que as explorações onde a floresta está presente são, na sua maioria, pelo menos em número, de pequena dimensão, mas, existe uma forte assimetria da fragmentação da propriedade entre as regiões do Norte e Centro do país relativamente à região Sul: o Norte e Centro representam as áreas mais fragmentadas em contraste com a menor fragmentação no Sul do território. Quanto a quem detém a floresta observam-se duas características: o peso enorme dos proprietários florestais privados e o peso mínimo do Estado.

Procurou-se ainda comparar esta situação com o que se passa no resto da Europa e verifica-se que o panorama de fragmentação da propriedade e grande peso dos proprietários florestais privados tem vários exemplos semelhantes ao nacional no continente europeu. Este facto permite descontaminar o debate da especificidade da situação portuguesa e permite reconhecer e adoptar medidas que estão a ser utilizadas em outros países para lidar com as mesmas situações.

A estrutura e composição da floresta que existe hoje em Portugal são resultado de cerca de dois séculos de políticas florestais que se iniciam com a constituição, em 1824, da Administração Geral das Matas e da Coroa. O primeiro grande crescimento da área florestal registou-se no período 1875-1938 quando a área florestal cresceu cerca de 1.800.000ha. Este crescimento foi feito à custa dos proprietários florestais privados que respondiam ao estímulo dos mercados. Nas décadas seguintes, onde se dá o segundo grande crescimento da floresta, foram aplicados vários pacotes de medidas dos quais se destacam o Regime Florestal, o Plano de Povoamento Florestal, os vários Planos de Fomento e o Fundo de Fomento Florestal que foram sendo desenhados de forma a intervir na propriedade privada nomeadamente na grande propriedade no Sul, nas áreas comunitárias do

Norte-Centro e nas dunas do Litoral. Os pequenos proprietários, que também arborizaram as suas propriedades, foram esquecidos nestas políticas, restando para eles apenas as plantas e sementes que eram subsidiadas de forma gratuita, guiados pelos exemplos que viam ser feitos e respondendo às demandas do mercado, mas sempre em posição de inferioridade, uma vez que sozinhos tinham muito pouca capacidade para negociar a sua posição no mercado.

Depois de 1974 com a devolução das áreas comunitárias às comunidades, o Projecto Florestal Português/Banco Mundial e posteriormente com a entrada na União Europeia (1986) e os Quadros Comunitários de Apoio os proprietários florestais e as comunidades passam a ser os actores das políticas públicas, requerendo para o seu financiamento o esforço de candidatura aos vários fundos que foram disponibilizados.

Estas modificações institucionais e funcionais das políticas seguidas até então levaram à necessidade da criação de estruturas capazes de ir ao encontro dos proprietários florestais privados. É assim que nascem novos actores na floresta portuguesa: os gestores de áreas comunitárias, as organizações de proprietários florestais (OPF), associações e cooperativas florestais, assembleias de compartes nos baldios e associações de caça e pesca, as autarquias e as organizações não governamentais, principalmente as de carácter ambiental. De entre estes actores destacam-se as OPF que hoje se distribuem por todo o país através de 168 organizações.

Dos vários proprietários entre os quais se divide a floresta são os proprietários florestais não industriais e as comunidades, detentoras dos baldios, quem está no centro dos objectivos das OPF e das últimas políticas florestais como as enquadradas pelas ZIF.

Os proprietários florestais não industriais ocupam mais de 2 milhões dos cerca de 3,5 milhões de hectares da floresta de Portugal Continental e são hoje constituídos maioritariamente por uma população envelhecida, com pouca instrução, e, mais de metade declara-se reformada. Resta ainda saber, mas neste campo não há estudos que o comprovem, se à semelhança do concelho de Mação, uma grande parte vive também a mais de 100km das suas propriedades. Dentro deste quadro há uma grande diversidade de lógicas de gestão que relacionam entre outras características a dimensão da propriedade e a Região Agrária.

O segundo caso, a propriedade comunitária, gerida em muitos casos pelas comunidades, necessita de um inquérito que quantifique a sua área exacta e estado actual. Os estudos que se debruçam sobre este tipo de propriedade revelam que na grande maioria dos baldios, a economia e a gestão afastam-se hoje do modelo de propriedade comunitária tradicional, dando lugar também a várias lógicas de gestão.

Conclui-se neste trabalho que as mesmas características da floresta portuguesa estão presentes em outras situações na Europa. O mesmo se pode considerar se a escala de análise for aumentada para o conjunto de países que se situam na faixa temperada do globo. Na revisão bibliográfica feita neste trabalho considerou-se esta escala assim como tinha sido considerada por Kittredge (2005). Encontraram-se nesta revisão múltiplos impactos do tipo de gestão florestal individualizado: destruição das economias de escala, diminuição da competitividade das pequenas propriedades, limitação das opções de gestão, “urbanização” dos proprietários e efeitos ecológicos

negativos. Para ultrapassar estas limitações têm sido propostos e experimentados vários tipos de cooperação que conseguem algum tipo de coordenação do planeamento e gestão das actividades entre proprietários.

De entre a literatura que descreve modelos e experiências de gestão numa escala superior à propriedade individual adopta-se neste trabalho a classificação de Kittredge (2005) que agrupa a cooperação entre proprietários em quatro tipos, de acordo com o objecto de interacção entre estes: informação, equipamento, financeira, gestão. Além destes tipos de cooperação juntam-se a gestão ao nível do ecossistema e o sistema de gestão coordenado entre propriedades. São estes os tipos de cooperação entre proprietários mais frequentes em toda a faixa temperada da floresta mundial.

A adopção de algum dos tipos anteriores de cooperação entre proprietários traz vantagens económicas, ecológicas e sociais que dependem das circunstâncias locais e do grau de cooperação adoptado, não podendo todos estes benefícios ocorrer ao mesmo tempo. De entre as vantagens mais referidas encontram-se: a criação de economias de escala, optimização da utilização dos recursos, protecção contra riscos, facilitação de acesso a fundos, possibilidade de adoptar formas de planeamento tendo em vista os habitats das espécies, as paisagens, capacidade de obtenção de representação política, melhoria da partilha de informação, coesão da comunidade e o acesso a um maior leque de opções recreativas.

No entanto, a adopção de formas de gestão cooperativas traz consigo algumas dificuldades e constrangimentos. Alguns são intrínsecos aos proprietários, outros resultam da interacção entre estes, e existem alguns que se dirigem à organização que gere as várias propriedades. Um dos constrangimentos mais difíceis de ultrapassar e que terá decerto dificuldades também em ser ultrapassado na realidade portuguesa tem a ver com a preocupação por parte dos proprietários em relação à perda de direitos da sua propriedade, assim como o desinteresse generalizado por parte de alguns proprietários em investir nas suas propriedades, nomeadamente os que encaram a sua propriedade como uma reserva ou património.

Para perceber as formas que têm sido utilizadas para resolver estes conflitos que surgem nos modelos cooperativos de gestão foram também consultadas diversas fontes que se debruçam sobre este tema. Todas as fontes consultadas reforçam a ideia de que para ultrapassar os conflitos é necessário investir na capacidade de comunicação e informação. Este investimento é considerado como o factor mais determinante no sucesso destas organizações. Existe ainda um outro factor que pode ser chave na resolução da relutância à participação dos proprietários em modelos deste tipo, que é a necessidade de ver um exemplo a funcionar. Haverá algum exemplo em Portugal?

As Zonas de Intervenção Florestal que surgiram em 2005 podem ser esse exemplo, e, consideram-se neste trabalho como um importante veículo e elemento catalisador para agregar os proprietários florestais privados não industriais. Depois da reforma da lei das ZIF em 2009, que permite a inclusão de áreas comunitárias nestas zonas, alarga-se a capacidade de intervenção destas zonas a todas as áreas florestais, incluindo neste caso as áreas do Estado.

Foi visto que o processo de constituição das ZIF é um processo prolongado por etapas, sempre acompanhadas pela AFN, que se esforçam por desbravar a opacidade dos espaços

florestais, na busca dos seus proprietários, das delimitações dos terrenos e na procura de consensos. O espaço temporal em que se faz este processo não é muito prolongado no tempo, a soma dos períodos máximos entre a “Consulta Prévia” e a “Audiência Final” é de 50 dias, quando em 2005 era de 75, e, exige a subscrição de apenas 10 proprietários que sejam detentores de pelo menos metade dos espaços florestais. Um espaço temporal tão curto para a organização de um inventário de propriedade em zonas de minifúndio, no caso de não existir cadastro geométrico, e, com um quadro em que muitos proprietários estarão ausentes, exige que esta tarefa seja feita por uma estrutura que tenha meios para isso e que tenha já contactos prévios com os proprietários da região. Por outro lado o facto de apenas serem necessários 10 proprietários, detentores de pelo menos metade dos espaços florestais, facilita a criação de ZIF em zonas de grande propriedade e dentro das zonas de pequena propriedade pode ser um factor de imposição de uma estrutura organizativa, o que pode depois ser um factor de conflito e constrangimento à participação dos restantes proprietários florestais privados.

Dentro deste quadro as ZIF estruturam a actividade e o caminho percorrido por muitas OPF que têm agora um enquadramento legal mais favorável à constituição de manchas florestais possíveis de gerir com o consentimento de um grupo alargado de proprietários florestais. De acordo com Kittredge (2005) um dos elementos chave para o sucesso da cooperação entre proprietários florestais privados é a existência de um “catalisador” e de um “veículo” para a organização dos proprietários. A organização dos proprietários privados tem agora um outro “veículo” além das OPF, as ZIF. No entanto, o efeito “catalisador” que poderia vir dos fundos florestais está muito aquém do desejado, como é referido no documento síntese do 1º Encontro Nacional de Entidades Gestoras de ZIF (AFLOMAÇÃO, 2010). Resta apenas o efeito de “ameaça” também referido pelo mesmo autor, o qual na situação portuguesa se podem considerar o risco de incêndio ou as pragas florestais como o nemátodo. No entanto, como também refere Kittredge (2005) este efeito de ameaça não funciona, só por si como elemento agregador.

Um factor positivo que está presente na situação portuguesa e que é determinante para a adopção de tipos de cooperação é o grande número de OPF e o facto de estas organizações terem uma actividade muito local, o que é essencial para criar um clima de confiança e criar redes locais.

No que respeita à gestão das ZIF existe um Regulamento Interno que é decidido em Assembleia-Geral, a necessidade da gestão ser da responsabilidade de uma entidade gestora que constitui um fundo comum para cada ZIF e dois planos obrigatórios, um PGF e PEIF, que têm de ser estabelecidos em prazos previstos pela lei e que têm de ser discutidos com os proprietários. É neste Regulamento Interno que se estabelecem as regras pelas quais a ZIF será gerida e onde há espaço para discutir o tipo de gestão de acordo com o grau de comprometimento desejado pelos proprietários presentes. Existem ainda mais dois elementos na lei que merecem atenção e que facilitam a adopção de vários modelos cooperativos: o facto da entidade gestora ter de promover a concertação dos interesses dos proprietários para que haja uma gestão profissional conjunta e coordenada das propriedades que integram a ZIF e a possibilidade de o PGF poder ser executado pelos proprietários ou delegado nesta mesma entidade. Como a gestão é assegurada por uma entidade gestora obrigada a cumprir o regulamento interno e que tem um fundo para cada ZIF, todos

os tipos de cooperação, desde o nível de informação até ao nível financeiro, são possíveis, tudo depende das circunstâncias locais e da motivação e objectivos dos proprietários presentes.

Foi sobre as circunstâncias locais das ZIF que se ocupou a parte final deste trabalho, e, se os objectivos iniciais eram analisar os contextos que favorecem a progressão das ZIF e caracterizar a diversidade de contextos territoriais, reconhece-se que os resultados em relação à primeira parte ficaram aquém do desejado. Foram elencadas as variáveis para este primeiro objectivo, mas a morosidade e exigência deste processo que se deveria basear em inquéritos a uma amostra significativa de ZIF e proprietários florestais não foi possível de realizar dentro desta tese de mestrado. Apesar disto o trabalho de análise baseia-se numa ampla selecção de variáveis que contribuem para uma primeira caracterização territorial das ZIF.

Uma primeira conclusão que se retira apenas com a distribuição das áreas ZIF é que estas estão distribuídas de forma não homogénea pelo país, concentrando-se em número na Zona Centro e em área no Ribatejo. A maioria situa-se em zonas sem cadastro geométrico da propriedade rústica, mas esta é apenas uma maioria numérica, porque a maior parte da área ZIF encontra-se em concelhos com este cadastro o que sugere que a sua existência é facilitadora da constituição de ZIF de maior área. Em relação aos indicadores de gestão, que neste caso se baseiam no conhecimento sobre a situação do PGF e PEIF em Fevereiro de 2011, o que é possível concluir, com a baixa taxa de aprovação destes planos, é que as ZIF apesar de terem sido constituídas podem estar “paradas”, sem que se faça a gestão dos espaços, como seria de esperar. A gestão destas áreas é assegurada na maior parte por Organizações de Produtores Florestais.

A maior parte da área ZIF está dentro de área florestal e dentro desta área destacam-se a grande presença do eucalipto, a presença do pinheiro bravo na quase totalidade das ZIF e a presença residual do sobreiro (excepto em regiões muito específicas).

Um dos riscos que esta floresta enfrenta é o dos incêndios. Através de uma distribuição dos concelhos pelas áreas ardidas é possível concluir que a constituição das ZIF não está directamente relacionada com a área ardida, já que é possível encontrar uma proporção semelhante de ZIF em concelhos com uma proporção de área ardida desde os zero aos setenta e cinco por cento, apenas a partir deste valor o número de ZIF diminui com mais intensidade. Por outro lado são constituídas em áreas onde a proporção da área ardida atinge maioritariamente povoamentos florestais.

Se as ZIF foram programadas para resolver a questão do minifúndio há um indicador que fornece informação no sentido de que esse objectivo está a ser cumprido em grande parte das ZIF, embora com algumas excepções: as ZIF situam-se maioritariamente em concelhos onde a presença de explorações agrícolas superiores a 20 ha é inferior a 10% do total destas explorações. Relativamente à área destas explorações nota-se a mesma predominância das ZIF nos concelhos com pouca área de grandes explorações. Estas são algumas das conclusões que foram obtidas ao longo dos capítulos anteriores e que revelam já algumas tendências das ZIF salvaguardando-se algumas excepções.

No retrato de cada PROF é possível observar melhor estas excepções e perceber que muitas delas são fruto de circunstâncias regionais como por exemplo as ZIF das zonas do Pinhal Interior

Norte e Sul, que têm no máximo até 10.000 ha, não têm PGF aprovado um predomínio do eucalipto e se situam em zonas onde a exploração agrícola é muito pequena, em contraste com as ZIF do Ribatejo que são superiores a 10.000, têm PGF aprovado, um predomínio do sobreiro e situam-se em zonas de grande exploração agrícola.

Esta diversidade territorial das ZIF que começa a ser enunciada neste trabalho mas que necessita de maior aprofundamento, com o objectivo de fazer uma tipologia destas áreas e das ZIF, pode ser ainda associada à diversidade regional de proprietários florestais, explicada no capítulo 2 com base no estudo de Baptista & Santos (2005). O cruzamento destas diversidades deixa aberto um campo de possibilidades de tipos de cooperação que podem ir de encontro aos proprietários e às áreas onde as ZIF estão constituídas. De entre estes tipos de cooperação não há nenhum que possa corresponder às expectativas de todos os proprietários. As vantagens que podem decorrer da adopção destes tipos de cooperação estão também relacionadas com estes territórios e as lógicas de gestão dos proprietários florestais privados.

## Referências Bibliográficas:

- Aflomação (2010). *Zonas de Intervenção Florestal em Mação – A Gestão Integrada do Território em Minifúndio*. Mação. Aflomação – Associação Florestal do Concelho de Mação.
- Aflomação (2010). 1º Encontro Nacional de Entidades Gestoras de ZIF – conclusões (aprovadas em plenário). Página consultada a 12 de Setembro de 2011: <[http://www.aflomacao.pt/PDF/Conclusoes\\_1ENEG\\_ZIF\\_Macao\\_31Ago10.pdf](http://www.aflomacao.pt/PDF/Conclusoes_1ENEG_ZIF_Macao_31Ago10.pdf)>.
- Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (AIFF). (2010). *Relatório de caracterização da fileira florestal 2010*. Página consultada em 10 de Setembro de 2010, <<http://www.aiff.org.pt/cffportuguesa.html>>.
- Autoridade Florestal Nacional (AFN). (2010). *5.º Inventário Florestal Nacional: Apresentação do Relatório Final*. Direcção Nacional de Gestão Florestal. Página consultada em 10 de Setembro de 2011, <<http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/ifn/resource/ficheiros/ifn/Apresenta-IFN5-AFN-DNGF-JP.pdf>>.
- Autoridade Florestal Nacional (2011). *Caracterização das Zonas de Intervenção Florestal*. Autoridade Florestal Nacional, Direcção Nacional de Gestão Florestal, Divisão para a intervenção florestal. Página consultada a 12 de Setembro de 2011: <[www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/zif/zif-cartografnac](http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/zif/zif-cartografnac)>.
- Baptista, Fernando O. (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto. Edições Afrontamento.
- Baptista, Fernando O. (2010). *O Espaço Rural – Declínio da Agricultura*. Lisboa. Celta Editora.
- Baptista, F. O., Santos, R. T. (2005). *Os Proprietários Florestais. Resultados de um Inquérito*. Oeiras. Celta Editora.
- Bettinger, P.; Boston, K.; Siry, J. P.; Grebner, D. L. (2009) *Forest Management and Planning*. Academic Press
- Bica, A. (2010). *Baldios – Quadro histórico e legal*. Empresa Jornalística da Gazeta da Beira, Lda.
- Blinn, C. R.; Jakes, P. J., Sakai, M. (2007). *Forest Landowner Cooperatives in the United States: A Local Focus for Engaging Landowners*. Journal of Forestry, 105 (5): 245-251.
- Bouriaud, Laura (2006). *Ownership and property rights – Factors relevant for innovation and enterprise development in small-scale forestry*. In: Niskanen, Anssi (ed. ) *Issues Affecting Enterprise Development in the Forest Sector in Europe*. University of Joensuu, Faculty of Forestry. pp. 58-70.
- Brunson, M. W.; Yarrow, D. T.; Roberts, S. D., Guynn Jr., D. C.; Kuhns (1996) *Nonindustrial private forest owners and ecosystem management – can they work together?* Journal of Forestry 94: 14-21.
- Campbell, S. M.; Kittredge, D. B. (1996). *Ecosystem-based management on multiple NIPF ownerships*. Journal Of Forestry, 94 (2): 24-29
- Cropp, Robert. (2005). *A Glossary for Cooperatives*. University of Wisconsin, Center for Cooperatives. Bulletin No. 10, November.
- Decreto-Lei n.º 39/76. Diário da República n.º 15, Série I de 1976-01-19. Ministério da Agricultura e Pescas.



- Deus, E. (2010). *A implementação do conceito Zona de Intervenção Florestal em Portugal – o caso do concelho de Mação*. Coimbra. Dissertação de Mestrado em Geofísica Física, Ambiente e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Decreto-Lei n.º 127/2005. Diário da República n.º 150, Série I-A de 2005-08-5. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Decreto-Lei nº 15/2009 de 14 de Janeiro. Diário da República n.º 9, Série I de 2009-01-14. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Direcção Geral dos Impostos (DGI). (2011) *Perguntas frequentes – IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis*. Página consultada a 10 de Setembro de 2011, <[http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio\\_contribuinte/guia\\_fiscal/imi/FAQ\\_imi2.htm](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/guia_fiscal/imi/FAQ_imi2.htm)>.
- Direcção Geral de Recursos Florestais (DGRF). (2006). *Estratégia Nacional para as Florestas*. Lisboa. Direcção Geral de Recursos Florestais.
- EEA (European Environment Agency), 2010. *Land cover 2006 and changes country analysis*. EEA, Copenhaga. Página consultada em 10 de Setembro de 2011. <<http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/figures/land-cover-2006-and-changes>>.
- Feliciano, Diana M. S. (2008). *Avaliação da Eficácia de Organizações de Produtores Florestais do Norte e Centro de Portugal*. Dissertação submetida no cumprimento parcial dos requisitos para o grau de Mestre em Economia. Porto. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão.
- Gass, R. J.; Rickenbach, M.; Schulte L. A.; Zeuli, K. (2009). *Cross-Boundary Coordination on Forested Landscapes: investigating Alternatives for Implementation*. Environmental Management, 43: 107-117.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2002) *Censos 2001 : resultados definitivos : XIV recenseamento geral da população*. Lisboa 2001, 8 vol.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2011). *Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos principais resultados*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- Kittredge, D. B. (2003) *Private Forestland Owners in Sweden: Large Scale Cooperation in Action*. Journal of Forestry, 101 (2): 41-46.
- Kittredge, David B. (2005). *The cooperation of private forest owners on scales larger than one individual property: international examples and potential application in the United States*. Forest and Policy Economics, 7: 671-688.
- Kurtilla, M.; Pukkala, T. (2003). *Combining holding level economic goals with spatial landscape-level goals in the planning of multiple ownership forestry*. Landscape Ecology, 18: 529-541.
- Lei n.º 89/97. Diário da República n.º 174, Série I-A de 1997-07-30. Assembleia da República.
- Leak, William B. et al. (1997). *Applied Ecosystem Management on Nonindustrial Forest Land*. General Technical Report NE-239. Radnor, PA; U. S. Department of Agriculture, Forest Service, Northeastern Forest Experiment Station. 30 p.

- Mendes, A. M. S. C., Feliciano, D., Tavares, M., Dias, R. (2004). *The Portuguese Forests*. Relatório para o Projecto EFFE – Evaluating Financing of Forestry in Europe. Porto. FEG – Universidade Católica Portuguesa.
- Mendes, A. M. S. C. (2005a). *The role of Institutions in forest development: the case of forest services and forest owner's associations in Portugal*. International Conference "The Multifunctional Role of Forests – Policies, Methods and Case-studies". 28-30 April. University of Padova.
- Mendes, A. M. S. C. (2005b). *Forest owner's organizations in Portugal: Are the infant going to survive?* In *Small-scale forestry and rural development: The intersection of ecosystems, economics and society*. Proceedings of IUFRO 3.08 Conference hosted by Galway-Mayo Institute of Technology, Galway, Ireland, 18-23 June 2006. Sarah Well (ed.). Galway: Galway-Mayo Institute of Technology. pp. 289-304.
- Mendes, A. M. S. C. (2006). *Private Forestry and Forest Policy Reforms in Portugal, in the context of increasing fires*. In: Ayagolu, S. et. al (eds.) *Legal Aspects of European Forest Sustainable Development*, Proceedings of the 8<sup>th</sup> International IUFRO RG 6.13.00 Forest Law and Environmental Legislation Symposium. Department of Forest Law, Faculty of Forestry, Istanbul University. Istanbul: Department of Forestry Law, Faculty of Forestry, Istanbul University. pp. 205-220.
- Nordfjell, T. et. al (2005) *Family forestry: Future challenges and needs*. Arbetsrapport 145. Umeå – Sveriges Lantbruksuniversitet.
- Radich, M. C., Baptista, F. O. (2005). *Floresta e Sociedade: Um percurso (1875-2005)*. Silva Lusitana 13(2):143-147. Lisboa. Estação Florestal Nacional.
- Radich, M. C., Alves, A. A. M. (2000). *Dois Séculos da floresta em Portugal*. Trabalho elaborado no quadro do Projecto PAMAF – 8125: Estudo dos problemas estruturais das explorações florestais portuguesas. Lisboa. Celpa – Associação da Indústria Papeleira.
- Rickenbach, M.; Zeuli, K.; Sturgess-Cleek, E. (2005). *Despite failure: the emergence of "new" forest owners in private forest policy in Wisconsin, USA*. Scandinavian Journal of Forest Research, 20: 503-513.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2003. Diário da República n.º 266, Série I-B de 2003-11-17. Presidência do Conselho de Ministros.
- Sampson, N.; DeCoster, L. (2000) *Forest Fragmentation: Implications for sustainable private forests*. Journal of Forestry 98 (3): 4-8.
- Schulte, L. A.; Rickenbach, M.; Merrick, L. C. (2008). *Ecological and economic benefits of cross-boundary coordination among private forest landowners*. Landscape Ecology 23: 481-496.
- Williams, E. M.; Ellefson, P. V. (1997). *Going into partnership to manage a landscape*. Journal of Forestry 95(5):29-33.

## **ANEXOS**

**Anexo I – Comparação entre os conceitos de ZIF de 2005 e 2009 (continua na página seguinte)**

	<b>DL n.º 127/2005 de 5 de Agosto</b>	<b>DL n.º 15/2009 de 14 de Janeiro</b>
<b>Objectivos das ZIF</b>	Promover a gestão sustentável, coordenada e planeada dos espaços florestais; reduzir a ignição e propagação de incêndios e a recuperação das áreas ardidas; dar coerência territorial e eficácia a todos os agentes que intervêm nestes espaços	Garantir adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, com a atribuição concreta de responsabilidades; ultrapassar os bloqueios fundamentais à intervenção florestal (minifúndio); infra-estruturar o território; conferir coerência territorial à intervenção da administração local e regional e concretizar territorialmente as orientações políticas; Integrar as diferentes vertentes destas políticas; conceito de gestão total
<b>Tipos de proprietários presentes</b>	Proprietários e produtores florestais privados	Proprietários e produtores florestais privados; Estado; Baldios
<b>CrITÉRIOS mÍNIMOS de abrangência territorial</b>	Área superior a 1000 ha, mínimo de 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos	a) área superior a 750 ha (excepcionalmente 500 ha), 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos; b) 10.000 ha e cinco unidades de baldios; c) e d) 4000 ha, 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos
<b>Iniciativa de constituição</b>	Proprietários e produtores florestais; entidades públicas da administração central e local	Proprietários e produtores florestais; entidades públicas da administração central e local; órgãos de administração dos baldios
<b>Núcleo fundador</b>	Proprietários e produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos, maioritariamente florestais, com uma área territorial contínua ou contígua de pelo menos 10% da área proposta para ZIF	Proprietários e produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos, maioritariamente florestais, com uma área territorial contínua ou contígua de pelo menos 5% da área proposta para ZIF
<b>Consulta pública</b>	Realizada no prazo máximo de 45 dias após a Consulta prévia; documentos publicitados durante 30 dias	Realizada no prazo máximo de 30 dias após a Consulta prévia; documentos publicitados durante 20 dias; esclarecimentos solicitados analisados e respondidos pelo núcleo fundador
<b>Audiência final</b>	Publicitada com a antecedência mínima de 15 dias	Publicitada com a antecedência mínima de 10 dias
<b>Requerimento para a criação das ZIF</b>	Ser subscrito por um mínimo de 30 proprietários e produtores florestais detentores, em conjunto, de pelo menos metade da área proposta para a ZIF	Ser subscrito por um mínimo de 10 proprietários e produtores florestais detentores, em conjunto, de pelo menos metade dos espaços florestais da ZIF; ou por todos os órgãos de administração da área da ZIF
<b>Pedido de criação da ZIF</b>	Entregue ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas	Entregue ao presidente da AFN
<b>Responsabilidades dos não aderentes abrangidos pela área da ZIF</b>	Obrigados a ter um PGF aprovado pela DGRF	Obrigados a possuir um PGF aprovado nos termos legais, bem como ao cumprimento do PEIF da ZIF, quando assim o declararem; obrigados a cumprir as operações silvícolas mínimas constantes no PGF
<b>Características da entidade gestora</b>	Deve dispor de capacidade técnica adequada à gestão das ZIF	Deve possuir meios próprios ou contratados que assegurem a capacidade técnica adequada à gestão da ZIF, à respectiva área e estrutura da propriedade e às actividades a desenvolver no seu âmbito
<b>Plano de Gestão Florestal (PGF)</b>	Elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 205/99, de 9 de Junho; concretiza as orientações do PROF, dos instrumentos municipais e especiais de ordenamento do território, dos aderentes que o subscrevem	Elaborado e apresentado à AFN no prazo de dois anos de constituição da ZIF; período de vigência coincidente com o do respectivo PROF, e revisto sempre que necessário; cumpre o regime jurídico deste tipo de planos, incorpora os princípios do PEIF, respeita os instrumentos municipais e especiais de ordenamento do território e os interesses dos aderentes que o obrigatoriamente o subscrevem e aplicam

(continuação da tabela da página anterior)

	DL n.º 127/2005 de 5 de Agosto	DL n.º 15/2009 de 14 de Janeiro
<b>Plano específico de intervenção florestal (PEIF)</b>	No DL de 2005 este tipo de planos era facultativo, de acordo com o artigo 21º do mesmo decreto-lei. O plano obrigatório era o Plano de Defesa da Floresta (PDF)	De carácter urgente é elaborado e apresentado à AFN no prazo máximo de seis meses após a criação da ZIF, após a sua aprovação deve ser imediatamente posto em prática; vigência de cinco anos e sujeito a revisões anuais; aplica os princípios do PROF e em PDF contra agentes bióticos e abióticos; de carácter obrigatório, urgente e simplificado
<b>Aprovação dos planos</b>	Elaborados os planos estes são submetidos à apreciação geral dos proprietários e produtores florestais abrangidos pela área territorial da ZIF através de consulta pública por edital, durante 30 dias; as sugestões devem ser apresentadas à entidade gestora por escrito e no prazo de 15 dias a contar do termo daquele período; os planos específicos devem ser submetidos a parecer das entidades que a DGRF entender consultar; os planos são validados se aceites pela maioria dos aderentes e que detenham em conjunto pelo menos metade da superfície dos espaços florestais da ZIF; aprovação final pela DGRF no prazo máximo de 30 dias depois da entrega dos planos	Submissão dos planos para apreciação em assembleia-geral de todos os proprietários e produtores florestais abrangidos pela área da ZIF; consulta dos planos é possível nos 20 dias subsequentes; quaisquer sugestões têm de ser apresentadas no prazo anterior à entidade gestora, por escrito; findo este prazo é realizada nova assembleia-geral para apreciação da última versão do plano; AFN tem 20 dias para apreciar os planos e emitir parecer; a AFN submete o plano à aprovação das entidades que entende, o qual deve ser emitido no prazo de 15 dias contados da data do pedido, suspendendo-se os 20 dias previstos; findo o prazo sem que o parecer seja emitido considera-se o mesmo favorável;

**Fonte:** Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto; Decreto-Lei n.º 15/2009 de 14 de Janeiro

**Anexo II – Distribuição do número de ZIF, área ZIF, área média de ZIF (ha) e desvio padrão da área ZIF, segundo o respectivo PROF (por ordem crescente de área) (continua na página seguinte)**

Região PROF	Área ZIF	Número ZIF	Área média ZIF (ha)	Desvio Padrão (Área ZIF)
Área Metropolitana do Porto	1.257	1	1.257	
Área Metropolitana de Lisboa	3.359	2	1.678	1.313
Alentejo Litoral	6.224	1	6.224	
Alto Alentejo	6.983	1	6.983	
Alto Minho	7.001	3	2.334	1.098
Centro Litoral	9.303	2	4.652	3.036
Barroso e Padrela	9.623	3	3.208	1.139
Pinhal Interior Sul	12.077	8	1.510	3.011
Douro	22.287	7	3.184	1.845
Oeste	24.625	5	4.925	2.892
Tâmega	25.123	7	3.589	2.764
Nordeste Transmontano	25.846	10	2.585	8.054
Dão-Lafões	50.922	15	3.395	3.220
Beira Interior Norte	55.278	21	2.632	10.730
Pinhal Interior Norte	56.194	14	4.014	8.869

(continuação da tabela da página anterior)

<b>Algarve</b>	<b>64.513</b>	<b>16</b>	<b>4.032</b>	<b>9148</b>
<b>Beira Interior Sul</b>	<b>92.457</b>	<b>10</b>	<b>9.246</b>	<b>18.051</b>
<b>Ribatejo</b>	263.299	17	15.488	52.926
<b>Total</b>	736.371	143		

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

**Anexo III – Distribuição por município e PROF do número total de ZIF, área total ZIF, área média de ZIF e seu desvio padrão (continua na página seguinte)**

PROF	Município	Número ZIF	Área Total (ha)	Área média ZIF (ha)	Desvio padrão (Área ZIF)
<b>Alto Alentejo</b>	Gavião	1	6.893		
<b>Algarve</b>	Alcoutim	4	23.554	5.889	2.120
	Castro Marim	2	7.072	3.536	2.381
	Loulé	2	4.663	2.332	181
	Monchique	1	3.615		
	São Brás de	1	2.362		
	Alportel				
	Silves	5	21.143	4.229	3.608
	Tavira	1	2.104		
<b>Alentejo Litoral</b>	Santiago do Cacém	1	6.224		
<b>Alto Minho</b>	Ponte da Barca	1	2.505		
	Ponte de Lima	1	1.160		
	Viana do Castelo	1	3.336		
<b>Área Metropolitana de Lisboa</b>	Mafra	1	2.608		
	Vila Franca de Xira	1	751		
<b>Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga</b>	Gondomar	1	1.257		
<b>Beira Interior Norte</b>	Celorico da Beira	1	1.187		
	Figueira de Castelo Rodrigo	1	2.670		
	Fundão	2	1.987	994	297
	Guarda	1	1.583		
	Gouveia	6	19.071	3.179	1.627
	Sabugal	1	1.458		
	Seia	9	27.323	3.036	2.610
<b>Beira Interior Sul</b>	Castelo Branco	8	58.993	7.374	11.306
	Idanha-a-Nova	2	33.465	16.733	6.622
<b>Barroso e Padrela</b>	Chaves	1	4.006		
	Vila Pouca de	2	5.617	2.809	1.994
	Aguar				
<b>Centro Litoral</b>	Figueira da Foz	1	2.505		
	Penacova	1	6.798		
	Aguar da Beira	2	3.869	1.935	179
	Carregal do Sal	2	11.658	5.829	530
	Mangualde	1	4.453		
	Penalva do Castelo	1	2.745		
	Sátão	2	4.422	2.211	748
	Santa Comba Dão	1	10.490		
	São Pedro do Sul	3	6.088	2.029	558
	Vouzela	3	7.198	2.399	680

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

(continuação da tabela da página anterior)

PROF	Município	Número ZIF	Área Total (ha)	Área média ZIF (ha)	Desvio padrão (Área ZIF)
<b>Douro</b>	Alijó	1	2.968		
	Freixo de Espada à Cinta	1	2.797		
	Moimenta da Beira	1	2.455		
	Sabrosa	1	4.500		
	Sernancelhe	1	1.007		
	Torre de Moncorvo	1	6.605		
	Vila Real	1	1.955		
<b>Nordeste Transmontano</b>	Bragança	1	2.417		
	Macedo de Cavaleiros	2	2.750	1.375	57
	Mogadouro	6	18.537	3.090	1.027
	Vinhais	1	2.142		
<b>Oeste</b>	Alcobaça	1	3.164		
	Cadaval	1	8.217		
	Nazaré	1	4.228		
	Torres Vedras	2	9.016	4.508	705
<b>Pinhal Interior Norte</b>	Arganil	1	4.380		
	Ansião	1	1.209		
	Figueiró dos Vinhos	1	3.121		
	Góis	1	1.318		
	Oliveira do Hospital	4	23.263	5.816	1.872
	Pedrógão Grande	2	2.425	1.213	124
	Pampilhosa da Serra	1	1.395		
	Tábua	3	19.083	6.361	3.047
<b>Pinhal Interior Sul</b>	Mação	5	7.248	1.450	307
	Oleiros	2	3.546	1.773	235
	Proença-a-Nova	1	1.283		
<b>Ribatejo</b>	Abrantes	1	3.254		
	Almeirim	1	27.369		
	Azambuja	1	8.007		
	Chamusca	3	59.651	19.884	6.405
	Coruche	5	154.413	30.883	18.125
	Rio Maior	3	5.902	1.967	953
	Santarém	2	3.484	1.742	679
	Sardoal	1	1.218		
<b>Tâmega</b>	Amarante	1	1.181		
	Celorico de Basto	2	4.332	2.166	833
	Castelo de Paiva	1	7.618		
	Felgueiras	1	3.292		
	Marco de Canavezes	1	1.477		
	Penafiel	1	7.224		
<b>Total</b>		143	736.284		

**Fonte:** documentos de constituição das ZIF

**Anexo IV – Tabela de correspondências entre as variáveis “Classe de Área” e “PROF”**

PROF	% total	Classe de Área (ha)			Classe de Área (ha)			Classe de Área (ha)		
		0-4.000	4.000-10.000	>10.000	0-4.000	4.000-10.000	>10.000	0-4.000	4.000-10.000	>10.000
Alto Alentejo	1		1			3			100	
Algarve	11	8	3	1	12	12	7	69	25	6
Alentejo Litoral	1		1			3			100	
Alto Minho	2	2			3			100		
Área Metropolitana Lisboa	1	2			1			100		
Área Metropolitana Porto	1	1			1			100		
Beira Interior Norte	15	12	3		18	12		81	19	
Beira Interior Sul	7	3	1	3	5	3	27	50	10	40
Barroso Padrela	2	1	1		1	6		33	67	
Centro Litoral	1	1	1		1	3		50	50	
Dão-Lafões	10	8	2	1	12	9	7	73	20	7
Douro	5	3	1		5	6		71	29	
Nordeste Transmontano	7	6	1		9	6		80	20	
Oeste	3	2	1		3	6		60	40	
Pinhal Interior Norte	10	4	6		6	24		43	57	
Pinhal Interior Sul	6	6			9			100		
Ribatejo	12	5	1	6	8	3	60	41	6	53
Tâmega	5	3	1		5	6		71	29	
% total		66	24	10	100	100	100	66	24	10



**Anexo V** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Cadastro” e “PROF”

PROF	% total	Cadastro		Cadastro		Cadastro	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Alto Alentejo	1		1		2		100
Algarve	11	3	8	4	22	25	75
Alentejo Litoral	1		1		2		100
Alto Minho	2	2		3			100
Área Metropolitana Lisboa	1		1		4		100
Área Metropolitana Porto	1	1		1			100
Beira Interior Norte	15	15		24			100
Beira Interior Sul	7		7		19		100
Barroso Padrela	2	2		3			100
Centro Litoral	1	1		2			100
Dão-Lafões	10	10		17			100
Douro	5	5		8			100
Nordeste Transmontano	7	4	3	7	7	60	40
Oeste	3	1	3	1	7	20	80
Pinhal Interior Norte	10	10		16			100
Pinhal Interior Sul	6	2	3	3	9	38	63
Ribatejo	12	1	10	2	28	12	88
Tâmega	5	5		8			100
	% total	62	38	100	100	62	38

**Anexo VI** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Localização em freguesias prioritárias” e “PROF”

PROF	% total	Localização em freguesias prioritárias		Localização em freguesias prioritárias		Localização em freguesias prioritárias	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Alto Alentejo	<b>1</b>		1		1		100
Algarve	<b>11</b>	4	7	13	10	38	63
Alentejo Litoral	<b>1</b>		1		1		100
Alto Minho	<b>2</b>	1	1	4	1	67	33
Área Metropolitana Lisboa	<b>1</b>		1		2		100
Área Metropolitana Porto	<b>1</b>		1		1		100
Beira Interior Norte	<b>15</b>	6	8	20	12	43	57
Beira Interior Sul	<b>7</b>	1	6	2	9	10	90
BarrosoPadrela	<b>2</b>		2		3		100
Centro Litoral	<b>1</b>	1	1	2	1	50	50
Dão-Lafões	<b>10</b>	6	5	17	7	53	47
Douro	<b>5</b>	2	3	7	4	43	57
Nordeste Transmontano	<b>7</b>	4	3	13	4	60	40
Oeste	<b>3</b>		3		5		100
Pinhal Interior Norte	<b>10</b>		10		14		100
Pinhal Interior Sul	<b>6</b>	2	3	7	5	38	63
Ribatejo	<b>12</b>	3	9	9	13	24	76
Tâmega	<b>5</b>	2	3	7	4	43	57
	% total	<b>32</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>68</b>

**Anexo VII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Tipo de Rural” e “PROF”**

PROF	% total	Tipo de Rural				Tipo de Rural				Tipo de Rural			
		Agríc ola	Baixa Densidade	Indústria/Se rviços	Urba no	Agríc ola	Baixa Densidade	Indústria/Se rviços	Urba no	Agríc ola	Baixa Densidade	Indústria/Se rviços	Urba no
Alto Alentejo	1		1				2				100		
Algarve	11		3	8			9	20			31	69	
Alentejo Litoral	1		1				2				100		
Alto Minho Área Metropolitana Lisboa Área Metropolitana Porto	2 1 1	1			1	6			14	33			67
Beira Interior Norte	15		2	13			5	33			14	86	
Beira Interior Sul	7		7				18				100		
Barroso Padrela	2		2				5				100		
Centro Litoral	1			1	1			2	7			50	50
Dão-Lafões	10	8		3		61		7		73		27	
Douro Nordeste Transmontano	5 7	3	2			22	5			57	43		
Oeste Pinhal Interior Norte	3 10		7				18				100		
Pinhal Interior Sul	6			1	3			2	29			20	80
Ribatejo	12		1	8			4	22			14	86	
Tâmega	5		6				14				100		
			8	4			19	11			65	35	
		1			3	11			36	29			71
	% total	13	40	38	10	100	100	100	100	13	40	38	10

**Anexo VIII – Tabela de correspondências entre as variáveis “Tipo de EG” e “PROF”**

PROF	% total	Tipo de EG						Tipo de EG						Tipo de EG					
		1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Alto Alentejo	1						1						1						100
Algarve	11						11						13						100
Alentejo Litoral	1						1						1						100
Alto Minho	2						2						2						100
Área Metropolitana Lisboa	1				1		1				7		1				50		50
Área Metropolitana Porto	1						1						1						100
Beira Interior Norte	15	1		1			13	100		33			16	5		5			90
Beira Interior Sul	7				1		6				7		7				10		90
Barroso Padrela	2						2						2						100
Centro Litoral	1			1			1			33			1			50			50
Dão-Lafões	10				2		8				21		10				20		80
Douro	5						5						6						100
Nordeste Transmontano	7		1		3	1	1		100		36	100	2		10		50	20	20
Oeste	3						3						4						100
Pinhal Interior Norte	10			1	1		8			33	7		10			7	7		86
Pinhal Interior Sul	6				1		5				7		6				13		88
Ribatejo	12				1		10				14		12				12		88
Tâmega	5						5						6						100
% total		1	1	2	10	1	85	100	100	100	100	100	100	1	1	2	10	1	85

**Legenda:**

- 1 – Associação de Desenvolvimento Rural
- 2 – Associação de Agricultores
- 3 - Cooperativa
- 4 - Empresa
- 5 – Federação de Agricultores
- 6 – Organização de Produtores Florestais

**Anexo IX – Tabela de correspondências entre as variáveis “Especificidade das EG” e “PROF”**

PROF	% total	Especificidade das EG			Especificidade das EG			Especificidade das EG		
		E	NEP	NEVP	E	NEP	NEVP	E	NEP	NEVP
Alto Alentejo	1	1			3			100		
Algarve	11	1	8	1	7	14	7	13	75	13
Alentejo Litoral	1	1			3			100		
Alto Minho	2		2			4			100	
Área Metropolitana Lisboa	1			1			7			100
Área Metropolitana Porto	1	1			3			100		
Beira Interior Norte	15	3	10	1	17	16	7	24	67	10
Beira Interior Sul	7	1	6		3	11		10	90	
Barroso Padrela	2	1	1		3	2		33	67	
Centro Litoral	1	1		1	3		3	50		50
Dão-Lafões	10	3	7	1	14	12	3	27	67	7
Douro	5	2	1	1	10	2	7	43	29	29
Nordeste Transmontano	7	2	1	3	10	2	17	30	20	50
Oeste	3		1	2		2	10		40	60
Pinhal Interior Norte	10	1	3	6	3	5	31	7	29	64
Pinhal Interior Sul	6	2	3		10	6		38	63	
Ribatejo	12	1	10	1	3	16	7	6	82	12
Tâmega	5	1	4		3	7		14	86	
	% total	20	59	20	100	100	100	20	59	20

**Legenda:**

E – EG específica de uma ZIF

NEP – EG não específica de uma ZIF mas específica de um PROF

NEVP – EG não específica de uma ZIF e não de específica de um PROF

**Anexo X – Tabela de correspondências entre as variáveis “PGF” e “PROF”**

PROF	% total	PGF			PGF			PGF		
		Aprovado	Não aprovado (dentro prazo)	Não aprovado (fora prazo)	Aprovado	Não aprovado (dentro prazo)	Não aprovado (fora prazo)	Aprovado	Não aprovado (dentro prazo)	Não aprovado (fora prazo)
Alto Alentejo	1	1			2			100		
Algarve	11	3	3	5	11	6	19	31	25	44
Alentejo Litoral	1		1			2			100	
Alto Minho Área Metropolitana	2	2			7			100		
Lisboa Área Metropolitana	1	1	1		2	2		50	50	
Porto	1	1			2			100		
Beira Interior Norte	15	6	8	1	18	17	6	38	52	10
Beira Interior Sul	7	3	3	1	9	8	3	40	50	10
Barroso Padrela	2		2			5			100	
Centro Litoral	1	1	1		2	2		50	50	
Dão-Lafões	10		6	5		13	19		53	47
Douro	5	2	3		7	6		43	57	
Nordeste Transmontano	7	3	3	1	9	8	3	40	50	10
Oeste	3		3	1		6	3		80	20
Pinhal Interior Norte	10	1	3	6	2	6	25	7	29	64
Pinhal Interior Sul	6		1	4		3	17		25	75
Ribatejo	12	7	3	1	23	8	6	59	29	12
Tâmega	5	1	3		5	8		29	71	
% total		31	44	25	100	100	100	31	44	25

**Anexo XI** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área do município ocupada com floresta” e “PROF”

PROF	% total	Proporção da área do município ocupada com floresta (%)				Proporção da área do município ocupada com floresta (%)				Proporção da área do município ocupada com floresta (%)			
		0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50
Alto Alentejo	1				1				2				100
Algarve	11		6	5	1		21	11	2		50	44	6
Alentejo Litoral	1				1				2				100
Alto Minho	2		1	1			3	3			33	67	
Área Metropolitana Lisboa	1	1	1			100	3			50	50		
Área Metropolitana Porto	1			1				2				100	
Beira Interior Norte	15		13	1			49	3			90	10	
Beira Interior Sul	7			7				16				100	
Barroso													
Padrela	2			2				5				100	
Centro Litoral	1				1				5				100
Dão-Lafões	10			4	6			10	22			40	60
Douro	5			5				11				100	
Nordeste Transmontano	7		4	3			15	6			60	40	
Oeste	3		1	1	1		5	3	2		40	40	20
Pinhal Interior Norte	10			3	7			6	24			29	71
Pinhal Interior Sul	6			2	3			5	12			38	63
Ribatejo	12		1	3	7		5	8	24		12	29	59
Tâmega	5			4	1			10	2			86	14
	% total	1	27	43	29	100	100	100	100	1	27	43	29

**Anexo XII** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo” e “PROF”

PROF	% total	Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo (%)				Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo (%)				Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo (%)			
		0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50
Alto Alentejo	1			1				2				100	
Algarve	11	7	3		1	24	10		8	63	31		6
Alentejo Litoral	1		1				2				100		
Alto Minho	2		1	1			2	5			33	67	
Área Metropolitana Lisboa	1		1		1		2		8		50		50
Área Metropolitana Porto	1				1				8				100
Beira Interior Norte	15	6	8			21	25			43	57		
Beira Interior Sul	7			7				24				100	
Barroso	2	2				7				100			
Padrela													
Centro Litoral	1		1		1		2		8		50		50
Dão-Lafões	10	4	3	3		14	10	10		40	33	27	
Douro	5	5				17				100			
Nordeste Transmontano	7	3	4			10	13			40	60		
Oeste	3	2		1	1	7		2	8	60		20	20
Pinhal Interior Norte	10		3	6			10	22			36	64	
Pinhal Interior Sul	6		1	4			4	15			25	75	
Ribatejo	12		4	3	4		13	12	50		35	29	35
Tâmega	5		2	2	1		6	7	8		43	43	14
% total		29	34	29	8	100	100	100	100	29	34	29	8



**Anexo XIII** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto” e “PROF”

PROF	% total	Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto (%)				Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto (%)				Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto (%)			
		0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50
Alto Alentejo	1		1				8				100		
Algarve	11	11				46				100			
Alentejo Litoral	1	1				3				100			
Alto Minho	2			2				9				100	
Área Metropolitana Lisboa	1		1				17				100		
Área Metropolitana Porto	1		1				8				100		
Beira Interior Norte	15			2	13			9	29			14	86
Beira Interior Sul	7		1	6			17	24			20	80	
Barroso Padrela	2				2				5				100
Centro Litoral	1			1	1			3	2			50	50
Dão-Lafões	10			1	10			3	22			7	93
Douro	5		1	1	3		8	6	6		14	29	57
Nordeste Transmontano	7		1	6			17	24			20	80	
Oeste	3	2			1	9			3	60			40
Pinhal Interior Norte	10			4	6			18	13			43	57
Pinhal Interior Sul	6				6				13				100
Ribatejo	12	10	1		1	43	8		2	88	6		6
Tâmega	5		1	1	3		17	3	6		29	14	57
% total		24	8	23	44	100	100	100	100	24	8	23	44

**Anexo XIV** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo” e PROF

PROF	% total	Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro (%)				Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro (%)				Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro (%)			
		0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50
Alto Alentejo	1			1				8				100	
Algarve	11	2	3	6	1	3	21	62	10	19	25	50	6
Alentejo Litoral	1				1				10				100
Alto Minho	2	2				3				100			
Área Metropolitana Lisboa	1		1				11				100		
Área Metropolitana Porto	1	1				1				100			
Beira Interior Norte	15	15				21				100			
Beira Interior Sul	7		7				53				100		
Barroso Padrela	2	2				3				100			
Centro Litoral	1	1				2				100			
Dão-Lafões	10	10				15				100			
Douro	5	5				7				100			
Nordeste Transmontano	7	7				10				100			
Oeste	3	2		1		3		15		60		40	
Pinhal Interior Norte	10	10				14				100			
Pinhal Interior Sul	6	6				8				100			
Ribatejo	12	3	2	1	6	4	16	15	80	24	18	12	47
Tâmega	5	5				7				100			
% total		71	13	9	7	100	100	100	100	71	13	9	7

**Anexo XV** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da superfície do município ardida (ha) (total acumulado 2000-2010)” e “PROF”

PROF	% total	Proporção da superfície do município ardida (ha total acumulado 2000-2010) (%)					Proporção da superfície do município ardida (ha total acumulado 2000-2010) (%)					Proporção da superfície do município ardida (ha total acumulado 2000-2010) (%)				
		0-10	10-25	25-50	50-75	>75	0-10	10-25	25-50	50-75	>75	0-10	10-25	25-50	50-75	>75
Alto Alentejo	1				1					4					100	
Algarve	11	3	3	4		1	19	9	18		10	31	25	38		6
Alentejo Litoral	1	1					4					100				
Alto Minho	2			1	1				3	7				33	67	
Área Metropolitana Lisboa	1	1	1				4	2				50	50			
Área Metropolitana Porto	1			1					3					100		
Beira Interior Norte	15		2	1	5	6		7	6	26	90		14	10	33	43
Beira Interior Sul	7		7					22					100			
Barroso Padrela	2			1	1				3	7				33	67	
Centro Litoral	1	1	1				4	2				50	50			
Dão-Lafões	10	1	3	5	2		4	9	21	11		7	27	47	20	
Douro	5		1	4				2	18				14	86		
Nordeste Transmontano	7	4	3				22	9				60	40			
Oeste	3	3					19					100				
Pinhal Interior Norte	10	1	7	1	1		4	22	3	7		7	71	7	14	
Pinhal Interior Sul	6			1	5				3	26				13	88	
Ribatejo	12	4	4	3	1		22	13	12	4		35	35	24	6	
Tâmega	5		1	2	1			4	9	7			29	43	29	
	% total	19	32	23	19	7	100	100	100	100	100	19	32	23	19	7

**Anexo XVI** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da superfície ardida em povoamentos florestais (ha total acumulado em 2000-2010)” e “PROF”

PROF	% total	Proporção da superfície ardida em povoamentos florestais (ha total acumulado em 2000-2010) (%)					Proporção da superfície ardida em povoamentos florestais (ha total acumulado em 2000-2010) (%)					Proporção da superfície ardida em povoamentos florestais (ha total acumulado em 2000-2010)(%)				
		0-10	10-25	25-50	50-75	>75	0-10	10-25	25-50	50-75	>75	0-10	10-25	25-50	50-75	>75
Alto Alentejo	1					1					2					100
Algarve	11		2	6	1	1		9	38	5	5		19	56	13	13
Alentejo Litoral	1					1					2					100
Alto Minho	2		1		1			3		5			33		67	
Área Metropolitana de Lisboa	1	1			1		50			2		50			50	
Área Metropolitana do Porto	1					1					2					100
Beira Interior Norte	15	1	6	1	8		50	25	4	26		5	38	5	52	
Beira Interior Sul	7				1	6				5	19				20	80
Barroso Padrela	2			1	1				4	5				33	67	
Centro Litoral	1					1					5					100
Dão-Lafões	10		3	1	4	2		13	8	14	7		27	13	40	20
Douro	5		3	1				16	8				71	29		
Nordeste Transmontano	7		6	1				25	8				80	20		
Oeste	3		2	1	1			9	4	2			60	20	20	
Pinhal Interior Norte	10			2	3	4			13	12	14			21	36	43
Pinhal Interior Sul	6					6					19					100
Ribatejo	12				4	8				14	26				35	65
Tâmega	5			2	3				13	10				43	57	
	% total	1	22	17	29	30	100	100	100	100	100	1	22	17	29	30

**Anexo XVII** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário” e “PROF”

PROF	% total	Proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário (%)			Proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário (%)			Proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário (%)		
		0-10	10-25	>25	0-10	10-25	>25	0-10	10-25	>25
Alto Alentejo	1			1			7			100
Algarve	11	6	2	3	9	10	27	56	19	25
Alentejo Litoral	1	1			1			100		
Alto Minho	2	2			3			100		
Área Metropolitana Lisboa	1	1			2			100		
Área Metropolitana Porto	1	1			1			100		
Beira Interior Norte	15	15			22			100		
Beira Interior Sul	7		7			32			100	
Barroso Padrela	2	2			3			100		
Centro Litoral	1	1		1	1		7	50		50
Dão-Lafões	10	10			15			100		
Douro	5	5			7			100		
Nordeste Transmontano	7	7			10			100		
Oeste	3	3			5			100		
Pinhal Interior Norte	10	4	3	3	6	13	27	43	29	29
Pinhal Interior Sul	6		5	1		23	7		88	13
Ribatejo	12	5	4	3	7	19	27	41	35	24
Tâmega	5	4	1		6	3		86	14	
	% total	68	22	10	100	100	100	68	22	10

**Anexo XVIII** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Variação da população entre 1991-2001” e “PROF”

PROF	% total	Variação da população entre 1991-2001					Variação da população entre 1991-2001					Variação da população entre 1991-2001				
		-25-(-10)	-10-0	0-10	10-25	25-50	-25-(-10)	-10-0	0-10	10-25	25-50	-25-(-10)	-10-0	0-10	10-25	25-50
Alto Alentejo	1	1					4					100				
Algarve	11	3	2	4		2	17	4	16		100	25	19	38		19
Alentejo Litoral	1		1					1					100			
Alto Minho	2			1	1				1	5				33	67	
Área Metropolitana Lisboa	1				1						40					100
Área Metropolitana Porto	1				1						20					100
Beira Interior Norte	15	1	12	1	1		9	23	3	20		10	81	5		5
Beira Interior Sul	7	1		6			9		21			20		80		
Barroso Padrela	2	1		1			9		3			67		33		
Centro Litoral	1			1					5					100		
Dão-Lafões	10		10	1				19	3				93	7		
Douro	5	2	2	1			13	4	3			43	43	14		
Nordeste Transmontano	7	1	6	1			4	11	3			10	80	10		
Oeste	3		1	3				1	11				20	80		
Pinhal Interior Norte	10		10					19					100			
Pinhal Interior Sul	6	6					35					100				
Ribatejo	12		7	5				14	18				59	41		
Tâmega	5		1	3	1			3	11	20			29	57	14	
	% total	16	52	27	3	2	100	100	100	100	100	16	52	27	3	2

**Anexo XIX** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Variação da população entre 2001–2011” e “PROF”

PROF	% total	Variação da população entre 2001–2011(%)					Variação da população entre 2001–2011(%)					Variação da população entre 2001–2011(%)				
		-25-(-10)	-10-0	0-10	10-25	25-50	-25-(-10)	-10-0	0-10	10-25	25-50	-25-(-10)	-10-0	0-10	10-25	25-50
Alto Alentejo	1	1					2					100				
Algarve	11	3		3	5		8		15	70		31		25	44	
Alentejo Litoral	1		1					2					100			
Alto Minho	2		1	1				5	4				67	33		
Área Metropolitana Lisboa	1				1	1				10	100				50	50
Área Metropolitana Porto	1			1					4					100		
Beira Interior Norte	15	13	2				29	7				86	14			
Beira Interior Sul	7	1		6			3		30			20		80		
Barroso Padrela	2	1	1				3	2				67	33			
Centro Litoral	1		1					5					100			
Dão-Lafões	10	6	4				14	14				60	40			
Douro	5	1	3	1			3	10	4			29	57	14		
Nordeste Transmontano	7	5	1	1			11	5	4			70	20	10		
Oeste	3			2	1				11	20				60	40	
Pinhal Interior Norte	10	4	6				10	19				43	57			
Pinhal Interior Sul	6	6					13					100				
Ribatejo	12	2	6	3			5	21	19			18	53	29		
Tâmega	5		3	2				10	11				57	43		
	% total	44	29	19	7	1	100	100	100	100	100	44	29	19	7	1

**Anexo XX** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira)” e PROF

PROF	% total	Total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira) (%)				Total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira) (%)				Total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira) (%)			
		0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50
Alto Alentejo	1	1				1				100			
Algarve	11	7	4			8	60			63	38		
Alentejo Litoral	1	1				1				100			
Alto Minho Área	2	2				3				100			
Metropolitana Lisboa Área	1	1				2				100			
Metropolitana Porto	1	1				1				100			
Beira Interior Norte	15	7	1	7		8	10	83		48	5	48	
Beira Interior Sul	7	7				8				100			
Barroso Padrela	2	2				3				100			
Centro Litoral	1	1				2				100			
Dão-Lafões	10	7		1	2	8		17	100	67		13	20
Douro	5	5				6				100			
Nordeste Transmontano	7	7				8				100			
Oeste	3	3				4				100			
Pinhal Interior Norte	10	8	2			9	30			79	21		
Pinhal Interior Sul	6	6				7				100			
Ribatejo	12	12				14				100			
Tâmega	5	5				6				100			
	% total	83	7	8	2	100	100	100	100	83	7	8	2



**Anexo XXI** – Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção do número total de explorações agrícolas do concelho com classe de superfície agrícola superior a 20 ha” e PROF

PROF	% total	Proporção do número total de explorações agrícolas do concelho com classe de superfície agrícola superior a 20 ha (%)				Proporção do número total de explorações agrícolas do concelho com classe de superfície agrícola superior a 20 ha (%)				Proporção do número total de explorações agrícolas do concelho com classe de superfície agrícola superior a 20 ha (%)			
		0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50	0-10	10-25	25-50	>50
Alto Alentejo	1			1				20				100	
Algarve	11	8	3			10	19			69	31		
Alentejo Litoral	1		1				4				100		
Alto Minho	2	2				3				100			
Área Metropolitana Lisboa	1	1				2				100			
Área Metropolitana Porto	1	1				1				100			
Beira Interior Norte	15	13	2			16	12			86	14		
Beira Interior Sul	7	1	6			2	31			20	80		
Barroso Padrela	2		2				12				100		
Centro Litoral	1	1				2				100			
Dão-Lafões	10	10				14				100			
Douro	5	5				6				100			
Nordeste Transmontano	7	7				9				100			
Oeste	3	3				5				100			
Pinhal Interior Norte	10	10				13				100			
Pinhal Interior Sul	6	6				7				100			
Ribatejo	12	4	4	3	1	5	23	80	100	35	35	24	6
Tâmega	5	5				6				100			
	% total	78	18	3	1	100	100	100	100	78	18	3	1

**Anexo XXII –** Tabela de correspondências entre as variáveis “Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha” e “PROF”

PROF	% total	Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha (%)					Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha (%)					Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha (%)				
		0-10	10-25	25-50	50-75	>75	0-10	10-25	25-50	50-75	>75	0-10	10-25	25-50	50-75	>75
Alto Alentejo	1					1					8					100
Algarve	11			10	1				30	8				88	13	
Alentejo Litoral	1					1					8					100
Alto Minho	2			1	1				2	8				33	67	
Área Metropolitana Lisboa	1			1		1			2		8			50		50
Área Metropolitana Porto	1	1					3					100				
Beira Interior Norte	15		6	4	4			33	13	23			43	29	29	
Beira Interior Sul	7				6	1				31	15				80	20
Barroso Padrela	2		1	1				4	4				33	67		
Centro Litoral	1	1		1			3		2			50		50		
Dão-Lafões	10	6	3	1			27	19	4			53	33	13		
Douro	5		1	3				7	11				29	71		
Nordeste Transmontano	7			7					21					100		
Oeste	3		1	3				4	9				20	80		
Pinhal Interior Norte	10	5	5				23	26				50	50			
Pinhal Interior Sul	6	6					27					100				
Ribatejo	12		1		6	6		4		31	62		6		47	47
Tâmega	5	3	1	1			17	4	2			71	14	14		
% total		21	19	33	18	9	100	100	100	100	100	21	19	33	18	9

**Anexo – XXIII – Tabela de síntese de leitura dos PROF**

PRO F	CIAre a	Cad	FregPRO F	TipoR	TipoE G	EspE G	PGF	PrACF I	PrFP b	PrFEu c	PrFSO b	PrAArdA c	PrAArdPo v	PrNumExp2 0	PrCSupExp2 0	PrActFIP r	PrNAGF l	VarPop910 1	VarPop011 1
Aaln	4.000 - 10.000	Sim	Sim	Bd	OPF	E	A	> 50	25-50	(10-25)	25-50	50-75	>75	25-50	>75	>25	0-10	(- 25)-(-10)	(- 25)-(-10)
Algv	1.000 - 4.000	Sim	Sim	InS	OPF	NEP	N2/A	(10 - 50)	0-10	0-10	25-50	0-50	(10-25)	0-10	25-50	0-10	0-10	0-50	0-25
AlnL	4.000 - 10.000	Sim	Sim	Bd	OPF	E	N1	> 50	(10-25)	0-10	>50	0-10	>75	(10-25)	>75	0-10	0-10	(-10)-0	(-10)-0
Amin	1.000 - 4.000	Não	Não	Urb	OPF	NEP	A	25-50	25-50	25-50	0-10	50-75	50-75	0-10	50-75	0-10	0-10	0-10	(-10)-0
AmtL	< 10.000	Sim	Sim	Urb = InS	Emp = OPF	NEVP	A = N1	< 25	>10	(10-25)	(10-25)	0-25	0-10 = 50-75	0-10	25-50 = >75	0-10	0-10	(10-25)	(10-50)
AmtP	1.000 - 4.000	Não	Sim	Urb	OPF	E	A	25-50	>50	(10-25)	0-10	25-50	>75	0-10	0-10	0-10	0-10	(10-25)	0-10
BinN	1.000 - 4.000	Não	sim/não	InS	OPF	NEP	N1/A	(10-25)	0-25	>50	0-10	>50	25-75	0-10	(10-75)	0-10	0-50	(-10)-25	(-25)-(-10)
BinS	> 1.000	Sim	Sim	Bd	OPF	NEP	N1/A	25-50	25-50	25-50	(10-25)	(10-25)	>75	(10-25)	50-75	(10-25)	0-10	0-10	0-10
BrPd	4.000 - 10.000	Não	Sim	Bd	OPF	NEP	N1	25-50	0-10	>50	0-10	50-75	50-75	(10-25)	25-50	0-10	0-10	(-25)-(-10)	(-25)-(-10)
CtLt	1.000 - 10.000	Não	não = sim	Urb = InS	Cop = OPF	E = NEVP	A = N1	>50	>25	>25	0-10	0-25	>75	0-10	0-10 = 25-50	0-10 = >25	0-10	0-10	(-10)-0
Dlfs	1.000 - 4.000	Não	não/sim	Agr	OPF	NEP	N1/N 2	>25	0-10	>50	0-10	25-50	>50	0-10	0-10	0-10	0-10	(-10)-0	(-25)-0
Dour	1.000 - 4.000	Não	sim/não	Agr/B d	OPF	E	N1/A	25-50	0-10	>50	0-10	25-50	(10-25)	0-10	25-50	0-10	0-10	(-25)-0	(-10)-0
NdTr	1.000 - 4.000	não/sim	não/sim	Bd	Emp	NEVP	N1/A	(10-50)	(10-25)	25-50	0-10	0-25	(10-25)	0-10	25-50	0-10	0-10	(-10)-0	(-25)-(-10)
Oest	1.000 - 4.000	Sim	Sim	Urb	OPF	NEVP	N1	(10-50)	0-10 = >25	0-10 e >50	0-10 e 25-50	0-10	(10-75)	0-10	25-50	0-10	0-10	0-10	0-25
PnlN	1.000 - 10.000	Não	Sim	InS	OPF	NEVP	N2	>50	25-50	>25	0-10	(10-25)	>50	0-10	0-25	0->25	0-10	(-10)-0	(-25)-0
PnlS	1.000 - 4.000	Sim	Sim	Bd	OPF	NEP	N2	>50	25-50	>50	0-10	50-75	>75	0-10	0-10	(10-25)	0-10	(-25)-(-10)	(-25)-(-10)
Rbtj	> 1.000	Sim	Sim	Bd	OPF	NEP	A	>50	>25	0-10	>25	0-25	>75	0-50	>50	0->25	0-10	(-10)-10	(-10)-0
Tamg	1.000 - 4.000	Não	sim/não	Urb	OPF	NEP	N1	25-50	>10	>50	0-10	(10-50)	25-75	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	(-10)-10

### **Legenda do Anexo XXIII:**

**CI**Area – Classe de Área: distribui as ZIF por quatro classes de acordo com a sua área total: **1:** 0-1.000 ha; **2:** 1.000-4.000 ha; **3:** 4.000 – 10.000 ha; **4:** >10.000 ha

**Cad** – Situação do cadastro: **Não:** concelho sem cadastro geométrico da propriedade rústica; **Sim:** concelho com cadastro geométrico da propriedade rústica

**FregPROF** – Localização das ZIF em freguesias prioritárias: **Não; Sim**

**TipoR** – Localização no Tipo de Rural: **Agr:** Agrícola; **Bd:** Baixa Densidade; **InS:** Indústria/Serviços; **Urb:** Urbano

**TipoEG** – Tipo de Entidade Gestora: **1:** Associação de Desenvolvimento Rural; **2:** Associação de Agricultores; **3:** Cooperativa; **4:** Empresa; **5:** Federação de Agricultores; **6:** Organização de Produtores Florestais

**EspEG** – Especificidade das Entidades Gestoras: **E:** específica de uma ZIF; **NEP:** não específica de uma ZIF mas com presença apenas em uma zona PROF; **NEVP:** não específica de uma ZIF e com presença em mais de uma zona PROF

**PGF** – Situação do Plano de Gestão Florestal: **A:** aprovado; **N1:** não aprovado mas dentro do prazo estabelecido; **N2:** não aprovado e com prazo estabelecido ultrapassado

**PrACFI** – Proporção da área do município ocupada com floresta: **0-10%; 10-25%; 25-50%; >50%**

**PrFPb** – Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o pinheiro-bravo: **0-10%; 10-25%; 25-50%; >50%**

**PrFEuc** – Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o eucalipto: **0-10%; 10-25%; 25-50%; >50%**

**PrFSob** - Proporção da área florestal do município ocupada por povoamentos cuja espécie dominante é o sobreiro: **0-10%; 10-25%; 25-50%; >50%**

**PrAArdAc** – Proporção da superfície do município ardida (ha) (total acumulado 2000 – 2010): **1:** 0-10%; **2:** 10-25%; **3:** 25-50%; **4:** 50-75%; **5:** >75%

**PrAArdPov** – Proporção da superfície ardida em povoamentos florestais (ha) total acumulada (2000-2010): **1:** 0-10%; **2:** 10-25%; **3:** 25-50%; **4:** 50-75%; **5:** >75%

**PrActFIPr** – Proporção dos activos florestais no total dos activos do sector primário: **0-10%; 10-25%; >25%**

**VarPop9101** – Variação da população entre 1991–2001 (%): **1:** (-25)-(-10); **2:** (-10)-0; **3:** 0-10; **4:** 10-25; **5:** 25-50

**VarPop0111** – Variação da população entre 2001–2011 (%): **1:** (-25)-(-10); **2:** (-10)-0; **3:** 0-10; **4:** 10-25; **5:** 25-50

**PrNAgFI** – Total das explorações agrícolas com actividades lucrativas não agrícolas (produção florestal e transformação da madeira): **0-10%; 10-25%; 25-50%; >50%**

**PrNumExp20** – Proporção do número total de explorações agrícolas do concelho com classe de superfície agrícola superior a 20 ha: **0-10%; 10-25%; 25-50%; >50%**

**PrCSupExp20** – Proporção da área total das explorações agrícolas do concelho ocupada com explorações agrícolas com área superior a 20 ha: **1: 0-10%; 2: 10-25%; 3: 25-50%; 4: 50-75%; 5: >75%**

**Aaln** – Alto Alentejo

**Algv** – Algarve

**AlnL** – Alentejo Litoral

**Amin** – Alto Minho

**AmtL** – Área Metropolitana de Lisboa

**AmtP** – Área Metropolitana do Porto

**BinN** – Beira Interior Norte

**BinS** – Beira Interior Sul

**BrPd** – Barroso e Padrela

**CtLt** – Centro Litoral

**Dlfs** – Dão -Lafões

**Dour** – Douro

**NdTr** – Nordeste Transmontano

**Oest** - Oeste

**PnIN** – Pinhal Interior Norte

**PnIS** – Pinhal Interior Sul

**Rbtj** – Ribatejo

**Tamg** – Tâmega